



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM SOCIOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM SOCIOLOGIA RURAL

DA SOMBRA DO JUAZEIRO À LUZ ELÉTRICA OU
DE COMO ILUMINARAM-SE AS CONSCIÊNCIAS
– A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

ADELAIDE PEREIRA DA SILVA

Campina Grande - 1997

ADELAIDE PEREIRA DA SILVA

**DA SOMBRA DO JUAZEIRO À LUZ ELÉTRICA OU
DE COMO ILUMINARAM-SE AS
CONSCIÊNCIAS – A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Paraíba como pré-requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia, com Área de Concentração em Sociologia Rural.

Orientação: _____

Prof. Dr. José Procópio da Silveira
Orientador

Profa. Ms. Maria Cristina de Melo Marin
Co-Orientadora

Campina Grande-PB, 1997

ADELAIDE PEREIRA DA SILVA

DA SOMBRA DO JUAZEIRO À LUZ ELÉTRICA OU DE COMO
ILUMINARAM-SE AS CONSCIÊNCIAS
- A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA -

Aprovada em 25 de abril de 1997

Prof. Dr. José Procópio da Silveira
ORIENTADOR

Profa. Ms. Maria Cristina de Melo Marin
CO-ORIENTADORA

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior
COMPONENTE DA BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ghislaine Duquê
COMPONENTE DA BANCA EXAMINADORA

CAMPINA GRANDE — PB
1997

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

AGRADECIMENTOS

Desejo registrar meus agradecimentos a todos que de uma forma ou de outra, contribuíram comigo na construção deste trabalho. Muitas foram as pessoas que comigo estiveram nos vários momentos desta trajetória. Porém há aqueles que deixaram marcas pela sua proximidade, umas apoiando-me na criação de condições materiais em alguns momentos, outras colaborando na construção do trabalho através de críticas e sugestões que trouxeram inestimável contribuição ao trabalho. Sem a pretensão de subestimar a contribuição de tantos outros, quero pedir licença para nomear alguns desses amigos que me acompanharam na realização deste intento, uns em alguns momentos outros durante toda a trajetória.

À professora Ghislaine Duquè que recebeu a mim e a minha família em Campina Grande, acolhendo-nos e apoiando-nos. Profissional exemplar, quando respondeu pela Coordenação do Curso, não medindo esforços para desempenhar, a contento, as tarefas que a função lhe exigia. Mas, acima de tudo, pela amizade que me dedica. A você Ghi, a minha gratidão!

Aos meus orientadores Maria Cristina de Melo Marin e José Procópio da Silveira pela sábia paciência com que me acompanharam, tolerando minha teimosia, colaborando e encorajando-me. Pelo companheirismo e simplicidade, atitudes que, com certeza contribuíram para o clima de confiança e respeito que facilitou minha maturação na construção deste texto.

A Mônica Cristina, a caçula de minha turma pela prova de amizade, ajudando-me a vencer as dificuldades no dia-a-dia durante minha permanência em Campina Grande.

Devo agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo auxílio financeiro a mim concedido, e aos colegas do Departamento de Educação do Centro de Formação de Professores – Campus V da UFPb – por sua compreensão, no momento de meu afastamento. Por essa manifestação de solidariedade e reconhecimento, meus sinceros agradecimentos.

Aos funcionários da Coordenação do Curso de Mestrado em Sociologia, em particular, Joãozinho e Verinha, pelo carinho, atenção e solidariedade que me dispensaram durante o percurso. A eles, minha admiração, amizade e respeito.

À professora Norma Montalvo de Soler, pela inestimável contribuição a minha formação acadêmica e pelo carinho, amizade e incentivo a minha gratidão!

Ao professor Severino José de Lima, pelos ricos momentos de discussão, ajudando-me a mergulhar no maravilhoso mundo da busca do conhecimento, aguçando minha curiosidade. Amigo, que mesmo distante, não deixou de enviar subsídios as minhas leituras, meus mais sinceros agradecimentos e minha amizade.

Aos Trabalhadores Rurais de Três Irmãos e aos assessores da Comissão Pastoral da Terra / Sertão (CPT/SERTÃO) pela inestimável contribuição que me dispensaram, facilitando minha leitura da realidade, especialmente aos Trabalhadores, personagens centrais deste texto e, por isso, co-autores, a minha gratidão.

Um agradecimento especial a um amigo especial, professor Rovilson José Bueno pelas longas e intermináveis discussões, críticas e sugestões, desde os primeiros momentos da concepção deste trabalho. A você Rovilson, pelo carinho, incentivo e companheirismo com que me apoiou o tempo todo, minha gratidão e carinho!

Faço da memória que tenho de meu pai,
Raimundo Nonato da Silva – trabalhador
sem-terra – uma homenagem à coragem
de todos os trabalhadores rurais do Brasil
que fazem de suas lutas momentos da
construção da sua cidadania.

“A terra é tudo, é tão boa que ela cria em cima dela todos tipo de coisa. [...]. A terra é uma pução de coisa. O maior crime que tem em cima da terra é uma pessoa querer ser o dono dela e querer matar por ela e morrer por ela. A terra é tão importante que ela clama, ela chora. Agora nós, os seres que vive em cima dela é quem faz intender o que ela é. A terra nos cria, nos come e traz prá nós todo tipo de coisa. E pior, é que ela dá prá nós tirá dela a alimentação prá quem num sabe nem o que ela é, o que ela significa, prá quem nunca prantou um pé de nada nela. E dela nós tira o alimento e dá prá ele.”

Antônio do Nascimento Sobrinho
(Antônio da Viúva)

ÍNDICE

RESUMO

RÉSUMÉ

APRESENTAÇÃO 14

CAPÍTULO PRIMEIRO 21

DE ONDE FICA A SOMBRA DO JUAZEIRO E DE COMO ENCONTRÁ-LA

1. Aspectos Gerais Da Área Física 21
2. Inserção Na Comunidade 26
3. Sobre A Metodologia Qualitativa 29

CAPÍTULO SEGUNDO 35

FALANDO DE UM CAMINHO

1. Um Pouco Sobre A Crise Dos Paradigmas Dos Movimentos Sociais 35
2. A Luta Pelo Acesso À Terra E A Expansão Do Capital 41
3. Sobre A Noção Cidadania 57

CAPÍTULO TERCEIRO 81

TERRA DE TRABALHO : CAMINHOS DE TRÊS IRMÃOS

1. Nos Tempos Do DNOCS 81
2. A Luta Pela *Terra de Trabalho* : Novos Tempos No Horizonte 92
3. Entrando Em Cena : Os Embates Na Primeira Luta 95
4. Unindo Forças 105
5. Ampliando O Espaço De Participação : O Cenário Da Segunda Luta 109
6. A Mediação Da Luta Pela Terra Em Três Irmãos 121

CAPÍTULO QUARTO 133

**É DESTA TERRA, QUE ESTÁ NO MUNDO, QUE SE ENXERGA O MUNDO : A
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA**

1. "*Quando nós encerramo a luta a nossa grande preocupação foi como ficar na terra.*": Saídas E Alternativas 133
2. "*Nós comecemos isso aqui do chão mesmo e como se diz, de pé no chão...*": Gerando Recursos Próprios 147
3. "*Aí foi prejuízo, o inverno cortou e perdemo a produção.*": Enfrentando a seca. 154
4. "*No fim teve muitos deles que num entendero bem e queria dividir prá levar a sua parte e num deixar prá Associação. Era separar, a conversa era separar.*": Lidando Com As Diferenças No Próprio Grupo 159
5. "*Entre Nós*": Compartilhando Experiências, Ensinando e Aprendendo 164

6. "O trabalhador do campo tem consciência do que quer e ele tem gente prá apoiar ele na luta.": "Nós e os Outros" 173

7. Os representantes político-partidários 173

8. Relações com o Sindicato Rural 182

CONSIDERAÇÕES FINAIS 191

BIBLIOGRAFIA 196

ANEXOS 203

SIGLAS
TABELAS
MAPAS
MEMÓRIA VISUAL

RESUMO

Este texto expõe a compreensão da autora sobre o processo de luta pela terra e pela permanência nela na comunidade Rural de Três Irmãos no Município de Triunfo (PB). Tomando-se como objeto de estudo as experiências de luta dos trabalhadores da referida comunidade, procura-se compreender, como nos espaços forjados nessa luta, dá-se a construção da cidadania. Assim, a centralidade da discussão recai sobre a noção de cidadania, enfatizando-a na concepção de uma construção e considerando o coletivo como um dos espaços pedagógicos nos quais se processa essa aprendizagem construída na luta cotidiana no período de 1989 a 1995. O trabalho está organizado em quatro capítulos.

O primeiro capítulo aproxima o leitor do mundo da pesquisa mostrando características físicas da realidade, e registra as formas de inserção da autora na comunidade para a obtenção das informações que subsidiaram a análise do processo de luta coletiva.

O segundo capítulo registra pontos significativos da discussão atual sobre a crise dos paradigmas dos movimentos sociais, sobre a expansão do capitalismo no campo e suas conseqüências na vida dos trabalhadores rurais e, finalmente, traz uma reflexão sobre a noção cidadania definindo a concepção da autora.

O terceiro capítulo pretende fazer um resgate da luta pela terra em Três Irmãos até 1989 e discute o processo de luta pela sua conquista, evidenciando os movimentos de construção do coletivo — sua organização e a mediação da Comissão Pastoral da Terra.

Finalmente, o quarto capítulo apresenta uma leitura feita a partir dos discursos dos trabalhadores e da observação de seu cotidiano, evidenciando os momentos nos quais se processa o aprendizado da cidadania. Mostra a interação dos sujeitos no grupo, a nível da comunidade, as relações destes com outros

setores organizados do Sertão Paraibano na luta pela sobrevivência na terra e a sua relação com representantes político-partidários e sindicais.

O texto pretende, enfim, mostrar como na luta coletiva criam-se e recriam-se oportunidades nas quais os sujeitos nela envolvidos vêm compreendendo a si mesmos, como construtores de sua história, e aprendendo a se construírem como cidadãos. Aborda a cidadania na perspectiva de construção relacionando esse exercício com o movimento de construção da democracia, evidenciando a participação ativa dos sujeitos neste processo.

RÉSUMÉ

Ce texte expose la compréhension de l'auteur sur la lutte pour la terre dans la Communauté Rurale de Três Irmãos, commune de Triunfo (PB). L'étude a pour objet les expériences de lutte des travailleurs de cette communauté, et tente de comprendre la construction de la citoyenneté qui se réalise grâce à cette lutte. L'aspect central de la discussion est donc la notion de citoyenneté, soulignant qu'elle est une construction en train de se faire et considérant le collectif comme un des espaces pédagogiques où se réalise cet apprentissage, construit dans la lutte quotidienne pendant la période de 1989 à 1995.

Le travail est organisé en quatre chapitres. Le premier est une approche de l'objet de l'investigation, montrant les caractéristiques physiques de la réalité; il enregistre les formes d'insertion de l'auteur dans la communauté, ce qui lui permet d'obtenir les informations nécessaires à son analyse.

Le second chapitre relève les points significatifs de la discussion actuelle sur la crise des paradigmes des mouvements sociaux, l'expansion du capitalisme à la campagne et ses conséquences pour la vie des travailleurs ruraux et, finalement, réfléchit à la notion de citoyenneté définissant la conception de l'auteur.

La chapitre trois veut récupérer la mémoire de la lutte pour la terre à Três Irmãos jusque en 1989 et discute la lutte pour la terre en mettant en évidence les mouvements de construction du collectif – leur organisation et la médiation de la Commission Pastorale de la Terre.

Finalement, le chapitre quatre présente une lecture faite à partir de discours des travailleurs et de l'observation de leur quotidien, mettant en évidence les moments au cours desquels se réalise l'apprentissage de la citoyenneté. Il montre l'interaction entre les acteurs au niveau de la communauté, leurs relations avec d'autres secteurs organisés du Sertão de la Paraíba dans la lutte pour la

survie sur la terre et leur relation avec les représentants des partis politiques et des syndicats.

Le texte veut ainsi montrer comment se crient constamment dans la lutte collective des occasions pour que les sujets de cette lutte se voient comme des auteurs de leur propre histoire et apprennent à s'édifier comme citoyens. Il aborde la question de la citoyenneté dans la perspective de quelque chose qui est en construction, fait la relation entre cet exercice et le mouvement de construction de la démocratie et met en évidence la participation active des sujets dans ce processus.

APRESENTAÇÃO

A temática dos movimentos sociais no campo está inscrita no amplo debate sobre as ações coletivas desencadeadas nas últimas décadas, tanto nos países do mundo como nos chamados países do terceiro mundo, especialmente os da América Latina. Tratadas sob os mais diversos enfoques teóricos essas ações têm interessado a um grande número de estudiosos no campo das ciências sociais [como a antropólogos, sociólogos, cientistas políticos, educadores e psicólogos sociais]. O conhecimento resultante desse esforço traz inestimável contribuição para a compreensão da dinâmica social neste final de século.

Pretendo contribuir para com esse debate apresentando uma análise sobre a experiência da luta dos trabalhadores¹ rurais pela posse e permanência na terra em Três Irmãos no Município de Triunfo - Paraíba. São os seguintes os motivos que justificaram a eleição dessa experiência para minha análise:

- A “invenção” pelos trabalhadores rurais dessa região do Semi-Árido, de novas estratégias de sobrevivência, que vão para além das históricas migrações para outras regiões do país.
- As mudanças quantitativas e qualitativas da luta pela posse e permanência na terra, a partir do final da década de oitenta no Sertão Paraibano.
- A escassez de pesquisas no domínio dos movimentos sociais no campo, nessa região.

Dessa forma, ao fazer recair um olhar sobre a luta pela terra em uma comunidade rural do Alto Sertão Paraibano este trabalho torna-se um convite à comunidade acadêmica para novas investigações, tanto sobre o tema *movimentos sociais no campo* como sobre um leque de questões relativas à vida das comunidades rurais nessa região.

A partir da segunda metade da década de oitenta, começa a se constituir no Alto Sertão Paraibano um movimento que busca não apenas soluções para problemas imediatos, mas o acesso e a permanência na terra.

¹ Trabalhadores: Segundo o sociólogo José de Souza Martins, a categoria trabalhador rural refere-se àquele que é assalariado no campo. Nesse texto, mantenho a denominação utilizada pelos próprios trabalhadores.

As invasões e saques, ações coletivas diretas e transitórias, ocorridos durante a última grande seca (1979-83), surgiram sob conjuntura crítica, na qual a vida do trabalhador e a existência de sua família estavam ameaçadas pela absoluta falta de alimentos, portanto, desaparecendo logo que satisfeitas as suas necessidades imediatas.(Fausto Neto, 1985, Diniz, 1985).

No que diz respeito ao movimento pela terra, a situação se põe de forma muito diferente. Atualmente, esse movimento no Alto Sertão Paraibano envolve seis comunidades (Três Irmãos, Riacho dos Cavalos, Carneiro, Bartolomeu, Acauã e Fortuna) em cinco municípios o que corresponde a, aproximadamente, 388 famílias. Dessas famílias, 46,9% conquistaram 680 ha em lotes que variam entre 3,5 e 10 ha nas bacias dos açudes públicos onde tiveram início essas demandas nos municípios de Triunfo, Bonito de Santa Fé, Riacho dos Cavalos e Jericó.

Recentemente, os trabalhadores rurais, como resultado de suas experiências passadas, vêm expandindo a luta pela terra e exigindo a desapropriação de terras improdutivas na região. O ineditismo desse fato se deve a que, por mais de dez anos, desde 1986, essas lutas no Alto Sertão da Paraíba tiveram como cenário terras públicas². Em dezembro de 1995, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra - Sertão (CPT-Sertão) , sediada em Cajazeiras (PB), 106 famílias acamparam na fazenda Acauã no município de Sousa (PB). Nessa área, 2.825 ha foram objeto de disputa com proprietários locais e, tendo sido consideradas terras improdutivas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foram desapropriadas no 2º semestre do ano de 1996. Ainda naquele ano mais 2.205 ha estavam sendo reivindicados por 100 famílias, também em propriedades privadas no Município de Jericó (PB) — Fazendas Fortuna e Saquinho.

Os fatos acima apontam na direção de que se trata, não de ações temporárias, mas de uma luta organizada e duradoura que vem alcançando novas dimensões no âmbito do movimento pela terra no Estado da Paraíba. O movimento no Alto Sertão, cuja base social é constituída por trabalhadores rurais

sem-terra vem, nos últimos dez anos, construindo uma nova *praxis* na busca da construção da cidadania. O enfrentamento dos trabalhadores, seja com grileiros ou com o Estado, quando se trata de terras públicas, ou pela desapropriação de terras improdutivas gera conflitos que, em determinados momentos, se acirram. Isso acarreta desde ameaças e expulsões de trabalhadores, passando pela destruição de lavouras até outras formas de pressão como prisões. Mesmo diante dessa repressão os trabalhadores não recuam. Constata-se que nesses momentos a luta ganha força à medida que, ao denunciarem as injustiças sociais não só no que diz respeito à concentração de terras mas com relação à carência ou ausência de serviços de educação e saúde, ampliam suas demandas por melhores condições de vida.

A luta do homem do campo não se esgota no momento em que ele conquista a terra. Na perspectiva de um trabalhador de Três Irmãos, "a luta nunca acaba". Se a terra se constitui no seu único meio de produção, a partir desse momento recomeça a grande luta para nela permanecer. Primeiro, para criar condições e infra-estrutura mínima necessária para a instalação da família — moradia, saneamento, posto de saúde, escola, etc. Depois, a batalha para conseguir apoio técnico e fomento à produção.

Impedidos de explorar a terra muitos trabalhadores acabam abandonando ou comercializando os seus lotes e continuam vendendo sua força de trabalho. O sonho de viver melhor, de evitar a sujeição³, transforma-se em desilusão. Aqueles que insistem e permanecem deparam-se com outros problemas não menos inquietantes, tais como a assistência educacional e médica, sistema de transportes e comunicação. No entanto, estes continuam acreditando em **dias melhores**. O desejo de ter uma **vida melhor** é transformado em esperança depositada nos frutos da terra.

A experiência dos trabalhadores rurais nessa região (Sertão Paraibano), nos últimos dez anos, vem se constituindo numa verdadeira trincheira de lutas não apenas pelo acesso à *terra de trabalho* ou por soluções emergenciais. É um

³ Estou utilizando a expressão "terras públicas" para denominar as terras que foram desapropriadas pelo Estado por ocasião da Construção de obras públicas, no caso em pauta, os açudes. Embora as vezes os trabalhadores refiram-se à "terras do Estado", a expressão mais comum é "terras públicas".

espaço pedagógico no qual se criam e se recriam novas estratégias de ação. Nesse exercício constroem-se um processo no qual os sujeitos, nele envolvidos, vão tomando consciência de outros direitos além do acesso à terra. A experiência lhes mostra que a terra por si só não basta e que para fazê-la produzir necessitam de investimentos a serem buscados. Descobrem a necessidade de reivindicarem serviços como educação, assistência médica, eletrificação, telefonia, etc. Reconhecem a sua situação de exclusão social, econômica e política. Reconhecem-se marginalizados e, ao tomarem consciência dessa situação e lutarem pela sua superação forjam as condições de construção da cidadania. Que cidadania? Esse é o problema de que trato olhando para a comunidade de Três Irmãos.

A tarefa que me impôs esse trabalho foi a de procurar desvendar como se processa a luta dos trabalhadores na comunidade⁴ de Três Irmãos, desde os primeiros enfrentamentos pela conquista da terra e a experiência de sobrevivência nela e dela. Através da análise desse processo procura-se reconstituir a trajetória dos sujeitos nele envolvidos evidenciando o movimento de construção da cidadania.

O resultado dessa tentativa está organizado neste texto em quatro capítulos da seguinte forma:

No Capítulo I apresento alguns aspectos característicos da área na qual insere-se a comunidade de Três Irmãos - tanto do Município de Triunfo(PB) como do Sítio Três Irmãos e as formas de obtenção das informações que viabilizaram uma leitura da luta dos trabalhadores em Três Irmãos, olhando-a como um dos espaços de construção da cidadania.

No Capítulo II, revisito a literatura trazendo para reflexões alguns momentos da discussão sobre três temas que considere relevantes na construção do presente estudo: sobre a crise dos paradigmas dos movimentos sociais, sobre a expansão do capitalismo no campo e sobre a questão da

³ O termo "sujeição", segundo os trabalhadores rurais, qualifica a situação daquele que trabalha em terra alheia.

⁴ Não faço uma discussão sobre o conceito de Comunidade no pensamento sociológico. Tomo-o no sentido utilizado pelos trabalhadores em Três Irmãos, cuja mediação ancorada na Teologia da Libertação busca as raízes dessa noção no cristianismo, atualizando-o e reelaborando-o. Refere-se portanto às relações

cidadania. A rápida revisão dessas questões não teve por objetivo uma exaustiva discussão sobre os referidos temas, hoje, amplamente debatidos nas ciências sociais. Essa abordagem foi necessária para clarificar algumas noções que considero importantes para a compreensão da luta pela terra como um espaço de construção da cidadania.

A breve incursão na literatura sobre os referidos temas ajudou-me no diálogo com os trabalhadores nos Capítulos III e IV.

No Capítulo III procuro resgatar a trajetória de luta em Três Irmãos em dois momentos diferentes. No primeiro momento procuro, através da memória de moradores mais antigos, identificar os antecedentes da luta pela terra que eclode em 1989. Esse resgate mostra que, em Três Irmãos, diferentemente dos outros conflitos que surgem no Sertão da Paraíba, em finais dos anos 80 e início dos anos 90, o conflito deita raízes num passado não muito recente remontando à década de 30 e atravessando quase todo o restante deste século. Um conflito latente que, atenuado por muitos anos, acaba eclodindo na conjuntura do final da década de 80. No segundo momento trato da luta pela *terra de trabalho*⁵ evidenciando os embates pela conquista da terra e a construção do coletivo com a mediação da Igreja Católica e da Comissão Pastoral da Terra - CPT/Sertão.

Finalmente, no Capítulo IV procuro identificar na luta pela sobrevivência na terra, os espaços nos quais os trabalhadores em Três Irmãos vem, na minha concepção construindo a cidadania. Nesse Capítulo evidencio a interação dos indivíduos no grupo e com outros grupos organizados na luta pela terra, nessa região, construindo solidariedades, bem como a sua relação com os seus representantes político-partidários e sindicais.

Ninguém constrói nada sozinho. Ao elaborar este trabalho recebi contribuições nas formas de críticas e sugestões as quais respeitaram a integridade de meu trabalho e opções. Por isso, as falhas, lacunas ou

interpessoais. Sobre esta questão, ver Ana Maria Doimo. *A Vez e a Voz do Popular: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil Pós-70*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995, p. 86 a 94.

⁵ Terra de Trabalho: expressão cunhada por Afrânio Garcia Junior na sua tese de mestrado, apresentada a Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1975. Refere-se à terra que é utilizada para trabalhar e produzir, diferenciando-a daquela que é utilizada para especular e explorar o trabalho alheio ou, do que se convencionou chamar *terra de negócio*. Uma discussão sobre essa questão encontra-se, em Martins, 1990, p. 159-177).

incoerências que certamente aqui aparecem, devem ser atribuídas a minha teimosia.

CAPÍTULO PRIMEIRO

DE ONDE FICA A SOMBRA DO JUAZEIRO E DE COMO ENCONTRÁ-LA



Acampamento dos trabalhadores à sombra do Juazeiro
Tres Irmãos, 1991

DE ONDE FICA A SOMBRA DO JUAZEIRO E DE COMO ENCONTRÁ-LA

1. Aspectos gerais da área física

A área selecionada para a pesquisa como já foi anunciada, é uma comunidade rural localizada no Município de Triunfo-PB.⁶ A Comunidade de Três Irmãos começa a se organizar na conjuntura da segunda metade dos anos 80, quando eclodem em duas micro-regiões do Sertão Paraibano - Catolé do Rocha e Cajazeiras, quatro conflitos de terra, todos em bacias de açudes públicos. O sítio Três Irmãos fica localizado na bacia do Açude Público de Pilões⁷, na bacia hidrográfica do Rio do Peixe, ficando a 10 quilômetros da barragem, portanto em área de sequeiro.

A sua localização, distante da barragem, impõe maiores dificuldades aos trabalhadores devido à escassez de água, inclusive para o consumo doméstico. Esta é uma dificuldade que é enfrentada pela maior parte da população do

⁶ O Município de Triunfo fica localizado na micro-região de Cajazeiras ao extremo-oeste do Estado da Paraíba, com uma área de 321 km². Dista da Capital do Estado 513 km, ficando distante da Capital Federal 2.277,8 Km. A distância da Sede do Município à Cajazeiras, centro de maior aproximação é de 54 Km. A sua altitude é de 310 metros e apresenta as seguintes Coordenadas Geográficas: 06°34'43" de Latitude Sul e 38°35'49" de Longitude (W.Gr). Apresenta um clima quente e a precipitação pluviométrico é de 991 mm, apresentando uma média mensal de 78,41 mm. Convém ressaltar que durante os meses de julho a novembro, verifica-se geralmente a total ausência de chuvas, sendo os meses de abril, maio e junho os de maior precipitação (180,0 mm, 194,0 mm e 199,0 mm) respectivamente. O Município foi desmembrado de Antenor Navarro, atual Município de São João do Rio do Peixe através da Lei Nº 2.637 de 21/12/61. A Comunidade de Três Irmãos fica a 5 km da Sede do Município. (Fonte: Anuário Estatístico 1995 - IDEME - Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba. Ver mapas 1 e 2 em anexo.

⁷ O Açude Público de Pilões é uma das obras do programa de política hidráulica, empreendido pelo Governo Federal até a primeira metade deste século como uma das alternativas de atenuação dos efeitos da Seca no Nordeste. A desapropriação da área se deu em 1922 no Governo do Presidente Epitácio Pessoa porém, o início de sua construção só veio a se dar em 1932 por iniciativa do Ministro José Américo de Almeida, por ocasião da grande seca. Planejado com uma capacidade de 150 milhões de metros cúbicos, foi desapropriada uma área de 7.010 ha; porém a descoberta da estação de águas térmicas (Brejo das Freiras) implicou na redução dessa capacidade pra 13 milhões de metros cúbicos. Dessa forma apenas 584 ha ficaram submersos, ficando uma área de 6.426 ha que passou a ser disputada entre pecuaristas locais. (Fontes consultadas: Otamar de Carvalho: A Economia Política do Nordeste: Secas, Irrigação e Desenvolvimento, Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1988. Entrevistas com antigos funcionários do DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, realizadas em 1995 e entrevistas com o diretor do Instituto de Terras da Paraíba - INTERPA - Escritório Regional localizado em Catolé do Rocha).

município e que reside na zona rural. Nas Tabelas, em anexo, apresento alguns dados sobre o Município de Triunfo, sua população e estrutura fundiária.

De acordo com a Tabela 1, a população feminina supera a população masculina, especialmente na faixa etária compreendida entre 20 e 49 anos. Embora não se tenha presenciado nos últimos anos a grandes estiagens que motivam a migração de significativo contingente da população masculina para outros centros, notadamente para Sudeste, a predominância da mulher pode ser ainda indicador desse êxodo. Nessa região, a situação sócio-econômica da população é muito precária, particularmente daqueles que residem na zona rural. Mesmo para aqueles que detêm o acesso a pequenas parcelas, (produtores-proprietários ou não), as dificuldades são muito grandes para o acesso ao crédito destinado à produção e, à assistência técnica. Muitas vezes, impedidos de cultivar as suas parcelas, por absoluta falta de condições, migram para a região Sudeste, procurando desenvolver outras atividades que lhes assegurem o sustento da família. A tabela 2 apresenta a distribuição da população em 1991 por residências urbanas e rurais.

Conforme se pode constatar (Tabela 2), 87% da população é residente na zona rural, área localizada em pleno semi-árido e numa região onde a principal atividade produtiva é a agricultura de subsistência realizada em parcelas de terra extremamente reduzidas. Isto significa que a maioria da população vive em condições precárias. Pode se construir uma idéia da estrutura fundiária do Município, a partir da leitura da Tabela 3.

Só para chamar a atenção sobre a concentração da terra no Município de Triunfo em 1985, note-se que, dos 1.026 estabelecimentos, 499 ou 48,63% do total estavam ocupando apenas 2.154 de uma área de 26.166 ha, em pequenas parcelas de menos de 1 a 10 ha. Enquanto no outro extremo verifica-se que 3.351 ha, 12,8% da área, estão concentrados em apenas dois estabelecimentos, e 16 estabelecimentos detêm 7.115 dos 26.166 ha.

Esse quadro para o referido Município já é significativo e se constitui num dos motivos da extrema pobreza da população. Ainda segundo a mesma fonte, em 1985 não existia no Município nenhuma Cooperativa Agrícola e dos 26.166 há, 8.395 estavam destinados à pecuária. Ainda assim, a agricultura de subsistência é a atividade predominante, tendo como principais culturas o milho, o feijão, o algodão e o arroz em pequena escala. O pequeno produtor, dependendo do tamanho de sua área, desenvolve a criação de animais de pequeno porte: cabras, porcos e galinhas.

No que se refere a Três Irmãos, o universo empírico privilegiado para a realização da pesquisa, apresento algumas informações dadas referentes à população, à área e sobre as principais culturas⁸. Conforme levantamento por mim realizado em maio de 1995, o universo populacional das famílias ligadas à Associação Comunitária era de 273 pessoas, sendo 100 dessas, crianças menores de 12 anos. Em fevereiro de 1995, quando iniciei a pesquisa, a Associação contava com 50 sócios. Desde então, esse número tem decrescido. Acredito que uma das explicações para esse fato pode ter sido o afastamento da CPT da comunidade, a partir desse mesmo ano (95), em virtude da redução da equipe e do aumento de suas atividades em novas áreas de conflito.

A comunidade de Três Irmãos congrega famílias de vários sítios, através do trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária Santo Antônio, criada em 1990. A ação da Associação abrange famílias dos Sítios: Três Irmãos, Carretão, Tabuleiro Grande, Saco e Barragem.

⁸ Trabalhei com a população ligada direta ou indiretamente à Associação Comunitária, com aqueles que se envolveram na luta pela conquista da terra a partir de 1989. As terras conquistadas na luta não estão todas concentradas em Três Irmãos. Dos 580 ha sob o domínio desse grupo 300 ha estão localizados em Tabuleiro Grande e os 280 ha restantes estão localizados tanto em Três Irmãos quanto em outras áreas da Bacia do Açude. Como se pode ver no desenvolvimento deste texto, boa parte das terras, aquelas que não estavam griladas, pertencem a famílias herdeiras de rendeiros do DNOCS cuja regulamentação vem sendo realizada pelo Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba - INTERPA. Portanto, os dados referenciais, apresentados *nesse trabalho*, são referentes aos novos parceiros (a partir de 1989) com exceção de alguns antigos moradores que integraram a luta e, atualmente, compõem o corpo de sócios da Associação Comunitária.

A atividade econômica básica é a agricultura alicerçada na lavoura de subsistência, portanto as unidades de produção inserem-se na categoria "unidade familiar de produção" e seus integrantes são pequenos produtores.

Dada a reduzida dimensão dos lotes, variando em média de 3,5 a 10 ha, não é possível se pensar no destino da totalidade da produção para comercialização. A produção, em princípio, destina-se ao consumo familiar e à manutenção do "Banco de Sementes"⁹. No entanto, para suprir outras necessidades, parte dessa produção é comercializada uma vez que um incremento na produção de pequenos animais, que poderia ajudar, fica comprometido pelo tamanho dos lotes. Somente aqueles que já estavam instalados na área - descendentes de reprodutores do DNOCS e que possuem uma área maior podem desenvolver uma pequena criação.

Ainda se deve considerar que a reduzida área de cultivo constitui-se também um fator de empecilho ao acesso a programas de fomento à produção, que geralmente beneficiam médios e grandes produtores. De forma que, nos períodos críticos das secas, muitos ainda migram para outras regiões ou são obrigados a se alistarem nas Frentes de Emergência. Falta-lhes, portanto, infraestrutura mínima que lhes assegure uma vida razoavelmente estável. Durante os anos de chuvas regulares conseguem produzir o mínimo para a sobrevivência imediata, porém nos períodos de seca enfrentam dificuldades extremas.

Com relação às oportunidades educacionais, a população conta com 2 escolas municipais cujos professores percebem um salário de até 35 reais. O desempenho dessas unidades escolares é avaliado pela população como precário, não contribuindo de forma efetiva na escolarização das crianças. Em vista disto, a comunidade, a partir de abril de 1996, instalou na sede da Associação, uma sala de aula sob a responsabilidade de uma pessoa da comunidade e que está se qualificando. Para 1997 prevê-se a instalação de uma

⁹ O Banco de Sementes é uma instituição criada pelos trabalhadores logo após a conquista da terra e tem por objetivo o armazenamento de sementes para a reprodução. Caracteriza-se no caso de Três Irmãos, muito mais como um armazém já que não se trata de sementes selecionadas.

sala de aula de jovens e adultos acompanhada pelos assessores da Comissão Pastoral da Terra e por professores do Campus V da UFPB. Outro espaço com o qual a comunidade conta atualmente é um fórum de debates cujas reuniões ocorrem mensalmente. Em abril de 1996, os trabalhadores com a colaboração de professores do Centro de Formação de Professores da UFPB Campus V, sediado em Cajazeiras, instalaram o Fórum de Debates Educação e Sociedade: “Ver de perto prá contar de certo”¹⁰. Compreendendo a educação como um fenômeno amplo, nas reuniões do fórum têm lugar discussões sobre os mais variados temas de interesse do trabalhador, desde a questão da produção, à educação escolar, saúde, política, economia, etc., conforme o interesse dos trabalhadores.

A comunidade conta ainda com assistência religiosa da Paróquia de Triunfo e de grupos que se organizam a nível de comunidade. Assim, conta-se com a missa a cada 30 dias, catecismos, novenas, festas de batizado e casamento, além das comemorações das festas religiosas tradicionais. As atividades religiosas acabam por se constituir as únicas oportunidades de lazer.

O transporte regular que serve à comunidade é um ônibus da empresa São José que circula diariamente de Triunfo a Cajazeiras, passando por São João do Rio do Peixe, de segunda a sábado, e uma caminhonete que também faz o mesmo percurso diariamente. Fora do horário regular dos referidos transportes as pessoas se utilizam de caronas para chegar aos centros mais próximos.

Quanto aos meios de comunicação, a comunidade conta com os serviços dos Postos dos Correios e Telégrafos de Triunfo e São João do Rio do Peixe e um ramal telefônico que fica instalado no Sítio Saco, a dois quilômetros do centro de Três Irmãos. Além disso, a comunicação se faz através de recados. Atualmente os trabalhadores reivindicam a instalação de um posto telefônico na comunidade. A água que serve à comunidade é oriunda, principalmente, de um cacimbão e de um poço tubular durante a maior parte do ano. A escassez de água representa um dos problemas que exige solução mais urgente na comunidade. Quanto à

¹⁰ A expressão “Ver de Perto Pra Contar de Certo” é retirado da fala do Sr. Chico Gabriel um dos mais antigos moradores de Três Irmãos.

energia elétrica, em 1996 conseguiram, através do projeto COOPERAR, a instalação elétrica de distribuição rural monofásica, beneficiando 31 famílias.

Até o momento, a comunidade não tem contado com assistência técnica e financeira de programas governamentais. Alguns têm conseguido benefícios, através da Cooperativa Agrícola de Cachoeira dos Índios-PB. Porém, a maioria vem desenvolvendo suas atividades com recursos próprios ou, quando se trata de atividades comunitárias, têm contado com a colaboração de instituições ligadas à Igreja Católica. A compra de cilos, criação de cabras e a construção de um poço amazonas são exemplos dessa colaboração da Igreja.

A partir de 1996, nas reuniões do Fórum de Debates, os trabalhadores vêm discutindo a possibilidade de ampliarem as suas alianças, solicitando a colaboração do COOPERAR. A sua primeira preocupação é com a perfuração de poços em virtude da dificuldade de acesso de água no local, especialmente durante as grandes estiagens. Mas também pretendem lutar pela aquisição de máquinas, como um trator e uma máquina de beneficiamento de grãos.

2. Inserção na Comunidade

A minha aproximação com a comunidade aconteceu através da Comissão Pastoral da Terra. Em 1991, momento de agudização dos conflitos de terra no Sertão Paraibano, fiz um mapeamento dos principais conflitos de terra na região, com o objetivo de identificar a área que, futuramente seria o campo de minha pesquisa. Naquele momento, tive oportunidade de contactar com assessores das várias áreas de conflito e também com algumas lideranças locais. Em maio de 1994, realizei uma visita à comunidade de Três Irmãos, momento em que conheci alguns membros da diretoria da Associação e que passaram a se constituir os principais colaboradores, durante a realização da pesquisa.

Naquela oportunidade, estava elaborando o projeto de pesquisa. Portanto, esse primeiro contato tinha por objetivo colher informações para definir as principais estratégias a serem utilizadas na investigação. Era uma oportunidade para identificar os primeiros informantes, falar sobre minha pretensão de realizar um estudo na comunidade, conhecer um pouco sobre o lugar onde ia pisar e também minimizar o constrangimento que a minha presença pudesse causar.

Tinha razão, pois esse contato acabou por se constituir uma rica oportunidade. As conversas descontraídas, os relatos de experiências, as perguntas sobre meu trabalho, tudo isso concorria para que fossem sendo eliminados os possíveis constrangimentos que pudessem vir a ocorrer com a minha presença. Uma das minhas preocupações desde o início, era a de não sistematizar o trabalho sem que antes a comunidade tivesse conseguido entender o motivo de minha presença. Para isso, esse primeiro contato foi de fundamental importância. Posteriormente, tive oportunidade de ouvir de um dos líderes locais essa frase: "O amigo do meu amigo não pode ser meu inimigo". É que, na minha primeira visita, um agente da Comissão Pastoral da Terra tinha me acompanhado e isso, certamente, ajudou na inserção na comunidade num clima de espontaneidade.

Em fevereiro de 1995, dei início à coleta de informações, permanecendo na comunidade por períodos de 5 a 8 dias, dependendo da disponibilidade dos trabalhadores que estavam ocupados na roça, e ainda de atividades por eles programadas para as quais fui convidada a participar. Geralmente, tratavam-se de mutirões, tanto na roça comunitária, como na construção do prédio da sede da Associação, ou ainda festas como batizados e casamentos. Algumas pessoas que se tornaram os meus principais canais de contato, na realização da pesquisa, foram mobilizando outras pessoas facilitando o meu acesso às informações.

Nas primeiras assembléias para as quais fui convidada, foi-me oferecido espaço para informar o motivo de minha presença na comunidade e discutir,

sobre a metodologia que estava utilizando. Dessa forma, foi sendo criado um clima, no qual todos se sentiam responsáveis pela realização do trabalho.

No contato direto com a comunidade, após observações iniciais, elegi alguns informantes com os quais fiz entrevistas individuais: pessoas com mais tempo de residência no local e pessoas que estão ali somente a partir do momento do conflito em 1989/92. Os primeiros poderiam informar, principalmente, sobre os momentos anteriores a 1989, época em que explodiu o conflito de terra em Pilões e informar sobretudo acerca da trajetória de luta pela terra naquele lugar, até a construção de uma luta coletiva. Os segundos, são aqueles que não tinham terra e que entraram na luta pela conquista dela. Estes, informaram-me sobre o seu aprendizado na luta coletiva, contando com a colaboração dos moradores antigos, da mediação da Igreja, através do vigário local (Triunfo), da Comissão Pastoral da Terra - CPT - Sertão (principal instância mediadora) e das Comunidades Eclesiais de Base.

Escolhi 10 pessoas com quem realizei entrevistas semi-estruturadas, centradas e história de vida. Além disso, em alguns momentos, reuni grupos interessados em discutir certas noções que apareciam nas entrevistas e que eu tinha interesse em saber qual era a concepção dominante no grupo, como "*cidadania*", "*luta*", "*conflito*", "*nós e os outros*", "*os grandes e os pequenos*", "*nós e eles*", "*consciência*", "*interesse*", "*união*", "*força da união*", "*ser livre*", "*marginalizado*", "*melhorar a qualidade de vida*", "*vida digna*", "*comunidade*", "*participação*", etc. Foram momentos em que observei como essas noções aparecem no discurso dos trabalhadores. Observei também que, ao mesmo tempo em que eles discutem essas noções, vão elaborando, coletivamente, as soluções para as quais essas noções remetem. Ou seja, o aprendizado da construção de solidariedade, as saídas por eles apontadas para a construção de autonomia e, ainda, o aprendizado sobre as possibilidades no enfrentamento dos seus problemas e na defesa de interesses comuns. A compreensão de direitos e

identificação das formas de lutar por estes, são momentos indispensáveis à construção da cidadania.

Além dos trabalhadores, entrevistei o vigário da paróquia de Triunfo, a época, membros da CPT, funcionários do Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba - INTERPA, o Presidente do Sindicato Rural do Município de Triunfo e um antigo funcionário do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS.

Durante todo o desenvolvimento da pesquisa, o espaço da Associação foi o lugar privilegiado para a observação do planejamento e avaliação das atividades da comunidade. Além disso, participei de eventos promovidos pela CPT, para os quais foram convidadas lideranças da comunidade. Na expectativa de compreender como a luta coletiva pode se constituir um espaço de construção da cidadania é que procedi da forma como a descrevi procurando assumir uma postura participativa.

Devo dizer que a forma como a pesquisa foi realizada foi uma construção, um processo balizado pelas oportunidades que foram surgindo, sendo a observação uma das estratégias fundamentais para apreensão da realidade. Quanto à minha atitude, durante a maior parte dos depoimentos, mantive uma postura de escuta, o que me proporcionou obter longos depoimentos, muitas vezes repetitivos, porém, considero que foi uma rica experiência.

3 . Sobre a Metodologia Qualitativa

A metodologia para a investigação de um problema está circunscrita à opção teórica do pesquisador e ao objeto de estudo. Para alguns autores como Tereza Maria HAGUETTE, "o problema sob investigação é que dita o método de investigação"(Haguette, 1990, p.88). Sob essa compreensão, não cabe falar da

impropriedade dos métodos quantitativos ou qualitativos ou, da superioridade de uns sobre os outros.

Nesse sentido, HAGUETTE, lembra que, sendo a sociedade “uma estrutura que se movimenta mediante a força da ação social individual e grupal”, chama a atenção para a necessidade de se compreender tanto as estruturas quanto os microprocessos. Para a autora.

“ [...] tanto as estruturas como os microprocessos de ação social devem ser conhecidos, analisados e interpretados, cabendo a cada um a metodologia que melhor se adequa ao problema que se deseja investigar. ” (Haguette, 1992, p. 20).

Ainda nesse sentido, convém considerar que a concepção de mundo, de sociedade e de homem do pesquisador é um fator marcante na escolha da metodologia de investigação. A investigação nas ciências sociais implica um comprometimento dos sujeitos envolvidos no processo (pesquisador e participantes do meio investigado) com o problema em estudo. Nesse caso, instala-se, intencionalmente, um processo dialógico no qual, todos os sujeitos aprendem e ensinam na busca do desvelamento do real. Nessa situação “pesquisadores (profissionais) e participantes (grupos populares) são sujeitos cognoscentes, e o objeto a ser desvelado é a realidade concreta” (Freire, 1981).

Dessa forma, a pesquisa-ação, como aponta THIOLENT, “apresenta condições de estudo de um problema num nível mais profundo e realista, além de que as populações não são consideradas como ignorantes e desinteressadas. ” (Thiollent, 1985, p.24). Ainda, segundo este autor, a pesquisa-ação é uma estratégia de pesquisa social com base empírica que

“ [...] é concebida e realizada em estreita associação com ação e com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes da situação ou problema estão (Thiollent, 1985, p.14).

As metodologias qualitativas agregam várias propostas (métodos ou estratégias) entre os quais, a pesquisa-ação e a pesquisa participante têm sido as mais utilizadas, procedimentos estes, apresentados como alternativos ao positivismo da pesquisa tradicional e grande parte dos pesquisadores que os adotam têm questionado o "cientificismo" da pesquisa tradicional. Isso, no entanto, não significa que o pesquisador que realiza a sua investigação sob o enfoque qualitativo abandone a perspectiva científica na produção do conhecimento. Sobre o caráter científico desses "novos" procedimentos na investigação, Michel THIOLENT considera que a pesquisa-ação, por exemplo, insere-se dentro do espírito científico, isto é,

" [...] a intercomunicação entre observadores e pessoas e grupos implicados na situação, e também a restituição do papel ativo a todos os participantes que acompanham as diversas fases da pesquisa, não constituem infrações ao código da ciência, quando este é entendido de modo plural e, em particular no plano metodológico. " (Thiollent, 1994, p.23).

O autor pondera que os princípios de neutralidade e objetividade, caros ao espírito científico, não se aplicam em todas as áreas com o mesmo grau de necessidade e aponta a "co-participação dos pesquisadores e das pessoas implicadas no problema investigado" como um dispositivo da pesquisa social de base empírica, sem que essa atitude leve ao abandono do espírito científico. (Thiollent, 1994, p.22)

Não ignoro, no entanto, que dada a flexibilidade na concepção e na aplicação dos métodos de investigação na pesquisa qualitativa, o pesquisador corre o risco de se distanciar da preocupação científica na sua atividade, notadamente quando nega o seu papel de pesquisador ou deixa de se questionar sobre este. Portanto, a atitude e habilidade do pesquisador são fundamentais para que a sua investigação se mantenha numa perspectiva científica. Para isso, lembra THIOLENT, que o controle metodológico do processo de investigação e

o consenso de vários pesquisadores acerca do que está sendo observado e interpretado é uma forma de respeitar, por exemplo, a objetividade. (Cf. Thiollent, 1992, p. 20-4).

A minha pesquisa é o estudo das experiências de luta dos trabalhadores rurais da comunidade de Três Irmãos, Município de Triunfo (PB), pela posse e permanência na terra. Através da análise da *praxis* desses sujeitos procuro compreender e explicitar como nos espaços forjados na luta se dá a construção da cidadania.

A escolha da forma da minha interação com a comunidade, ou a definição da metodologia de investigação, justificou-se pela minha opção de mediadora que pretende contribuir na construção de um saber útil para as classes subalternas. Dessa forma, torna-se possível, como aponta Paulo FREIRE "minimizar as possibilidades de invasão do espaço através de relações autoritárias e de negar aos sujeitos da luta a oportunidade de refletir sobre sua própria ação." (Freire, 1981, p.35).

Da *história oral*, que permitiu resgatar os antecedentes da luta pela posse e permanência na terra, passando pela *entrevista semi-estruturada* e a *entrevista centrada*, e ainda a *observação participante*, consegui acompanhar o movimento dessa luta.

A observação participante, estratégia que privilegiei na apreensão da realidade, tornou possível o acompanhamento dos trabalhadores e suas famílias em atividades tais como reuniões de pequenos grupos, assembléias comunitárias, encontros com técnicos da área de agricultura; reuniões com a CPT, mutirões, atividades produtivas, atos e festividades religiosas. Essa estratégia contribuiu para a construção de um processo pedagógico, no qual estiveram envolvidos, informalmente, pesquisador e participantes.

À medida em que fui fazendo a transcrição dos depoimentos, tornou-se necessário planejar entrevistas semi-estruturadas com pequenos grupos de trabalhadores. O uso dessa estratégia melhorou a compreensão da maneira

como determinados conceitos como cidadania, autonomia, liberdade, estão presentes no discurso dos trabalhadores.

Utilizei como fontes secundárias documentos sobre a historiografia do Estado da Paraíba e do Sertão Paraibano, documentos da Comissão Pastoral da Terra - CPT-Sertão, e elaborados pelos trabalhadores. Somam-se a essas, matérias jornalísticas, especialmente de "A União" e "O Norte", e ainda dados do Censo Demográfico - 1991 - IBGE, Censo Agropecuário - 1985 - IBGE, dados do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (IDEMA) - Anuário Estatístico 1995. Dados fornecidos pelo Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba - INTERPA.

CAPÍTULO SEGUNDO

FALANDO DE UM CAMINHO



Seu Chico Gabriel analisa os motivos da luta pela terra.
Três Irmãos, 1995.

FALANDO DE UM CAMINHO

1. Um pouco sobre a crise dos paradigmas dos movimentos sociais

Ao se aprofundar o debate sobre a crise dos paradigmas clássicos nas ciências sociais, não é tarefa fácil abordar o fenômeno dos movimentos sociais, tema polêmico no conjunto da discussão teórica. Polêmico porque considerando a complexidade do tecido social produzida pelas mudanças que vêm ocorrendo neste final de século, a categoria movimento social referida ao embate capital-trabalho assalariado, passa a assumir novas configurações. Mais problemático se torna ainda quando se trata do tema referido à comunidade rural.

Considerando o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, caracterizado pela globalização da economia, quais são as características dos movimentos sociais no campo? No Terceiro Mundo onde coexistem modernos processos de produção e relações sociais que lembram a sociedade medieval, as comunidades rurais estão também submetidas à lógica do capital indiretamente através da modernização dos meios de produção no campo.

Estamos vivendo a era da revolução microeletrônica. O desenvolvimento da tecnologia produziu mudanças nas relações de trabalho, hábitos e valores. Neste cenário as disputas se reorientam, novos desejos se põem e novas necessidades são criadas produzindo novas formas de participação social e política. Aquelas disputas, anteriormente na esfera do institucional, são deslocadas do estrito âmbito da relação capital-trabalho assalariado espalhando-se no conjunto da sociedade civil organizada. A luta pela transformação das relações de produção, missão atribuída ao histórico sujeito da transformação — o movimento operário — , fragmenta-se em interesses particulares os mais diversos na esfera da cultura.

Essas experiências caracterizam-se pela espontaneidade, pela capacidade de auto-organização e auto-gestão dos seus projetos, dispensando a mediação tradicional — o partido e/ou o sindicato — sob inspiração socialista. Essas formas de manifestação da vontade coletiva foram denominadas de *novos movimentos* sociais para estabelecer uma diferenciação com o movimento operário. Num primeiro momento, a denominação “novos” foi dominante na produção teórica. A partir dos anos setenta, a heterogeneidade das lutas, especialmente na América Latina e no Brasil, estabeleceu a produção de conceitos para definir as manifestações que passam a ter lugar na sociedade civil nos centros urbanos. Este vai ser o campo de investigação desses fenômenos adjetivados com urbano, popular urbano, lutas urbanas ou simplesmente populares. Nesse contexto, tem lugar vários estudos centrados em lutas específicas geralmente reivindicatórias ou de resistência.

Entre os investigadores brasileiros, que analisaram os movimentos urbanos, encontram-se José Álvaro Moisés (1978), Eder Sader (1988), Sherer-Warren (1987a, 1987b, 1993), Ruth Cardoso (1987), Maria da Glória Gohn (1992). Para a compreensão das manifestações coletivas no espaço urbano e sua relação com o movimento da sociedade, o instrumental analítico oferecido por autores europeus como BORJA, CASTELLS e LOJKINE, pautado no referencial marxista, apontou como fonte geradora de conflitos, as contradições de classe. (Cf. JACOBI, 1987).

Alguns autores, entendendo que o referencial macroestrutural não se mostrava suficiente para explicar esses fenômenos, buscaram a contribuição de outros domínios do conhecimento como a Psicologia Social e a Psicolingüística. São análises voltadas para a dinâmica interna dos movimentos, enfatizando aspectos de ordem cultural e simbólica. Essa abordagem é predominante desde a década de oitenta.

No chamado mundo pós-industrial, no contexto da derrocada do socialismo real e da crise do Estado do Bem-Estar Social explodem movimentos pacifistas, ecológicos, nacionalistas e outros, como representantes dos novos movimentos sociais. Além dessas demandas, somam-se aquelas derivadas das carências geradas pela crise do Estado Assistencial / Previdenciário, reivindicando o salário

indireto sob forma de serviços e tendo a sua base constituída pela classe média européia. (Doimo, 1995, p.41-61).

Na América Latina as novas ações participativas surgem na conjuntura do Estado autoritário reivindicando participação democrática, contra o aparato repressor e exigindo políticas sociais. No Brasil, a grande base social dos novos conflitos sociais é formada por segmentos de baixa renda e os termos desses conflitos passam, sobretudo, pela sobrevivência imediata.(Doimo, 1995, p.61).

Às demandas urbanas somam-se as lutas no campo por *terra de trabalho*, por políticas de apoio à produção ou denunciando a concentração de terras e de renda no campo, a violência e a indiferença dos governantes para com estes segmentos das classes subalternas.

Cientistas sociais e políticos vêm, nas últimas décadas, dedicando especial atenção ao fenômeno movimentos sociais. Buscam construir análises, sob diferentes concepções, para a multiplicidade de ações de caráter fragmentário empenhando-se na apreensão dessa realidade multifacetada. Há aqueles que procuram resgatar a tradição marxista atualizando esse referencial, outros, questionando os referenciais clássicos, anunciam a perda do seu poder explicativo, especialmente no campo do marxismo e se empenham na construção de novos modelos explicativos.

Aparece, dessa forma, uma diversidade de explicações ancoradas em diferentes matrizes interpretativas sem se estabelecer um consenso. DOIMO em sua leitura desses fenômenos ocorridos no Brasil no período 70 / 90 mostra que

“Inúmeros estudos e ensaios foram feitos percorrendo diferentes caminhos teórico-metodológicos e várias proposições analíticas tomaram lugar, ora intercambiando seus termos, ora excluindo-se radicalmente entre si, configurando um nebuloso matizado com fronteiras dificilmente dicemíveis. ” (Doimo, 1995, p.47).

As mudanças afetaram de tal forma a sociedade que mesmo os posicionamentos dos quais muitos intelectuais estavam convictos foram repensados. Alguns proclamam o fim da luta de classes e da sociedade do trabalho. Anunciam também a morte do marxismo como modelo de apreensão do

real. Tal perspectiva não encontra respaldo na opinião de muitos pensadores, como por exemplo, HOBBSAWN (1993, p. 255-270) para quem essa não é uma forma adequada de apreender a atual crise do capitalismo. No Brasil, SAVIANI e FRIGOTTO, entre outros, se opõem à propalada morte do referencial marxista.

“ [...] as concepções ontológicas e teóricas do processo histórico elaborados por Marx e Engels e desenvolvidas por outros marxistas como Gramsci, continuam sendo a base que nos permite uma análise radical para desvendar a natureza e especificidade das relações capitalistas hoje [...]” (Frigotto, 1995, p.15-6)

Essas advertências apontam pistas para se entender a dificuldade na análise dos *novos movimentos sociais* à luz das contribuições do materialismo histórico. Parecem, portanto, justificar também “o nebuloso matizado com fronteiras dificilmente discerníveis” constatado por DOIMO (1995) nas análises do fenômeno.

Otávio IANNI, ao analisar as mudanças no mundo do trabalho, provocadas pela globalização do capitalismo, assinala que, na mesma medida em que se dá a globalização do trabalho, gesta-se uma espécie de fábrica mundial e torna-se possível a organização do trabalhador em escala mundial. Conclui afirmando que

” No âmbito das configurações e dos movimentos da sociedade global, o movimento operário e o sindicalismo podem colaborar decisivamente para a realização da cidadania do trabalhador, tanto em escala nacional como mundial.” (Ianni, 1996, p.54).

As manifestações camponesas das últimas décadas não se constituem exatamente novos movimentos sociais ou fenômenos emergentes. Diferenciam-se daqueles que ocorrem nas áreas urbanas particularmente nos grandes centros.

Revisitando a nossa historiografia encontramos formas de manifestação do campesinato coincidindo com a instauração da República. Lutas que se estenderam até as primeiras décadas deste século. São os denominados

movimentos messiânicos e o banditismo interpretados por alguns analistas sociais como HOBBSAWN (1978) como movimentos pré-políticos.

Os anos de 40 a 60 foram marcados pela presença de diversas formas de organização e lutas no campo. Entre elas, pode-se pontuar o movimento de posseiros, mais presente na região Sudoeste, o MASTER (Movimento de Agricultores Sem Terra) no Rio Grande do Sul, as Ligas Camponesas no Nordeste e ainda, a emergência do Sindicalismo Rural. A maioria desses movimentos organizavam-se ainda sob a direção de lideranças carismáticas. (cf. Martins, 1990, Sherer Warren, 1993).

Conforme analisa MARTINS (1990), as Ligas Camponesas representaram um marco significativo nas lutas no campo por se constituírem espaços, nos quais os camponeses manifestavam a sua vontade política própria, rebelando-se contra as injustiças e reclamando direitos.

As Ligas Camponesas estruturaram-se na década de 50 sob a orientação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na conjuntura política e econômica marcada por rupturas nas relações de poder no meio rural.¹¹ A política do regime liberal-democrático produziu modificações no sistema de relações, desmantelando o pacto populista que vinha sendo mantido desde o Estado Novo. Assim, a nova ordem que se instala produz o campo próprio para a organização dos camponeses contra as relações de dominação que historicamente tiveram lugar no meio rural brasileiro. (Martins, 1990; Prestes, 1992; Bastos, 1987).

As Ligas Camponesas representam um marco histórico no desenvolvimento dos movimentos sociais no campo. Os trabalhadores, conscientes da exploração a que são submetidos, passam a construir formas de resistência rompendo os laços de dominação pessoal e construindo espaços políticos de disputa de direitos. Em pouco tempo, as Ligas espalham-se por todo o Nordeste

¹¹ Convém ressaltar que as Ligas Camponesas surgidas em 1955, em Pernambuco deitam suas raízes nas organizações surgidas em 1945, quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) procurou estruturar as organizações camponesas contra os latifundiários e as forças imperialistas. As Ligas estruturadas naquele momento tiveram vida curta uma vez que em 1947 o PCB foi tornado ilegal e todas foram extintas sob violenta repressão. Para melhor esclarecimento consultar a tese de doutoramento de Emília Maria da Trindade Prestes, **A Igreja e os movimentos sociais no Brasil : atos e fragmentos de submissão e rebeldia**, defendida em 1992 na Universidade Nacional Autônoma de México

constituindo-se ameaças à velha ordem estabelecida, na qual impera a “ paz agrária” instituída nas relações pessoais sob o signo do paternalismo.

Na Paraíba, segundo PRESTES (1992, p. 88), as Ligas Camponesas superaram os limites do Estado com influência e organização maior do que em qualquer outro lugar. As primeiras organizações surgiram em Sapé, na segunda metade da década de 50 e foram criadas, inicialmente, com o apoio de lideranças sindicais dos centros urbanos passando, em seguida, a ser dirigidas exclusivamente por camponeses.

Conforme essa pesquisadora, no ano de 1962 as Ligas concentraram-se em Sapé, um contingente de dez mil associados e forneceram as bases para a criação de um grande número dessas organizações no Brejo e Litoral Paraibano. Assim, em 1964, a Paraíba já contava com quarenta mil associados às Ligas. Além dessas organizações que se concentraram nessas regiões, somam-se as organizações sindicais no campo, sob orientação da Igreja Católica que se expandiram, principalmente, no Sertão onde as Ligas não tiveram sucesso.

Analisando essa conjuntura, vêem-se que “as relações entre patrões e camponeses adquiriram em todo o resto da região, conotações até então inéditas e geraram repercussões na vida econômica, ideológica e político-partidária local, como também violentos conflitos entre camponeses e proprietários”. (PRESTES, 1992, p. 89).

As Ligas, constituíram-se espaços de construção da cidadania. Naquele momento, rebelando-se contra as diversas formas que assumia a dominação no campo, os camponeses descobrem a força da organização coletiva e passam a forjar as estratégias de conquista dos seus direitos. O enfrentamento a nível pessoal, caracterizado por uma justiça exercida pelas próprias mãos, é substituído pela luta, no terreno público da luta por direitos. As mudanças nos rumos do desenvolvimento nacional criaram o cenário propício à estruturação de ações no meio rural que em pouco tempo viriam tornar legítimo o movimento camponês na sociedade brasileira.

As mudanças que ocorrem nas formas de manifestação do campesinato não podem ser compreendidas à revelia do entendimento do movimento de expansão do capital - um processo que está ligado à dinâmica contraditória do próprio

capital. Não ignorando a complexidade e a extensão dessas análises, vejamos alguns aspectos intimamente ligados ao movimento do campesinato tais como a questão agrária, a questão da reforma agrária, a questão de direitos à *terra de trabalho*.

2. A Luta pelo acesso à terra e a expansão do capital.

No Brasil, a expansão do capitalismo no campo acontece sem que se processem reformas na estrutura fundiária. Isso se torna possível graças à aliança que se estabelece entre facções das classes dominantes (agrária e não-agrária), formando o chamado " bloco agrário-industrial " em defesa dos interesses do capital. (cf. BASTOS, 1985, p. 265). Mediada por tal aliança a terra se subordina ao capital, aumentando a concentração de riqueza e por outro lado, agravando a pobreza de um grande contingente populacional no campo.

Assim, as políticas de desenvolvimento no Brasil, particularmente aquelas definidas para o meio rural, têm contribuído para dificultar o acesso à terra a milhões de brasileiros, que poderiam cultivá-la diretamente. Nas últimas décadas, esse fator, aliado a tantos outros, cria condições para o desenvolvimento de organizações camponesas expressas nas diferentes formas de participação política que tem lugar no cenário rural.

Nos espaços construídos coletivamente, as experiências dos camponeses permitem produzir diferentes estratégias de enfrentamento, seja só com proprietários latifundiários, seja também com o Estado. A hora e a vez do enfrentamento com o Estado chega, quando este, expressamente, defende os interesses de grupos minoritários.

Assim, a reforma agrária, aspecto fundamental da questão fundiária, continua sendo adiada, apesar das lutas e enfrentamentos dos camponeses que se ampliam em todo o país nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos cinquenta.

MARTINS analisando as lutas do campesinato brasileiro, aponta a histórica insubmissão, expressa através de manifestações, que deixaram marcas no

desenvolvimento da sociedade brasileira. Primeiro, contra o domínio pessoal de fazendeiros e coronéis seja, contra o trabalho escravo, seja contra as formas semi-feudais de exploração do trabalho, ou ainda contra a expropriação e exploração, feitas por grileiros e empresários rurais. Mais recentemente, contra a exploração econômica que se concretiza na ação do grande empresariado capitalista e na política econômica do Estado, que cria e garante as condições de sujeição do campesinato à ordem política e econômica vigentes. (Cf. MARTINS, 1990, p.9-10).

Ao se expandir no campo, modernizando a produção agrícola sem nenhuma preocupação com o homem, o capital promove a expulsão da população para a periferia das cidades. Uma "superpopulação sobrando" se aglomera formando grandes favelas e vivendo em condições sub-humanas. Dessa forma, a questão agrária deixa de ser problema exclusivo do campo e se põe também como um problema urbano – rural.

A política agrária do governo militar favoreceu o desenvolvimento de produções capitalistas do tipo imperialista em todo o país. Atingiu, desde a atividade agrícola e pecuária até as atividades extrativistas. Por um processo de realinhamento da produção, articulado de forma ampla e profunda com as atividades da indústria, contribuiu para a acumulação monopolista. Em consequência, diferentes categorias de trabalhadores no campo — colonos, moradores, parceiros, peões, volantes, etc — foram submetidos às condições de trabalho e de vida determinadas pela acumulação monopolista. (IANNI, 1981, p.89).

A solução da modernização da agricultura que se acelerou com a industrialização nas décadas de 60 e 70, como saída para a crise agrícola, "agravou a crise agrária brasileira e, mais que isso, transformou-a em crise urbana das grandes metrópoles. As cidades incharam e o campo esvaziou-se [...]." A marcha acelerada da modernização deveria transformar essa mão de obra desempregada no campo em assalariada na indústria. No entanto, as cidades não foram capazes de absorvê-la produtivamente. Ainda analisando o êxodo rural nesse período aponta GRAZIANO (1986, P. 61) que em "duas décadas o país

que tinha 70% da sua população na zona rural urbanizou-se a ponto de inverter a proporção: hoje [1985] temos apenas 30% nos campos.”

MARTINS (1990) ao analisar a violenta expulsão do homem do campo pela forma como aí se expande o capitalismo, confirmando as afirmações acima.

“ [...] a penetração do capitalismo no campo além de aumentar o número de [...] ricos, faz crescer também o número de camponeses proletarizados total ou parcialmente, aumenta os assalariados rurais e promove a migração para as cidades.” (MARTINS, 1990, p.96).

A questão agrária, como afirma este autor, “é um problema político e, portanto, carece de resposta política. É um problema que confronta classes sociais, explorados e exploradores”. Desde a década de 60 o tema da reforma agrária tem estado presente não somente na discussão teórica, mas também no centro dos debates políticos, sempre que se apresenta como saída para os impasses do desenvolvimento econômico ou como atenuante dos conflitos no campo.

Em alguns momentos, na luta pela reforma agrária, como no início da década de 60, uniram-se diferentes segmentos da população no campo e na cidade. As elites concebendo a estrutura agrária brasileira como empecilho ao desenvolvimento, viam na reforma agrária uma solução não apenas para o campo mas para o “progresso do país” (cf. FIGUEIREDO, 1984, p.153-69).

MARTINS, analisando a conjuntura do curto período do governo Goulart, mostra que o interesse do Estado na realização da reforma agrária era de resolver o problema da oferta de alimentos “ ponto de estrangulamento da economia “. Isso decorria da estrutura fundiária do país, marcada fortemente pelo latifúndio improdutivo. Milhares de camponeses sem terra não tinham condições de produzir para aumentar a oferta de alimentos.

“ A solução para o ponto de estrangulamento seria a reforma agrária. Essa reforma teria como uma de suas conseqüências, além do aumento da produção de alimentos a ampliação do mercado interno e um fluxo maior de renda no meio rural.” (MARTINS, 1990, p.91).

A preocupação das elites com a ampliação do mercado interno como estratégia de desenvolvimento capitalista autônomo e antimperialista estava distante da verdadeira luta dos camponeses pela reforma agrária radical. O que estava em jogo era, em última instância, o lucro do capital. Enquanto crescia, em meado dos anos 50 e início dos anos 60, o movimento pela reforma agrária, encaminhada por uma frente antimperialista (da qual participavam proprietários rurais, empresários, Igreja Católica, comerciantes, etc), no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) empresários brasileiros e americanos produziam um diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira. O estudo visava à realização da reforma agrária, conforme os interesses de grupos econômicos estrangeiros. Tal proposta acabou se tornando realidade no Estatuto da Terra (Lei 4504 de 30 de novembro de 1964) logo após o golpe de Estado pelos militares.

Nos anos que se seguiram ao golpe, o Estado reorganizou todo o seu aparelho com o objetivo de atender aos interesses do capital monopolista. No que se refere às questões do campo, criaram-se vários organismos para tratá-las. Depois de conter violentamente as lutas no campo, o Estado tratou de empreender uma política de desenvolvimento intensivo, da qual foram beneficiados além dos latifundiários, empresários e banqueiros. Analisando a questão, IANNI assinala que

“Á medida que se desenvolvia o capitalismo no campo com a formação e expansão de empresas, com a proletarianização de muitos trabalhadores rurais e a recamponização de outros, cresceu muito a produção de capital nas indústrias agrícolas, sendo que esse capital canalizou-se principalmente para a indústria, comércio e o setor bancário.” (IANNI, 1981, p.89-90).

O Estado capitalista tem como base de sustentação e determinantes de sua ação, as elites econômicas (latifundiários, banqueiros, industriais, comerciantes, etc). Marx define o Estado capitalista como sendo o comitê da burguesia e Lenin como o seu braço armado. Portanto, conforme os clássicos do materialismo histórico o Estado existe para defender os interesses de uma elite privilegiada.

No Brasil, em início da década de 60, coube a esta elite definir os rumos do desenvolvimento nos moldes da modernização conservadora, mantendo ou ampliando os níveis de desigualdade. Isso se deu, na medida em que aumentou ou promoveu a concentração de renda e de terra.

Dentre as reformas de base reivindicadas pela classe trabalhadora desde meados da década de 50, a reforma agrária se colocava como prioritária. GRAZIANO mostra que o Estatuto da Terra inspirado no modelo de desenvolvimento da *Aliança Para o Progresso*, se opunha à reforma agrária radical que os trabalhadores reivindicavam. "O que se verificou sob a égide do governo militar foi uma lenta e dolorosa transformação dos latifúndios em modernas empresas rurais [...], amparadas por incentivos fiscais e creditícios". (cf. GRAZIANO, 1986, p.60).

A política do governo militar, em lugar de resolver a questão da concentração de terras, ampliou o latifúndio principalmente naquelas terras que eram destinadas a absorver grandes contingentes populacionais migrantes de outras regiões — as denominadas áreas de colonização.

" Em 1975 cada grande estabelecimento tinha em média uma área correspondente a 87 pequenos estabelecimentos. Em conseqüência, ficou bloqueado o surgimento de 3.600.000 pequenos estabelecimentos." (MARTINS, 1984, p.38)

Grandes projetos foram criados e implementados pelo governo com apoio técnico e assistência financeira de organismos internacionais. Na esteira do Programa de Integração Nacional seguiram-se outros de grandes dimensões em nome do desenvolvimento nacional. Vejamos alguns destes: Programa de Distribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE).(PRESTES, 1992, p.150).

A maioria dos projetos, conforme se constata em vastas análises sobre a questão, foi, teoricamente, concebida em nome do pequeno e médio produtor. Tinham quase sempre como objetivo principal (declarado), o reforço à pequena

e média produção para, no caso do Nordeste, atenuar os efeitos das prolongadas estiagens e manter a mão de obra no campo.

No que se refere ao Nordeste, na segunda metade da década de 70, vários acontecimentos ocorreram agravando a situação das classes subalternas na região. Um deles foi a estiagem de 1976 que parece ter deixado as autoridades apreensivas com a devastação que esse fenômeno sempre causa. Para atenuar os efeitos da seca o governo implantou o Projeto Sertanejo com o objetivo de fortalecer a economia da região com vigência de 1977 a 1983.

A implantação do PROÁLCOOL na Paraíba, por exemplo, nos finais dos anos 70 e início dos anos 80, teve conseqüências negativas que concorreram não somente para a destruição das culturas de subsistência, como também para a migração para as cidades, tanto de trabalhadores sem-terra como de pequenos proprietários. (cf. SILVEIRA, 1996, p.42-3).

Na verdade a sociedade assistiu ao desvio dos recursos destinados àqueles projetos, para os latifundiários que ampliaram seus domínios e, por exemplo, desenvolveram a pecuária, em lugar de estimular a produção de alimentos. O resultado foi a concentração cada vez maior de terra e de renda.

Por mais de vinte anos o governo federal ignora o Estatuto da Terra e através da política de incentivos e subsídios financia a concentração da propriedade agrária. Entre os anos de 70 e 80 os 5% mais ricos no campo tiveram sua renda elevada de 23,7% para 44,2% contra a diminuição dos 50% mais pobres de 22,4% para 14,9%. (cf. Campanha Nacional Pela Reforma Agrária, 1983).

Apesar da repressão e da violência com que o governo procurou eliminar as tensões no campo durante os anos 70 e 80, os conflitos no campo se proliferaram por todo o país e suas demandas também se diversificaram. No conjunto das lutas no campo, além das demandas pelo acesso à terra, tem lugar o movimento de bóias-frias — luta específica por salário — além do sindicalismo combativo, que tanto vem influenciando os movimentos no campo como por eles é influenciado. Todas essas lutas orientam-se para um mesmo objetivo : a realização da reforma agrária.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo movimento camponês na luta pela reforma agrária, encontra-se na questão da legitimidade da propriedade. A sociedade moderna é fundada no contrato e a propriedade é um de seus princípios fundamentais.

Em Locke, a terra é concebida como dádiva de Deus à humanidade para que o homem dela retire o seu sustento. A terra nessa concepção é um bem comum e é pelo trabalho que o homem adquire o direito à propriedade privada da terra.

“ A extensão da terra que o homem lavra, planta, melhora, cultiva cujo produto será a sua propriedade [...]. Deus ao dar ao homem o mundo em comum a todos os homens ordenou-lhes também que trabalhassem [...]. O trabalho tinha de servir-lhes ao direito de posse”. (LOCKE, 1981, p.14).

Assim sendo, quando os camponeses lutam pela terra de *trabalho contra a terra de negócio*, estão assumindo e defendendo esse princípio. Em outra passagem afirma ainda LOCKE que

“ [...] cultivar a terra e ter domínio estão intimamente conjugados um de direito ao outro, assim Deus mandando dominar concedeu autoridade para a apropriação; e a condição da vida humana que exige trabalho e material com que trabalhar, necessariamente introduziu a propriedade privada”. (LOCKE, 1981, p. 15).

Ainda buscando compreensão sobre a propriedade da terra ROUSSEAU nos ensina:

“ Em geral, para autorizar sobre um terreno qualquer, o direito de primeiro ocupante, dá-se nas seguintes condições : primeiro que esse terreno não seja ainda habitado por ninguém, segundo não se ocupe dele mais do que a porção que dele necessite para subsistir; em terceiro lugar, que se tome posse dele, não apenas por uma cerimônia, mas pelo trabalho e pelo cultivo únicos sinais

de propriedade que em falta de títulos jurídicos devem ser respeitados pelos outros." (ROUSSEAU, 1981, p.31-3).

Na concepção de ROUSSEAU, o direito de propriedade da terra está vinculado ao seu cultivo, à incorporação de trabalho na futura perspectiva de MARX. Essa concepção legitima a luta dos posseiros contra a grilagem, uma das mais violentas formas de expropriação que ocorre no campo, no Brasil. Para José de Souza MARTINS, o grileiro é um verdadeiro traficante de terras, com documentos falsos adquiridos através de corrupção, ele invade terras, geralmente devolutas, já ocupadas por posseiros.

MARX e ENGELS num de seus primeiros escritos, *A Ideologia Alemã*, referem-se ao movimento de transformação da propriedade até o momento em que surge a propriedade privada.

"[...] a propriedade tribal aparece como propriedade do Estado e o direito do indivíduo sobre ela como simples posseiro [...]. A verdadeira propriedade privada começa, tanto como entre os antigos como entre os modernos com a propriedade mobiliária [...] a propriedade tribal desenvolve-se passando por várias etapas diferentes - propriedade feudal da terra, propriedade mobiliária cooperativa, capital manufaturado - até chegar ao capital moderno condicionado pela grande indústria e pela concorrência universal. Isto é, até chegar à propriedade privada pura que se despojou de toda aparência de comunidade e que exclui toda influência do Estado sobre o desenvolvimento da propriedade". (MARX e ENGELS, 1987, p. 97)

Com o desenvolvimento das forças produtivas, a terra adquire valor de troca como uma mercadoria. A terra subordina-se ao capital e assim passa a ser disputada no mercado deixando de cumprir a sua função social.

"A terra passa a ser objeto e meio de produção de valores de troca. É inserida nas relações capitalistas de produção como elemento das condições de produção controlada pela empresa privada [...] a terra deixa de ser objeto e meio de produção de valores de uso." (IANNI, 1981, p.154).

Falando em função social da terra, acredito ser oportuno buscar alguns elementos que ajudem na compreensão dessa noção. Não posso aprofundar, pois essa tarefa exigiria uma incursão nos fundamentos filosóficos e teóricos da função social da propriedade. Busco, no entanto, informar em linhas gerais como a questão é concebida na legislação agrária brasileira.

A regulamentação da função social da terra está assentada no princípio da função social da propriedade que orienta as leis de reforma agrária e que tem origem na tradição das leis espanholas e das Índias. Estas, afastando-se do direito romanista, criam uma original regulamentação do direito de propriedade condicionando-o de modo expresso ao uso e cultivo efetivo da terra. (MARCIAL, 1994, p.26).

Ainda insistindo na compreensão da função social da terra, MARCIAL (1994) adverte que as terras não podem permanecer ociosas pois sendo “ mães nutrizas da sociedade”, são portanto “ produtoras da manutenção dos homens.” Este é o primeiro requisito da função social da terra — provedora do alimento do homem. Porém a esse somam-se outros critérios para que a função social da terra seja efetivada: o cultivo eficiente, direto e correto. A não observância desses critérios, estaria ferindo o que preceitua o direito. A sanção seria a expropriação.

Colocado dessa forma parece de simples compreensão, no entanto,

“ A função social da propriedade consiste numa série de obrigações, de encargos, de limitações, de estímulos e ameaças que formam parte da regulamentação do direito de propriedade. [...] é todo um complexo de recursos mediante os quais de forma direta ou indireta o proprietário é levado ao campo da função social.” (MARCIAL, 1994, p.28).

Assim, o direito de propriedade no caso de que estou tratando é um direito relativo, um direito a serviço de interesses harmonizados que transcende o direito puramente individual.

O Estatuto da Terra brasileiro, Lei Nº 4505 de 30 de novembro de 1964, conserva no seu artigo primeiro o que preceitua a Constituição de 1946 no que

se refere ao condicionamento do direito de propriedade ao cumprimento da função social da terra. Os princípios e diretrizes que nortearam essa questão prevaleceram até a Constituição de 1988.

O Estatuto da Terra, para ser operacionalizado carecia de um Plano Nacional de Reforma Agrária. Isso acontece somente em 1985, mais de 20 anos após sua publicação. Embora não contemplasse as reivindicações do movimento camponês, no que tange à Reforma Agrária, o Estatuto da Terra foi o primeiro instrumento legal que, no Brasil, definiu princípios e diretrizes para o seu encaminhamento.

Medidas implementadas pelo governo militar resultaram na transformação de latifúndios improdutivos em grandes empresas rurais, ampliando consideravelmente a área dos grandes estabelecimentos como já foi assinalado. Na mesma perspectiva, apesar dos propósitos declarados pelo governo, a Reforma Agrária continuou quase no mesmo ritmo, durante a chamada Nova República, frustrando as expectativas das classes subalternas no campo. Um dos indicadores dessa frustração está em que, no ano de 1991, a população urbana no país atingiu 75% e na região Sudeste esses percentuais chegavam a 90%. (cf. Andrade, 1995, p. 12).

Carlos MINC ao se posicionar sobre o Estatuto da Terra afirma que:

“O Estatuto da Terra define como meta ideal para a agricultura a Empresa Rural, de pessoa Física ou Jurídica, EXPLORADA RACIONALMENTE. Dos quatro tipos de imóvel rural que o ET define — Minifúndios, Latifúndios por Dimensão, Latifúndio por Exploração e Empresas Rurais —, o objetivo é extinguir os três primeiros e formar mais Empresas Rurais”. (Minc, 1986, p. 19).

Ainda segundo esse autor, em 1983 estavam cadastrados pelo INCRA, 340 Latifúndios por Dimensão, ocupando 47 milhões de ha enquanto 2,5 milhões de minifúndios ocupavam 42 milhões de ha. Um quadro gritante de disparidades que denuncia a injustiça no campo e explica a insurreição do campesinato — seguimento das classes subalternas que neste país, mesmo sob a repressão que se abateu após o golpe de 64, cresceu em organização e consciência dos seus

direitos. De forma que, "em 1985 o IV Congresso de Trabalhadores Rurais [em Brasília] reuniu oito milhões de camponeses incluindo as diversas categorias camponeses Sem Terra, Pequenos Proprietários e Assalariados no campo". (Minc, 1986, op. cit, Santos, 1991, p. 8, Andrade, op. cit.).

Portanto os dados revelam que, enquanto o governo implementava uma política que agravava a exclusão no campo, os camponeses e trabalhadores rurais construíam junto a outros setores da sociedade civil organizada, nos estreitos caminhos da ditadura, as vias que os levariam ao exercício da cidadania. Lutar por direitos, construir espaços de participação política, conquistar legitimidade de sua luta junto à sociedade civil e política, denunciar injustiças contra o trabalhador e, a violência contra os direitos da pessoa humana, constituem itens desse capítulo da história das populações excluídas no campo. Com isso, fica evidente que a cidadania não se realiza através de concessões, não pode ser outorgada. É uma construção coletiva na qual a cada conquista se amplia a consciência política. Entendida aqui na acepção mais moderna como assinala Umberto CERRONI (1993, p. 132): "Consciência política que nasce como consciência democrática, isto é, como consciência de participação nas decisões políticas em defesa de interesses comuns".

Aguçadas no campo das lutas, as questões da reforma agrária acabaram por forçar o Governo Sarney em 1985 a providenciar a elaboração do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária — 1º PNRA. Em plena campanha pela redemocratização, o movimento pela Reforma Agrária lança em 1982 a Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Nesse momento, várias instituições da sociedade civil organizada reúnem-se em defesa dos camponeses e trabalhadores rurais entre elas, a Igreja Católica, a CONTAG, ABRA, CIMI, IBASE, CPT, CUT e partidos políticos como o PT.

A Campanha tinha como um dos objetivos criar um fórum de divulgação e sistematização das variadas lutas no campo para pressionar o governo a tomar medidas urgentes com relação aos problemas que se acumulavam no campo.

O pesquisador José Vicente Tavares dos SANTOS, (1991, op. cit.) classificou as demandas, naquele momento da história das lutas no campo, em três grandes eixos: Lutas de assalariados no campo (permanentes e

temporários), Lutas sociais por condições de comercialização de produtos e o terceiro eixo, de Lutas pela terra que, congregando vários tipos de agricultores formam a categoria política dos camponeses (ver entre outros, Carlos Ming, 1986; Martins, 1984; Santos, 1991 e Novaes, 1985 e Silveira, 1994).

A partir de 1975, no desenvolvimento das lutas no campo, a mediação fundamental se fez pelas comissões de base coordenadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), sob o grande guarda-chuva da Igreja Católica — “Verdadeira Sociedade Civil dentro da Sociedade Civil” (Gramsci). Quanto ao sindicalismo rural, ao longo do período da ditadura, apesar da repressão, vivencia um processo de maturação e aprendizagem, que lhe proporcionaria profundas mudanças. De assistencialista, submisso e clientelista, torna-se reivindicativo e combativo. Essa nova postura (novo sindicalismo) contribuiu para a constituição do Movimento Camponês como Sujeito político¹².

Durante a realização do IV Congresso dos Trabalhadores Rurais, como já visto, realizado em 1985, o Governo apresenta para discussão, proposta para o I Plano Nacional de Reforma Agrária. Esperava-se por um documento desse tipo, não necessariamente a proposta do Governo, há mais de 20 anos para a operacionalização do Estatuto da Terra.

Numa postura claramente populista, o Governo sabiamente, utilizando a estratégia do “Transformismo” (Gramsci)¹³, convidou para os cargos de direção dos vários organismos ligados à questão agrária e agrícola, intelectuais e militantes da oposição a quem “confiou” o planejamento e desenvolvimento de políticas para o setor. Incluído aí a elaboração do I PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. Dessa forma, constitui-se uma equipe formada por forças consideradas progressistas, criando expectativas e esperanças na população em relação à Reforma Agrária. (cf. Novaes, 1985; Andrade, 1991; MINC, 1986; entre

¹² “ [...] sujeitos políticos são os assim chamados **atores** da política e, portanto, principalmente, os partidos políticos, mas também os sindicatos, as associações e os grupos que desenvolvem uma atividade política contínua.” (Cerroni, 1993, p. 115).

¹³ Transformismo empregado aqui no sentido concebido por Gramsci, em que “nos casos de transição pelo alto, o “bloco do poder” incorporam intelectuais e militantes através de mecanismos de cooptação. Sobre essa questão ver Carlos Nelson Coutinho. As categorias de Gramsci e a América Latina, IN: Gramsci e a América Latina, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 103 a 104.

outros). Tudo levava a crer que, a Reforma Agrária “congelada” por 21 anos, sairia dos “arquivos” para sua verdadeira efetivação com a participação popular, coordenada por intelectuais declaradamente defensores dos interesses das classes subalternas.

No IV Congresso dos Trabalhadores da Agricultura, a proposta do Governo para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, apesar das posições conflitantes entre as diversas tendências, acabou obtendo aprovação. Era o crédito de confiança que os funcionários do Ministério de Reforma Agrária e Desenvolvimento (MIRAD) e do INCRA, pediam aos trabalhadores e camponeses e as suas instâncias mediadoras.

Para remover obstáculos à aprovação da proposta pelo movimento camponês e suas instâncias mediadoras, funcionários do MIRAD e do INCRA empenharam-se na construção de alianças com os setores mais combativos da sociedade civil. As dificuldades advinham do confronto com os interesses, entre estes, a forma de indenização e a forma de assentamento. Os desdobramentos das divergências geraram um embate político-ideológico no qual a Igreja Católica alimentava a resistência dos trabalhadores, enquanto os sindicatos passaram a empenhar o seu apoio à equipe do Governo na esperança de que o Estado assumisse nova postura frente aos inúmeros problemas acumulados no campo (Cf. Novaes, 1985, p. 80 a 100). Prevaleceu mais uma vez os interesses dos proprietários e empresários, tendo os poderes, Legislativo e Executivo, respaldado as reivindicações daqueles como historicamente ocorre. Apesar da estratégia da Aliança Democrática e a inexistência de um poder hegemônico dominante, a classe trabalhadora não pôde, naquele momento, fazer valer os seus interesses. Devido às fraturas no “bloco no poder”, o governo busca na sociedade civil o “consenso” necessário à implementação dos seus projetos e programas na fase de transição para a democracia.

Frustradas as expectativas em relação às medidas para minimizar os problemas no campo, as esperanças vão ser depositadas na Assembléia Nacional Constituinte instalada em 1987. Nesse momento da vida nacional, todas as forças sociais e políticas mobilizaram-se para que se estabelecesse juridicamente suas propostas na Carta Magna. No entanto, a correlação de

forças, desfavorável às classes subalternas, impede maiores avanços embora algumas conquistas tenham sido alcançadas. No que tange às questões rurais, criou-se a União Democrática Ruralista (UDR), que reunindo os interesses da oligarquia rural os fez prevalecer, de forma que os dispositivos constitucionais inscritos no capítulo III da Carta Magna não avançaram em relação ao Estatuto da Terra e, ao Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República. A UDR, uma organização de extrema direita que passou a agir no campo, enfrentando violentamente camponeses e trabalhadores rurais, constituiu-se numa verdadeira organização paramilitar que recebendo apoio de juizes locais e da imprensa varre o país semeando terror e atentando contra a vida de dezenas de trabalhadores. Segundo MARTINS (1994), a Constituição Federal de 1988 praticamente revoga o Estatuto da Terra. Resulta num instrumento legal lacônico, pleno de indefinições a serem resolvidas em legislação ordinária que somente será emitidas a partir de 1993.

Vejamos como está posta na Carta Magna a questão da Reforma Agrária e a Função Social da Terra:

“Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano da sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º. As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º. O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º. Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I — a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II — a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidas em lei, aos seguintes requisitos:

I — aproveitamento racional e adequado;

II — utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III — observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV — exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.”¹⁴

Em que pese as inovações inscritas na Constituição quanto à definição da função social da terra, este diploma legal contém, por outro lado, vários mecanismos que bloqueiam o processo de Reforma Agrária. Entre outros, assinalam-se: a questão da indenização, a indefinição das categorias pequeno e médio produtora, indefinição quanto à propriedade produtiva e ambigüidade quanto ao cumprimento da função social da terra. Além desses pontos considerados fundamentais à definição de uma nova política fundiária e, portanto para que se possa iniciar um processo de minimização das desigualdades no que se refere à distribuição das terras, vários analistas tais como MARTINS, (1994) e ANDRADE (1991) apontam diversas contradições no texto constitucional, no que se refere a essa matéria que, como se sabe, foi deixada para regulamentação posterior. Somente cinco anos após a promulgação do texto constitucional, reinicia-se a discussão acerca da regulamentação desses dispositivos. MARTINS (1994, p. 90), analisando a conjuntura na instauração do novo regime civil, assim se pronuncia em relação à Constituição de 1988 no que se refere à questão agrária.

“Os precários avanços na legislação fundiária da ditadura militar foram praticamente anuladas pelos Constituintes. A utilização dos

conceitos de "propriedade produtiva" e de "propriedade improdutiva" introduziu uma ambigüidade na definição das propriedades sujeitas a desapropriação para Reforma Agrária, praticamente anulando as concepções relativamente avançadas do Estatuto da Terra". (Martins, 1994, op. cit. p. 90).

O movimento camponês esbarra, naquele momento, na "muralha" (como denomina MARTINS) constituída por uma aliança de classes unindo proprietários de terra, empresários, banqueiros e membros do próprio Congresso Nacional representantes das oligarquias rurais tendo o Executivo como suporte. Mais uma vez a Reforma Agrária esconde-se na nebulosidade das indefinições e perde-se na timidez de um Estado capturado por uma minoria liderada pelo "bloco ruralista".

Somente a partir do governo do presidente Itamar Franco, a questão da Reforma Agrária é retomada timidamente. A Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e a Lei Complementar nº 76, de 06 de julho do mesmo ano são os primeiros instrumentos legais de regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à matéria. Estes, embora procurem definir o conceito de propriedade improdutiva, segundo LOPES (1994, p. 114) apresentam-se ainda insatisfatórios por trazerem mais obstáculos do que benefícios à retomada do processo de Reforma Agrária.

Apesar das dificuldades, do descaso do Governo, do caráter individualista que se aprofunda cada vez mais no atual estágio do desenvolvimento capitalista e, especialmente da política neoliberal sob a qual o atual Governo conduz a sociedade brasileira, o movimento camponês continua crescendo. Embora constata-se um flagrante recuo dos Movimentos Sociais nos anos 90, as lutas dos camponeses e trabalhadores rurais ganham cada vez maior espaço na sociedade civil reivindicando não somente *Terra de trabalho*, mas denunciando a violência, as injustiças, e exigindo o cumprimento dos direitos já adquiridos. Enfim, esse movimento constitui-se o verdadeiro espaço de construção da cidadania desse segmento das classes subalternas.

¹⁴ Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, Capítulo III.

3. Sobre a noção Cidadania

Tomando como universo empírico as experiências de luta dos trabalhadores rurais de Três Irmãos pela posse e permanência na terra, esse trabalho tem por objetivo mais amplo compreender, como nos espaços forjados nessa luta, se dá a construção da cidadania. Para tanto, parte-se do entendimento de que a reflexão centrada na luta em si, isolada do processo social mais amplo, é insuficiente para compreender o problema na sua essência.

Por essa razão, considerando a complexidade da totalidade social abordei, ainda que superficialmente, a crise dos paradigmas dos movimentos sociais e alguns de seus aspectos no que se refere à expansão do capitalismo no campo e seu impacto nas relações de trabalho e na vida do camponês, bem como a reação do campesinato diante daquelas mudanças nas últimas décadas. Estou enfocando o processo de construção da cidadania no movimento da sociedade, do qual o movimento camponês é uma de suas dimensões. Nessa perspectiva, e com a convicção de que é no processo de produção da sua existência que o homem se transforma, é que procuro entender como no processo participativo, construído coletivamente, produziram-se espaços de construção da cidadania.

Assim, a cidadania envolve um modo específico de inserção do homem no processo de desenvolvimento da sociedade, no qual este (o homem) intervém conscientemente, de uma forma ou de outra, participando das decisões direta ou indiretamente. Características da construção da cidadania estão presentes, seja na conquista e defesa de direitos, seja na conquista de espaços na sociedade civil, ou na luta pelo acesso de bens e equipamentos públicos.

Entendo que a cidadania não é uma conquista datada mas algo em construção, em processo, de forma que, a cada momento, novas perspectivas se põem. É, portanto um devir em que as realizações geram novas aspirações. Dessa forma, entendo que a "cidadania plena" é relativizada, na medida em que está permanentemente em construção e que sua realização se dá através, principalmente, da conquista de direitos. Na concepção de Fernando SORONDO,

"[...] enquanto conquista derivada das aspirações de uma classe social determinada, os Direitos Cívicos e Políticos são uma etapa fundamental na evolução conceitual dos Direitos Humanos, mas não a última. Na medida em que a sociedade se transforma, produz também uma nova definição de aspirações, um novo estado de consciência que leva à novas exigências a fim de satisfazer às necessidades básicas do homem. [...] os direitos humanos como geradores de utopias não podem ser alcançados totalmente. [...] A luta por uma nova ordem que transforma as condições históricas modifica em extensão e profundidade a consciência coletiva". (Sorondo, 1991, p. 18 e 76)

Olhando nessa perspectiva, a noção de cidadania vincula-se necessariamente à noção de direitos, que portanto se põe como categoria fundamental associada à compreensão de outras noções como liberdade, igualdade, justiça, participação social e política, democracia, etc. É, portanto, um assunto complexo em amplitude e profundidade que exige um olhar atento, de forma a não se deixar perder a multiplicidade de noções que de forma imbricada contribui, seja como integrante do próprio processo de construção da cidadania, ou como meio através do qual esta se vislumbra.

MARSHALL (1967, p. 64-65), ao considerar o desenvolvimento histórico dos direitos na Inglaterra, destaca três elementos básicos na constituição da cidadania — os direitos civis que se formaram até o século XVIII, os direitos políticos constituídos e estabelecidos durante o século XIX e os direitos sociais que são elaborados durante o século XX. Naturalmente que não se pode fazer uma demarcação exata em termos de temporalidade, pois a história é dinâmica e portanto o seu movimento é dialético. Por essa razão, em alguns momentos, enquanto ainda se luta pelo estabelecimento de uns já se elaboram outros direitos. Aconteceu assim no final do século XIX e durante todo o século XX onde se entrelaçaram direitos políticos e sociais. Para entender essa dinâmica, é preciso considerar o desenvolvimento das forças produtivas o qual confere maior ou menor complexidade à realidade e, portanto criam novas necessidades e, conseqüentemente amplia o campo de conquistas e os horizontes da cidadania.

As grandes Declarações de Direitos são, portanto, produto de um longo período de tomada de consciência que acompanhou paulatinamente as

transformações ocorridas na Europa desde os séculos XII e XIII. É nesse período que pouco a pouco vai sendo constituída uma classe emergente — a burguesia — nascendo da velha estrutura da sociedade medieval.

Essa classe, à proporção que questionando a velha ordem produz mudanças, vai ao mesmo tempo elaborando novas noções de direitos, seja para a condução dos seus negócios — a empresa — seja para a sua participação política. A definição, conquista e estabelecimento de novos direitos vêm sempre precedidas de acontecimentos históricos que produzem transformações sociais, econômicas e políticas.

Foram, portanto, necessários vários séculos até que grandes acontecimentos marcassem novos avanços na evolução dos direitos. A Revolução Francesa no final do Século XVIII (1789) representa o marco mais significativo na sociedade moderna, da conquista dos direitos civis e políticos e que foram incorporados à ordem jurídica. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada em 1789, "assinalou o fim de uma época e o início de outra e, portanto indica uma virada na história do gênero humano" (cf. Sorondo, 1991, p. 11; Bobbio, 1992, p. 85; Gohn, 1992, p. 15).

A noção de cidadania no liberalismo nasce associada à questão dos direitos naturais imprescritíveis ao homem — liberdade, igualdade perante a lei e propriedade. E ainda, aos direitos da nação — soberania nacional e separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão a propriedade é firmada como direito supremo. O cidadão é o proprietário e somente este é considerado apto para escolher os seus representantes e também para representar. Como a atividade produtiva principal ainda era a vinculada à terra, esse cidadão era o proprietário de terras; os trabalhadores, os não-proprietários, considerados incapazes de dirigir seus próprios destinos eram os não-cidadãos. Nasce aí nesse momento histórico o sujeito político burguês independente de vínculos consangüíneos com a nobreza. (cf. Gohn, op. cit. p. 17).

Dessa forma, vê-se que, para que todos os homens chegassem a conquistar o *status* de cidadão tiveram que se haver com obstáculos econômicos, políticos e ideológicos. A construção de uma nova visão de mundo é acompanhada de um

processo de transformações que foi muito lento nos primeiros momentos durando vários séculos e acelerando-se nos últimos duzentos anos. Para que fossem removidos os alicerces da velha sociedade estamental, foram necessárias mudanças tão profundas de forma que a própria realidade exigisse um novo *ethos*.

Para LOCKE, teórico do liberalismo, a educação para a cidadania não fazia parte do universo do trabalhador, do "homem rude". Esse homem não era considerado cristão, e dessa forma, o direito natural inato de igualdade era desfeito no terreno do real pela desigualdade entre cidadãos e não-cidadãos ou, dito de outra forma, pela diferença entre proprietário e não-proprietário. (Locke, apud Gohn, op. cit. p. 12).

DIDEROT (apud Gohn, op. cit. p. 11-2) concebia a independência econômica como "necessária a liberdade de espírito". Portanto, só os proprietários tinham direito à plena liberdade e à plena cidadania. Essa discriminação entre os homens assentada no direito de propriedade expurgava o trabalhador do direito de participar das decisões políticas visto que era aprioristicamente considerado inapto.

Essas concepções sofrem modificações com a emergência do racionalismo ilustrado ainda no século XVIII, no qual, a ênfase é colocada na razão e, ao nomear-se a história como evolução do espírito e autonomia da razão propõem-se modificações na ordem social e política, atuando sobre a educação do homem. Nesse contexto, o leque dos cidadãos se amplia à classe trabalhadora e esta passa a se constituir sujeito de direitos. O homem nesse momento de reformas políticas torna-se sujeito histórico capaz de modificar a realidade (Gohn, 1992, p. 72-3). Esse homem precisava, portanto, ser livre e também consciente e o critério de diferenciação são as diferentes capacidades entre os homens. Assim, a cidadania se resume em uma questão de educação.

No final do século XVIII e início do século XIX ocorre a Revolução Industrial (Inglaterra) e com ela, grandes transformações se processam nas relações sociais de trabalho, na sociedade civil e no Estado. O homem amplia as suas conquistas e a questão da cidadania se dirige a todos incluindo as classes trabalhadoras. O Estado outorga Direitos Sociais e a educação, nesse contexto,

passa a ocupar lugar importante na formação do futuro cidadão. (cf. Gohn, 1992, p.17). Adam SMITH, teórico da economia política, já percebia a importância da educação escolar no desenvolvimento da sociedade moderna. Na sua famosa obra **Riqueza das Nações**, Adam SMITH mostra que, em virtude da divisão parcelar do trabalho, a qual exige operações extremamente simples e específicas, a tendência é a imbecilização do trabalhador. Por essa razão, aconselhava que o Estado facilitasse e até impusesse a toda a população, a necessidade do aprendizado mais essencial como: ler, escrever e contar, além de rudimentos de gramática e mecânica. Adam SMITH via grande vantagem nesse investimento do Estado uma vez que o povo instruído se torna ordeiro e obediente aos seus legítimos superiores. (cf. Smith, apud Saviani, 1994. p.160).

Nos últimos duzentos anos, as transformações ocorrem de forma muito mais rápida do que em períodos anteriores. As próprias condições históricas, como já vimos, impõem as novas necessidades. Em alguns momentos da história mal se completaram as transformações desejadas e já surgem novas críticas à nova ordem ainda em pleno processo revolucionário. Aconteceu na Revolução Francesa a partir das denúncias de Babeuf¹⁵ sobre as contradições entre as igualdades proclamadas e as desigualdades reais entre os cidadãos na sociedade capitalista. A Revolução Industrial pôs a nu as contradições da nova ordem pela dramática situação a que os operários foram submetidos sob extrema exploração do trabalho e expostos a condições desumanas. ENGELS, em sua obra **A Situação da Classe Operária na Inglaterra**, de 1845, denuncia as condições desumanas em que vivia a classe operária nesse país há cento e cinquenta anos após a Declaração dos Direitos na Inglaterra e pouco mais de cinquenta após a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão na França em 1789.

Karl MARX ao fazer a crítica da sociedade capitalista, em meados do século XIX, denuncia a concepção liberal de Direitos Humanos e nega a sua

¹⁵ François-Noël Babeuf. (1760-1797) ainda em plena Revolução Francesa, já proclama que a propriedade privada introduz a desigualdade e já propõe um programa revolucionário comunista. Encontra-se, portanto, aí o Germe que vai ter grande importância na elaboração de Marx e Engels. (cf. Giuseppe Bedeschi. Comunismo. IN: Babbio et alli (org). *Dicionário de Política*, Ed. Universidade de Brasília: p. 206 a 207.

universalidade identificando-os com os interesses da classe social dominante — a burguesia. Mostra que a sociedade civil do seu tempo na Europa era a realização do princípio do individualismo. MARX via naquele momento que a existência individual era o objetivo final, enquanto que a atividade, o trabalho, eram meros instrumentos. Era preciso, portanto, que se garantisse ao trabalhador, condições de vida dignas. A partir daí, as reuniões da Internacional Socialista e os congressos dos sindicatos vão se constituir no *locus* privilegiado dos debates sobre os direitos econômicos, sociais e culturais durante o Século XIX. Porém, as primeiras incorporações desses direitos à ordem jurídica só ocorrem no século XX.

Apesar de todo esse esforço, na prática, as classes subalternas em vários países ainda lutam pela efetivação de direitos. O mais clamoroso exemplo é que apesar da proteção contra a fome se constituir num direito fundamental do homem, existe um bilhão de pessoas no planeta que sofre de fome crônica. Este fato nega a todos, os demais direitos. Por outro lado, constitui motivos para lutas pelos direitos humanos e de cidadão por todos os lados do planeta, vale dizer, aguçando as contradições da sociedade contemporânea.

No Brasil, as relações sociais sempre foram marcadas pela exploração e dominação de uma classe oligárquica sobre a grande maioria da população. Essa dominação em alguns momentos, chega a requintes pela violação dos Direitos Humanos como ocorreu na última ditadura militar. Mesmo fora desses períodos de extrema repressão verifica-se o flagrante contraste entre a miséria absoluta de considerável fração das classes subalternas e a alta concentração de renda nas mãos de uma pequena parcela da população brasileira.

“Em 1980, 60% da população tinha renda mensal de até 3 salários mínimos e destes, 42% estavam na faixa de até meio salário mínimo. [...] Em 1985, os 10% mais ricos do país detinham 47,7% da renda nacional.” (cf. Prado Júnior et alli, 1988, p. 14). A disparidade a nível de distribuição de renda funda os alicerces para as mais profundas desigualdades sociais e, portanto, denuncia a ausência ou não, da negação dos direitos fundamentais do homem.

Que cidadania estamos construindo num país que, conforme dados de Instituições como a FAO, UNICEF e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

(CNBB), em 1984, 86 milhões de pessoas não tinham água encanada e $\frac{3}{4}$ da população ingeriam muito menos do que as 2.240 calorias prescritas como dieta mínima pela Organização Mundial de Saúde (OMS)? E que, morrem a cada dia mil crianças de 0 a 1 ano de idade? Segundo dados do UNICEF a situação no Nordeste Brasileiro é ainda mais grave, em cada dez crianças, a metade não alcança os cinco anos de idade. Esse estado de coisas tem uma história que finca raízes no desenvolvimento econômico e político brasileiro.

A experiência da passagem do feudalismo para o capitalismo não foi vivenciada no Brasil. Aqui a democracia liberal foi lentamente sendo construída assim como a cidadania. Nasce a sociedade brasileira, fruto da expansão do capitalismo na sua fase mercantil. Nasce já numa condição subalterna, explorada por Portugal, depois pela Inglaterra que de certa forma ajudou na sua independência política e em nome dos direitos humanos, na abolição da escravidão. Como consequência, cria-se dependência econômica em relação à Inglaterra pela exportação de suas matérias primas para a indústria daquele país, em pleno desenvolvimento. Já nessa época a burguesia acumulava riquezas enquanto a classe trabalhadora vivia da cultura de subsistência; negros e brancos viviam em condições de semi-escravidão, mesmo depois da abolição (1888).

É no processo de luta que as classes subalternas tomam consciência da situação de subdesenvolvimento e, em seus movimentos organizados de pressão chegam às portas da revolução de 30 (Cf. Couvre, 1993, p. 53) na conjuntura do pós-guerra, quando experienciava-se a crise mundial de 1929. Uma época de formação dos oligopólios caracterizada por um processo de concentração de capital e pela internacionalização da produção.

No período que vai de 1930 a 1945, que inclui a vigência do Estado Novo (1937-45), o Estado desmobiliza a organização da classe operária principalmente através da "concessão" de direitos — Legislação Trabalhista, organização sindical, educação, saúde, habitação e segurança no trabalho. A cidadania nessa fase da história é outorgada, tutelada sob o pacto populista. Em relação a essa questão, SANTOS esclarece que:

"[...] o conceito-chave que permite entender a política econômico-social pós-30, assim como fazer a passagem da esfera da acumulação para a esfera da equidade, é o conceito de **cidadania**, implícito na prática política do governo revolucionário, e que tal conceito poderia ser descrito como o de **cidadania regulada**. Por **cidadania regulada** entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um *sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal*. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações **reconhecidas e definidas** em lei. A extensão da cidadania se faz pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está imbutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Toma-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. A implicação imediata deste ponto é clara: seriam pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural, que fazem parte ativa do processo produtivo e, não obstante, desempenham ocupações difusas, para efeito legal; assim como seriam pré-cidadãos os trabalhadores urbanos em igual condição, isto é, cujas ocupações não tenham sido regulados por lei." (SANTOS, 1994, p.68 - sem grifo no original).

Nesse período — a chamada era Vargas — unem-se, ao mesmo tempo, o exercício dos direitos políticos e a desmobilização planejada, na medida em que o Estado estende direitos sociais e controla o processo de mobilização da classe trabalhadora. Um exemplo dessa atitude do Estado foi a reorganização de todo o sistema educacional — o investimento no ensino primário e profissionalizante — de forma que na década de 50 as escolas públicas eram as melhores do país. A

educação atendia a dois objetivos ao mesmo tempo: atendimento à demanda da sociedade que se urbanizava e à consolidação das mudanças estruturais.¹⁶

Os governos que se seguiram a Getúlio Vargas mantiveram no plano político o mesmo pacto. Juscelino Kubitschek (1956 a 1961), enquanto abre as portas ao capital internacional tenta manter o pacto de classes aprofundando as contradições de forma a se fragilizar tanto que aos governos que se seguiram, Jânio Quadros (1961) e João Goulart (61-4) faltaram-lhes bases de sustentação e a saída foi o reordenamento do Estado sob uma ditadura militar, na qual se verificou a suspensão e/ou a violação dos direitos do cidadão brasileiro

Aproveitando as brechas deixadas no sistema pela política populista, as classes subalternas continuam a construir a cidadania num processo de tomada de consciência das profundas contradições da sociedade brasileira naquele período. No que se refere ao campo, como já assinaléi na primeira parte deste texto, os camponeses se organizaram, fundando as Ligas no Nordeste e organizando-se em Sindicatos. É somente dessa forma que conseguem construir espaços de disputas para o estabelecimento de direitos dos trabalhadores no campo.

É interessante notar que, o avanço da Sociedade civil nesse período, alargando os horizontes de conquistas e fortalecendo as instituições da Sociedade Civil a caminho da construção da **Contra-hegemonia** (lembrando Gramsci), deu-se graças a fragilidade no bloco no poder. O episódio da renúncia de Jânio (1961), a postura do presidente Goulart e a sua deposição, são exemplos dessa fragilidade. As lutas por direitos sociais gestam-se aí nos bastidores de um "Estado do Bem-Estar", ensaiado num período de consolidação de mudanças, e que acabou impossibilitado de atender às demandas por direitos sociais. O desfecho é uma profunda crise política com o rompimento do pacto de classes.

No que se refere às classes subalternas no campo, como já frisei em outro momento, além da violência contra os direitos do cidadão, as políticas de desenvolvimento agrário propiciaram além do aumento da concentração de terras e de renda no campo a expulsão de milhares de trabalhadores para o submundo

¹⁶ Sobre essa questão ver Otaíza ROMANELLI. História da Educação no Brasil. Petrópolis. Vozes. 1980.

das favelas nas periferias das grandes cidades. Além disso, convém assinalar que na instalação dos grandes projetos agropecuários, a violação dos direitos do trabalhador concretiza-se inclusive na utilização do trabalho escravo — uma prática que vem crescendo no país. Só em 1995, segundo Relatório Anual da Comissão Pastoral da Terra registraram-se 26.047 casos, apesar das denúncias.¹⁷

O estabelecimento de direitos e a sua incorporação à ordem jurídica, na sociedade de classes (capitalista) seja em países de capitalismo avançado, seja nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, acompanha o próprio desenvolvimento das forças produtivas, das transformações econômicas políticas e sociais. Além disso, quero assinalar que no processo de construção da cidadania, nessa sociedade (capitalista) se dá a luta constante entre interesses de classes, entre dominados e dominantes, ricos e pobres. Aqueles que detêm o poder econômico também detêm o poder político e se posicionam contrariamente aos interesses da maioria composta por trabalhadores que detêm apenas a força de trabalho. Essa disputa entre homens “livres”, porém numa correlação de forças tão desigual, apesar de os direitos de igualdade e de liberdade estarem incorporados à ordem jurídica há mais de dois séculos, denuncia a mera formalidade do reconhecimento de direitos.

Seja para o camponês ou para o trabalhador assalariado, a questão da cidadania se apresenta como uma questão ainda mais complicada numa sociedade como a brasileira, onde os níveis de desigualdade são evidentes. Muitos estudos já foram realizados sobre essa questão e é corrente nesses, a compreensão de que a cidadania do homem do campo encontra-se embutida numa íntima relação com a questão agrária. Olhada nessa perspectiva, o primeiro passo para a construção da cidadania seria a resolução da questão agrária — a redistribuição justa da terra e a criação de infra-estrutura indispensável à reprodução da força de trabalho do camponês e seus direitos de trabalhar.

Entendo que é preciso fugir de análises reducionistas que acabam particularizando questões cuja resolução está na dependência de transformações

¹⁷ Remetemos o leitor ao artigo de José de Souza MARTINS “A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil” em *Tempo Social*, São Paulo, v.6, n.1-2, p.1-25, jun. 1995.

estruturais. É inegável que a questão da desigualdade no campo, as vezes, atinge proporções maiores do que na cidade e o processo de libertação da opressão, como a construção de estratégias de lutas pela conquista de direitos, pode ser mais demorado.

A lentidão acima referida é justificada por vários fatores. Primeiro temos que considerar o próprio desenvolvimento histórico, a produção da sociedade na sua historicidade. No Brasil, como mostra a historiografia, o trabalho no campo deita raízes no trabalho escravo, no trabalho do homem não-cidadão. O escravo era instrumento de trabalho — capital. Abolida a escravidão, as relações de trabalho, no campo, por muito tempo continuaram as mesmas, ignorando-se a ordem jurídica. À massa de trabalhadores “libertados” das correntes da escravidão, não restou opção de sobrevivência a não ser a de continuar trocando sua força de trabalho pelo indispensável à sobrevivência. A escravidão foi abolida mas a terra na qual trabalhavam continuou concentrada e seu acesso a ela foi inviabilizado pelas disposições da Lei de Terras de 1850, trinta e oito anos antes da abolição.

Ainda convivendo com a escravidão vivenciamos uma outra forma de produção à semelhança do modo feudal com a existência do agregado. Embora passasse por diversas formas ao longo da história, essa forma de produção ainda persiste em várias regiões do país. Muitos agricultores, sem acesso à propriedade da terra, submetem-se, sob o jugo da última opção, a trabalhar “com” o patrão dividindo a sua produção ou literalmente entregando todo o seu produto para saldar uma dívida, muitas vezes rolada por anos, ou a vida toda. Com a expansão do capitalismo no campo, mesmo esse acesso precário à terra através do trabalho sob “sujeição” é perdido e o produtor direto se transforma em assalariado, mas um assalariado, como mostrou Lígia SIGAUD, “sem ficha”, clandestino, excluído dos direitos. Foi preciso um longo e doloroso período de lutas para que esse trabalhador adquirisse os seus direitos e muitas lutas foram e são ainda preciso para que esses direitos sejam efetivados.

Seria esse o caso de uma cidadania de “segunda categoria”, restrita em relação à cidadania do operário, ou das outras classes ou fragmentos de classes? Acredito que não podemos fazer esse reducionismo. Mostro, ainda que de forma muito superficial, que a questão da cidadania está intimamente

vinculada ao próprio desenvolvimento histórico da sociedade e que o homem levou séculos para conquistar os direitos de liberdade e de igualdade ainda que estes estejam circunscritos às limitações impostas pelas condições históricas dadas.

Com essas considerações lembro que as dificuldades de construção da cidadania do homem no campo, embora apresente inegavelmente particularidades devido às diferenças de condições em relação ao trabalhador urbano, é apenas uma das dimensões em que se materializa a desigualdade numa sociedade de classes, ainda que, **perante a lei**, todos sejam iguais.

Nessa sociedade o poder de decisão está como que amalgamado a uma classe ou frações de classe, que detêm os meios de produção e estruturas de poder político local e nacional.

É um fato que para a construção da cidadania do camponês ou do trabalhador rural a conquista da terra se apresenta como condição necessária, o que reporta a questão da cidadania, nesse caso, à questão da Reforma Agrária. Por se tratar de uma sociedade de classes, as contradições não se resolvem, por exemplo, através de uma Reforma Agrária onde sejam produzidas transformações na estrutura fundiária de forma que uma grande massa de trabalhadores tenha acesso à terra. Faltar-lhes-ia ainda, o acesso à saúde, à educação, à uma habitação digna, o acesso ao financiamento da produção e, em consequência de tudo isso, a oportunidade de participar da vida política do país, de participar das decisões, de intervir no processo de construção da sociedade em geral, de representar e se fazer representar politicamente como classe.

É nesse sentido que entendo que muitos estudiosos, pasmos diante das condições de exploração e de expropriação desse segmento das classes subalternas, acabam por, nas suas análises, reduzir a questão da cidadania ao acesso, ou à conquista de direito de propriedade da terra. Entendo que a construção da cidadania se dá num processo mais amplo, as lutas particulares são momentos desse processo.

Lembrava, já nos primeiros momentos desse trabalho, que no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, na era desta globalização, em plena III Revolução Industrial, seria problemático particularizar a questão camponesa.

Os problemas particulares e globais entrecruzam-se e ainda que estejamos no terceiro mundo, na periferia do capitalismo, a nossa vida, em todas as dimensões, está de uma forma ou de outra influenciada e, muitas vezes determinada por decisões que são **mundializadas, globais**. Com isso não quero dizer que temos que abandonar os nossos problemas particulares, num primeiro momento tratados numa perspectiva singular, e as nossas própria utopias para aderirmos ao objetivo do grande capital do qual somente uma minoria se beneficia. Chamamos a atenção para que na abordagem dos nossos problemas específicos não esqueçamos a totalidade porque podemos nos perder nesse caminho e por isso mesmo termos os nossos propósitos frustrados bem mais breve do que podemos pensar.

Retomando MARCHALL (1967, op. cit.) no que se refere à contradição entre a realização de direitos formais da cidadania e a desigualdade de classes, a cidadania pode legitimar a desigualdade social, e nesse caso, a desigualdade pode ser aceitável desde que a cidadania seja reconhecida. Nesse caso,

“A aceitabilidade da desigualdade social, se toma camuflada pela igualdade de cidadania [e] não implica eu a contradição inerente à sociedade de classes esteja resolvida o que nos leva a crer que essa compatibilidade aparente entre os dois fenômenos, na realidade, apenas oculta um conflito não resolvido (Freitas e Silva, 1986, p. 12).

Mas ainda podemos tomar esse pensamento como referência para analisar a realidade social hoje? Vejamos como MARCHALL via essa questão em meados do século XX (1967).

“Sugerirei que nossa sociedade hoje admite que os dois (desigualdade e cidadania) ainda são compatíveis, tanto assim que a cidadania em si mesmo se tem tomado, sob outros aspectos, o arcabouço da desigualdade social legitimizada. (Marshall, op. cit. P. 62).

Para explicar e justificar essa afirmação, MARCHALL constrói a sua definição de cidadania constituída de três aspectos básicos, como já assinalamos: o civil, o político e o social, ancorando sua análise na ideologia liberal e tomando como referência empírica a sociedade inglesa. Na sua análise mostra como ocorreu a ampliação e desenvolvimento dos direitos e, portanto, o *status* de cidadania no processo de desenvolvimento econômico, social e político. Aponta como a cidadania, entre outras forças, tem historicamente alterado o padrão de desigualdade social.

Nas suas conclusões afirma que um "apanhado das influências sobre a estrutura de classes sociais pode mostrar que a desigualdade permitida e mesmo moldadas, pela cidadania, já constituem distinções de classes com relação à sociedades passadas." Para ele, "a preservação das desigualdades econômicas se tornou mais difícil pelo enriquecimento do status de cidadania".

Na sua complexa análise sobre a questão da cidadania, o autor aborda todos os aspectos que considerou possível e necessário para a compreensão do conceito de cidadania, no entanto, omitiu a questão do direito ao trabalho implícito nos direitos sociais, porém sem dedicar-lhe particular tratamento. O trabalho, a justa remuneração, condições dignas de trabalho, etc, constituem-se em condições indispensáveis à conquista de liberdades implicadas no direito civil da cidadania.

Nas sociedades subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, a questão da exploração e expropriação do trabalhador quando se trata das áreas rurais, onde a maioria dos direitos já consolidados na cidade, ainda se constitui objeto de lutas, apresenta consequências ainda mais graves. Muitas vezes, a luta ainda está centrada na reivindicação por direitos mínimos de sobrevivência imediata — direito à alimentação — como ainda acontece em muitas áreas rurais. Em algumas regiões do semi-árido nordestino, nos períodos de secas recorrentes, essa passa a ser a única preocupação, o único móvel de luta.

Nesses momentos, reconhecidamente críticos, educação, moradia, saúde, etc, passam para um segundo plano, pois como nos expressamos na zona rural "saco seco não se põe de pé", ou, se quisermos recorrer a Marx e Engels,

[...] da vida faz parte comer e beber [...]. O primeiro ato histórico do homem e, portanto, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material [...] tem que ser realizada para o homem se manter vivo" (Marx e Engels, 1987). p.31)

Enfim, é preciso que sejam removidos os obstáculos que impedem as classes subalternas de se fazerem representar como classe defendendo os seus interesses. Quando falo em remoção de obstáculos, não estou pensando em algo que se produz por decreto como dádiva da classe dominante. Estou falando da construção consciente de espaços de participação, construído no próprio processo de luta nas condições históricas dadas, ou seja, estou falando de cidadania ativa na qual, no caso de remoção de obstáculos, as classes subalternas estão presentes nas decisões, na mesa de negociações, no Congresso Nacional por ocasião da elaboração dos instrumentos normativos, junto ao executivo na condução do processo político e junto ao poder judiciário no julgamento de questões, tanto de interesse da classe camponesa, como da sociedade em geral. Afinal, como venho chamando a atenção, recuso-me a isolar a classe camponesa da dinâmica da sociedade. Pois o campo, como a cidade, está imerso nas contradições da sociedade capitalista que, naturalmente, quanto mais se expande mais aproxima o campo da cidade, pelo menos no que tange às conseqüências desastrosas para aqueles cuja única propriedade é a força de trabalho.

Lembrando MARTINS (1990, op. cit), "a Reforma Agrária é uma questão política". A luta dos segmentos organizados — Movimento Sindical, Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra e tantos outros que representam os interesses do homem do campo — é uma luta lenta que representa a libertação do trabalhador rural da dominação não somente econômica, mas política e ideológica e que tem repercussão em toda a sociedade. Os fatos ocorridos entre 1985 e 1988 — as questões relativas ao PNRA e à Assembléia Constituinte de 1988 — mostram que o latifúndio neste país ainda se constitui uma das maiores forças de sustentação da ordem vigente tendo como pano de fundo o neo-

liberalismo que na ambição da acumulação crescente oprime cada vez mais as classes trabalhadoras.

A limitação das oportunidades da construção da cidadania, nesse contexto, dá-se tanto pela exploração do trabalho como pela expropriação, criando como já vimos um crescente número de trabalhadores sem-terra, ou ainda literal violência à pessoa humana. Em 1995 a Comissão Pastoral da Terra¹⁸, registrou 41 casos de assassinatos no campo, 155 ameaças de morte e 72 casos de tortura. Ainda segundo essa fonte registrou-se 441 conflitos de terra no campo envolvendo 63.565 famílias em 3.250.731 ha de terra. Somente na Paraíba, o número de conflitos chegou a 22 casos envolvendo 2.076 famílias lutando por 21.343 ha de terra, registrando-se 1 assassinato e 234 agressões físicas.

Esse quadro mostra a extrema contradição entre a instituição e estabelecimento de direitos e a sua real efetivação. Apesar do nível de desenvolvimento a que chegou essa "civilização" vivemos imersos num oceano de práticas bárbaras que se sofisticam com o passar dos séculos. Como é possível negar a luta de classes frente à realidades tão gritantes? Através da luta organizada adquire-se a consciência de direitos e do direito de lutar por estes. É um espaço construído conscientemente no qual entrecruzam-se o econômico, o político e o ideológico. No aspecto político, está expresso o conflito de classes, portanto, a luta pela terra e pelas condições de nela permanecer e produzir está inscrito na luta de classes.

A dificuldade na definição da cidadania quando se refere ao camponês ou trabalhador rural, reside no fato de que, vincula-se, imediatamente, esta categoria ao habitante da cidade à sociedade urbana ou, em se tratando de referência às classes sociais, vincula-se imediatamente à burguesia já que, como lembra REIS "estamos acostumados a pensar no burgo como berço da cidadania". Dessa forma a categoria cidadania estaria geneticamente vinculada à burguesia. Assim,

"Cidadania tem a ver com liberdade, é uma noção que nasce de um projeto burguês e que espero, transcenda a sociedade burguesa. Só entendo cidadania quando direitos políticos, civis e

¹⁸ Conflitos no Campo no Brasil-95. Comissão Pastoral da Terra. Goiania-GO-Brasil, 1995.

sociais são naturalizados. [...]. O que é direito do cidadão tem que se confundir com direitos humanos". (Reis, 1986, p. 53)

A propriedade dessa vinculação prende-se ao fato de ter sido a cidade o *locus* privilegiado da distinção entre as duas esferas — "poder público e poder privado" — a partir da qual se pensa a questão da cidadania. Por outro lado, existe ainda a corrente que vincula a cidadania às relações de trabalho no meio rural da qual Jerome BRUM e Barrington MOORE são representantes e para quem o germe da cidadania estaria na luta camponesa, no final do antigo regime feudal, para garantir os direitos mínimos que lançam os primeiros germes do contratualismo. (Cf. Reis, op. cit. p. 54).

Em que pese a referência a tradição teórica que atrela o nascimento da cidadania moderna ao campo, não me é possível aprofundar essa discussão, pois teria que trabalhar detidamente elementos que são objeto de polêmica na discussão teórica como a questão da extinção do camponês. Não é propósito desse trabalho entrar no cerne dessa questão. O próprio Barrington MOORE sentencia:

"O camponês é o fiel da balança do Mundo moderno, é ele sim, que gera, que leva a frente a cidadania, mas jamais será um cidadão; ele é a vítima da história. Onde quer que a democracia tenha triunfado o camponês desapareceu." (Citado por Reis, p. 54).

Se fosse levar a frente essa discussão, teria que buscar outras fontes e analisar em que contexto foram colocadas essas hipóteses, como se confirmaram e em que circunstâncias. Teria ainda que analisar o caso brasileiro para constatar qual é a tendência em nossa sociedade para enfim concluir se faz sentido tratar da questão da cidadania camponesa em sua singularidade.

No entanto, preferi olhar o campesinato como segmento da sociedade em geral na sua luta pela construção da cidadania que como outros segmentos historicamente excluídos dos direitos, como a mulher, o negro, etc., buscam a conquista de direitos humanos. Portanto no meu entendimento há uma luta pela

cidadania que se desenvolve onde quer que a pessoa humana esteja. Os caminhos construídos e os obstáculos a serem removidos é que são inerentes a cada particularidade.

Para REIS (1986), os direitos, na medida em que se naturalizam, se universalizam, deixam de ser uma conquista puramente da burguesia, passam a ser uma conquista da humanidade. Ainda na sua análise, lembra que a questão da difusão dos direitos sociais no campo vem ocorrendo da mesma forma que ocorreu no meio urbano, "[...] O trabalhador urbano **recebeu** direitos sociais antes de ser um cidadão político, isto está acontecendo no meio rural." (idem; sem grifo no original).

Enfim, a burguesia, na reprodução e manutenção do *status quo* cria e recria mecanismos de forma a manter os seus privilégios, para isso as relações de dominação aparecem em alguns momentos fetichizadas. Assim, medidas como a implantação do Programa FUNRURAL se caracterizam como estratégia típica da "ditadura sem hegemonia" na qual o governo impescinde de um mínimo de "consenso" conforme nos ensina Gramsci.

Uma outra perspectiva de abordagem da cidadania é a apresentada por SAWAIA, (1994, p. 147 a 155). Incorpora ao conceito de cidadania o conceito de alteridade. A igualdade de direitos, pressuposto da cidadania, implica o direito de viver a própria vida e ser diferente. Acredita que a "cidadania assentada no contrato social entre supostos iguais não mais se sustenta haja vista a invasão das minorias na recente história do Leste Europeu, EUA e França". Inicia a discussão ancorando suas reflexões em Hanna ARENDT para quem o conceito de cidadania não apela apenas à destino e projetos, compartilhados historicamente, mas também ao princípio da alteridade, "baseado na concepção da universalidade cujo fundamento é o direito de ter direito" Para Sawaia

"A cidadania é consciência dos direitos iguais, mas esta consciência não se compõe apenas do conhecimento da legislação e do acesso à justiça. Ela exige sentir-se igual nas nos outros com os mesmos direitos iguais. Há uma necessidade subjetiva para suscitar a adesão, a mobilização tanto quanto

condições para agir em defesa desses direitos". (Sawaia, op. cit. P. 152).

A autora considera fundamentalmente nessa discussão o sentimento, o desejo, a motivação individual, apela para a subjetividade já que a cidadania para ela "é potencialidade de ação coletiva e individual em prol do bem comum e do gozo particular". (Sawaia, op. cit. P. 153).

Nessa tendência, na linha da psicossociologia, autores como SANDOVAL (1994) supõem que na formação da consciência política estão presentes um aspecto imanente e um outro que depende de pré-condições materiais. Esse autor utilizando o referencial teórico de Agnes HELLER, Alain TOURAINE e outros, apresenta uma tipologia de consciência em quatro modalidades: consciência comum, consciência populista, consciência de conflito e consciência revolucionária. São para o autor diferentes dimensões da consciência política que motivam as visões políticas de Mundo, dos indivíduos e que na sua concepção são as bases psicossociológicas do processo de contradição democrática no Brasil (cf. Sandoval, 1994, p. 59 a 72).

A consciência de senso comum é aquela cuja percepção da realidade é limitada pelo universo da vida rotineira, os adversários emergem da realidade próxima, e as noções de direitos de cidadania são escassos. A consciência populista deriva de promessas políticas em regimes populistas como tivemos no Brasil desde o período Vargas até 1963. Nesta há uma mobilização das massas pela projeção no plano ideológico de uma visão de totalidade. O Estado como frisei tutela a cidadania garantindo benefícios clientelísticos. A terceira modalidade – a consciência de conflito – encara a sociedade estratificada, clivada por interesses opostos dos quais emerge o conflito inevitável. As demandas legítimas de direitos de cidadania não são necessariamente de base classista. E finalmente a consciência revolucionária "que percebe a sociedade composta de classes com interesses antagônicos irreconciliáveis". Ela é típica de contextos em que uma única classe alcançou posição econômica dominante pela exploração das outras classes. A consciência revolucionária acredita na "reorganização macro-estrutural do poder" através de ações coletivas de classe

onde o componente “solidariedade é um dos traços fortes na luta por direitos” (cf. Sandoval, op. cit. p. 59-72).

A discussão da cidadania nessa perspectiva levar-nos-ia a uma ampla revisão tendo necessariamente que discutir a questão das representações sociais que não constitui interesse imediato de nossa análise.

Outra noção que se vincula a questão da cidadania é a noção de democracia. A existência de lutas por direitos e, portanto pela realização da cidadania pressupõe a existência da democracia; “dimensão integral das lutas populares.” (Anderson, 1986. p.96).

Alain TOURAINE analisando a questão da modernidade chama a atenção para o fato de que, para a democracia existir é preciso que exista pressão social. Sem essa a democracia transformar-se-ia em oligarquia. Para ele, “A democracia não surge do estado de direitos, mas do apelo a princípios éticos — liberdade, justiça — em nome da maioria sem poder e contra o poder dominante.” (Touraine, 1996, p.37).

Assim sendo, entendo que a democracia tanto quanto a cidadania é uma construção histórica. Numa sociedade de classes como a brasileira, o conflito de interesses, tende a se perpetuar à medida que as contradições se acirram, o que torna a construção da democracia o próprio exercício da cidadania. Ainda segundo TOURAINE

“[...] a democracia nunca seria reduzida a procedimentos, nem tampouco à instituições; mas a força social e política que se esforça por transformar o estado de direitos em um sentido que corresponda aos interesses dos dominados, enquanto o formalismo político-jurídico a utiliza em sentido oposto, oligárquico, impedindo a via do poder político às demandas sociais que colocam em perigo o poder dos grupos dirigentes.” (Idem, op. cit.p.37).

SEVERINO entende que a cidadania exige o efetivo compartilhar das mediações existenciais que assumem configurações em três dimensões dialeticamente articuladas:

[1] [...] **o compartilhar de bens materiais** [...]. É dessa perspectiva que se sente o significado do trabalho enquanto atividade mediadora para o homem, da produção e conservação da própria existência material.

[.2] [...] **o compartilhar de bens simbólicos** [...]. A dimensão da subjetividade é um elemento fundamental imprescindível à construção da cidadania como qualidade de vida. [E,]

[3] [...] **o compartilhar dos bens sociais** [...], elementos próprios e específicos da esfera da existência política.” (Severino, 1992, p.11. sem grifos no original).

Lembra o autor que sendo o tecido social atravessado por relações de poder, ou seja, onde as relações não se dão automaticamente, o pressuposto igualdade ontológica tem que ser construído no tempo histórico-social e que, portanto, a cidadania é uma condição a ser construída e instaurada.

Essa construção dá-se nos limites do instituído na sociedade de classes, mas é no processo de luta pela democratização das oportunidades que se vão produzindo espaços e conquistas, espaços nos quais se elaboram novas concepções de mundo. E somente assim é possível intervir conscientemente na construção da sociedade.

Referindo-se aos camponeses, MARTINS assinala que lutam “porque elaboram uma visão bastante completa do mundo dos seus adversários e inimigos, e, conseqüentemente de si mesmos”. (Martins, 1992, p.30). A identificação das diferenças e das contradições nos interesses de classe, só se faz possível na medida em que os sujeitos da luta primeiro apreendem criticamente as suas similitudes para, identificando campos opostos (dominados e dominantes) contraporem seus interesses a outros no jogo de disputas, nas esferas econômica, política e social.

Na concepção de CALAZANS, no embate pela conquista de direitos e pela legitimação de suas lutas,

“Os camponeses transformaram as organizações populares em movimentos sociais que crescem e procuram firmar-se, tornar mais presentes suas conquistas nas relações de classe, mas

expressiva sua autonomia, mais coerente e eficaz a luta contra a exploração e expropriação, mais consistente a sua capacidade própria de organização e direção.” (Calazans, 1992, p. 70).

Concordo com a autora que as lutas no meio rural não podem se constituir um mundo isolado. Essas são momentos do movimento mais amplo da sociedade no qual os sujeitos sociais estabelecem reciprocidade de ação em defesa de interesses comuns, que respalde o caminho de libertação que vem sendo trilhado nas diversas lutas tanto no campo quanto na cidade. Esse processo propicia as condições para a “liberdade” e esta, como ensina KOSIK, “não é um estado; é uma atividade histórica que cria formas correspondentes de convivência humana, isto é, de espaço social.” (Kosik, 1976, p.221).

Porém, para que os sujeitos sociais sejam capazes de exercer essa atividade é necessário a democratização das oportunidades nos vários níveis da vida social e política. Nesse sentido, a liberdade, da forma como a concebe KOSIK, impescinde da democracia que por sua vez inexistente sem liberdade. Portanto, ambas são indispensáveis à remoção de obstáculos no curso da construção da cidadania. Como bem lembra WERFORT analisando o processo de transição governo militar-governo civil no final dos anos 80 “a democratização significa participação nas decisões, ou seja, exercício efetivo da cidadania tanto nos seus direitos quanto nos seus deveres.” (Werfort, 1989, p.102).

Quando me refiro à democratização falo de um processo construído participativamente. Lembrando MOISÉS (1989, p. 120) “o mundo dos homens é um mundo em construção” ou seja no sentido em que estamos enfocando, democratização inclui não apenas mudanças institucionais mas também de cultura política, que influenciam-se mutuamente estimulando inovações. Por outras palavras, a construção de uma nova cultura política, ou, se quisermos lembrar GRAMSCI “construindo a hegemonia”. (Gramsci, 1991, p. 193). Para GRAMSCI, como se sabe hegemonia e democracia estão vinculadas. Vejamos:

“Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto é aquele que se pode deduzir em conexão com o conceito de hegemonia [...]. No sistema

hegemônico existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos [...]" (Idem, p.183).

GRAMSCI durante a sua curta existência, dedicou boa parte de sua vida ao estudo da cultura. Para ele, a libertação das classes subalternas dar-se-ia através da construção de uma nova hegemonia ou contra-hegemonia ou seja a construção da direção cultural e moral da sociedade por essas classes.

Entendemos que é esse o processo no qual se constrói a cidadania na medida em que a partir da compreensão crítica da realidade é possível uma intervenção consciente. Enfim, quando falamos em construção da cidadania referimo-nos ao processo de intercâmbio do homem com o meio físico e social "no qual se produz e reproduz a realidade social, e ele mesmo (o homem) é nela produzido e reproduzido." (Kosik, op. cit., p.111). Falamos do homem em interação com os seus pares na luta em defesa de interesses comuns construindo uma nova práxis.

CAPÍTULO TERCEIRO

"TERRA DE TRABALHO : CAMINHOS DE TRÊS IRMÃOS



O Trabalho e a Terra: ocupação da *terra de trabalho*.
Três Irmãos, 1990.

TERRA DE TRABALHO: CAMINHOS DE TRÊS IRMÃOS¹⁹

Compreender o presente sob a perspectiva de construção histórica exige um olhar para o passado, objetivando pontuar nele, momentos, nos quais o desenrolar de fatos e fenômenos do presente deitam suas raízes. No presente está contido o passado, modificado, transformado ou em transmutação, engendrando, nesse processo, o futuro. Dificilmente compreender-se-ia o presente ignorando o passado: a construção de utopias tornar-se-ia uma criação incompleta. Como ensina Freire, “O sonho é uma exigência ou uma condição que vem se fazendo permanentemente na história que fazemos e que nos faz e refaz”. (1994, p. 99).

Para entender a dinâmica da luta pela terra em Três Irmãos, necessário se faz um rápido retorno ao seu passado não tão recente, através das lembranças ainda retidas na memória de alguns de seus moradores. A partir delas, fui reconstituindo a trajetória de luta pela terra e identificando momentos nos quais os trabalhadores vêm construindo a cidadania. E ainda, como não poderia deixar de ser, a cidadania se configura a cada momento, conforme as exigências, realidade considerando a estrutura de relações de poder e de dominação ou não e as possibilidades dos próprios sujeitos da luta.

1. Nos Tempos do DNOCS

Quando, em 1989, começaram a surgir as primeiras notícias sobre o Conflito de Terras, na Bacia do Açude Público de Pilões, para muitos dos seus moradores, aquele era apenas mais um dos momentos no qual a luta por terras, naquela área se agudizava. Estavam acostumados a presenciar conflitos de terra

¹⁹ Segundo Seu Chico Gabriel (71 anos), um dos mais antigos moradores em Três Irmãos, havia ali nas imediações do lugar onde é hoje o centro da comunidade, uma palmeira Trigêmea. Três Palmeiras conjugadas, ou como ele costuma dizer: “irmanadas”. Esse fenômeno teria dado origem à denominação do lugar “Três Irmãos”.

entre os funcionários do Estado e alguns pecuaristas que resolveram "grilar"²⁰ aquelas terras. Muitos grileiros fizeram pequenas fortunas, criando gado em terras públicas e utilizando a mão-de-obra de trabalhadores sem-terra, seja mantendo-os como moradores, cobrando-lhes renda em produto ou contratando-os temporariamente.

As disputas por terras, na bacia do açude de Pilões, estão inscritas numa história que atravessou várias décadas. Tudo começa logo no processo de desapropriação da área para construção do açude e perdura todo o período em que essas terras estiveram sob a administração do DNOCS. Em meados dos anos 80, a União doou aquelas terras ao Estado da Paraíba e a essa época as disputas por terra na área acirravam-se com frequência. Trata-se, portanto, de um conflito que, embora tenha sido atenuado em alguns momentos, permaneceu latente, vindo a explodir nos anos 80, na conjuntura das lutas pela extensão de direitos às classes trabalhadoras. Nesse período, no Sertão Paraibano os trabalhadores rurais também se mobilizam na luta por terra para trabalhar. É nessa conjuntura que em Três Irmãos se inicia uma nova etapa na história de luta pela terra.

Nos depoimentos que se seguem os trabalhadores recordam momentos de tensão nessa trajetória transportando-nos para um cenário típico no qual a velha classe dos proprietários rurais definem as regras do jogo e impõem os seus interesses.

A IFOCS²¹ só pagou pelas terras que ficaram submergidas (...). Então as freiras entraram na justiça em questão a fim de reaver o restante das terras que sobraram. Eram muitas terras. Fizeram uma grande questão e essa questão perdurou por muitos anos. Advogado vai, advogado vem; político se metia defendendo a

²⁰ A expressão "grilar" é utilizada na literatura sociológica para denominar o ato de apropriação de terras devolutas, geralmente já ocupadas, utilizando-se de falsa documentação ato amplamente presente ainda na segunda metade deste século, tanto na região Centro-Oeste do Brasil, como na região Amazônica. Em Três Irmãos é corrente o uso dessa expressão para se referir à apropriação de grandes áreas na bacia do açude, por pessoas que utilizaram a força de trabalho dos trabalhadores sem terra, pagando-lhes salário simbólico ou cobrando-lhes renda das terras públicas. Como muitos desses personagens tiveram acesso a essas terras a partir de contratos de arrendamento com o DNOCS nas décadas de 40 e 50, os trabalhadores, por vezes, os denominam também, de rendeiros ricos, grandes rendeiros ou posseiros de luxo.

soberania das freiras e outros defendendo a soberania da IFOCS.
(...). Aí passaram-se vários anos e a IFOCS passou a ser DNOCS
(Sr. Manoel Medeiros, morador na barragem de Pilões).²²

Segundo seu Manoel, este teria sido o primeiro Conflito de Terra ocorrido em alguma data entre 1922 e 1932 em Pilões, tendo inclusive gerado ações de litígio que tramitaram na justiça por vários anos. Conforme dados do INTERPA, a atual área da bacia do açude corresponde a 7.010 ha. Isto me leva a acreditar que o Estado obteve ganho de causa contra a Irmandade da Glória, permanecendo com a área inicialmente pleiteada. Não é meu propósito reconstituir em detalhes esses fatos pois não disponho de dados suficientes sobre a questão. Essa rápida referência anuncia a antigüidade das disputas de terra na bacia do açude de Pilões e ainda, aponta os atores que, em cada momento dessa trajetória, foram os principais "protagonistas do drama". São fatos que, recuperados, me ajudam a compreender a luta pela terra em Três Irmãos na sua historicidade.

Os mecanismos de exclusão do trabalhador dos idos dos coronéis apareceu, por vezes, reeditados insistindo em se perpetuar. Os discursos dos trabalhadores é perpassado pelas expressões "Major", "Coronel", "Patrão" e outras. São formas de tratamento que parecem ter funcionado como marcas divisoras entre duas classes que ainda apresentam contornos bem definidos: os proprietários e os trabalhadores. Aqueles marcam sua presença reclamando obediência e respeito, estes permanecem no anonimato, isolados no seu mundo privado. Emprego aqui a noção "privado" amparada em ARENDT (1983 p. 68) "privado da realidade que advém do fato de visto e ouvido por outros (...) privado da possibilidade de realizar algo mais permanente do que a própria vida".

²¹ IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, criada em 1919 em substituição a IOCS e que teve vigência até 1946 quando foi substituída pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

²² Segundo depoimento desse morador da bacia do açude de Pilões e atento observador, o Governo ao efetuar o pagamento correspondente à indenização da área (7.010 ha), teria repassado apenas 100 Contos de Réis, quantia que corresponderia apenas à área submersa (584 ha); ficando mais de 6.000 ha sem a devida indenização. A Irmandade do Convento da Glória, referida no depoimento como "as freiras", proprietária das terras (com sede no Recife-PE), sentindo-se lesada, teria entrado na Justiça tentando reaver o restante das terras gerando um litígio que duraria vários anos. (Inf. Obtidas através de entrevistas com os Senhores: Chico Gabriel e José Cabral (herdeiros de rendeiros do DNOCS) e Manoel Medeiros observador residente no povoado de Pilões na barragem do açude.

Nessa fase os trabalhadores não participavam ativamente das disputas. Não consegui recuperar desse momento nenhuma ação de resistência caracterizada pela organização dos trabalhadores para reivindicar “terra de trabalho” na área, disputando diretamente com os grileiros, quando o governo desapropriou as terras na década de 20. Sendo a área muito grande e como as freiras tinham, nessa área, uma grande quantidade de reдеiros, como reagiram esses trabalhadores quando as terras foram desapropriadas? Muitas famílias foram atingidas, pois se o açude tivesse sido construído com a capacidade planejada cobriria aproximadamente 70 km².

O desconhecimento de registro escritos sobre esses fatos deixa uma lacuna que não me foi possível preencher. As pessoas adultas daquela época já faleceram e a geração, hoje acima de 70 anos, que na época era muito jovem, guardam nas suas memórias lembranças muitas vezes fragmentadas de momentos tensos que se seguiram à construção do açude em 1932. Nessa época, o DNOCS resolveu arrendar aos trabalhadores as terras que ficaram circundantes à área do açude aos trabalhadores, e que acabaram sendo concentradas nas mãos de pecuaristas.²³ Instala-se na bacia do açude de Pilões o que Antônio Callado (1960, p. 23 a 26) denominou de “O Sindicato dos Gangsters” e que tinha à frente o major Jocê Frantz, um gaúcho que se instalou na região em 1930 adquirindo fortuna e prestígio. Vejamos alguns fatos dessa época trazidos neste depoimento.

“Depois veio o conflito do DNOCS com os antigos reдеiros do DNOCS. O DNOCS querendo jogar aquelas pessoas fora, fazer despejo ... Houve conflito, se atirou em gente pensando que era o

²³ Em consequência da redução da capacidade do açude de 150 milhões de m³ para 13 milhões, o DNOCS resolveu arrendar a área agricultável em lotes de 10 ha. Ocorre que pecuaristas e políticos locais passaram a monopolizar terras e águas. Alguns chegaram a ocupar 400 ha, pagando renda referente a apenas 10 ha (cf. Callado, 1960, p. 23 a 26). Assim, conforme entrevistas a nós concedidas pelos moradores, muitos proprietários das cidades de Cajazeiras, Souza, Santa Helena, São João do Rio do Peixe e outros, além de políticos locais, foram aos poucos ampliando os seus domínios na bacia do açude utilizando-se da mão de obra dos trabalhadores sem terra, gerando constrangimentos. A categoria reдеiro, nesse contexto, refere-se àquele que tinha contrato de arrendamento com o DNOCS. A expressão posseiro refere-se àqueles que ampliavam os seus domínios ultrapassando os 10 ha. Estes, no discurso dos trabalhadores de Três Irmãos, são denominados hoje grileiros, posseiros de luxo, ou ainda reдеiros ricos. Seja qual for a denominação, refere-se sempre àquele que utilizou a força de trabalho do Sem Terra para acumular riqueza. Existiam duas categorias de trabalhadores: o morador (do grileiro) e o vaqueiro.

chefe de Pilões que queria fazer essa divisão (...). Morreu um rapaz do Rio do Peixe. É que eles não tinham direito de cobrar renda e em função disso, deixaram de pagar ao DNOCS. O DNOCS deixou de cobrar. Era que cada uma pessoa só tinha direito a 10 ha. Um indivíduo que tinha 30, 40, 50 ... só queria pagar por 10 ha. Aí o DNOCS não quis mais receber (...). Então eles ficaram posseiros. Essa palavra posseiro era, nessa época, uma espécie de invasor. Foi aí que se gerou o conflito com o DNOCS." (Sr. Manoel Medeiros, 1995)

Essa é a época em que os protagonistas são os grileiros e seus interlocutores os funcionários do DNOCS. Os trabalhadores são ainda apenas mão de obra, força de trabalho. Não aparecem no espaço público de disputas na luta por direitos.

Outro depoimento que nos traz as imagens do cenário dessa época, é o de um funcionário aposentado do DNOCS que prestou serviços a um pecuarista "grileiro" na década de 50 e que presenciou o desenrolar dos fatos participando, posteriormente, inclusive como funcionário da União.

"O Majó Frantz era um grandão daqui de São João do Rio do Peixe. Ele num queria que dividisse as terras. Ele quebrou as marcas que o governo fez nas terras dele, armou os cabras e quebrou tudo (...). Eu mesmo morava aqui com um rico. Eu era vaqueiro, criava 300 cabeças de gado e num podia criar nenhuma pra mim. (...). Era porque dizia que se o trabalhador criasse pra ele, tomava a terra. Se pedisse para plantar um pé de feijão, mandava zelar um pé de capim pro gado comer. Eu ganhava cinco minréis pra num morrer". (Sr. Antonio Bento, funcionário aposentado do DNOCS, 1995).

Esse depoimento aponta as relações de trabalho dominantes na região nas décadas de 40 a 60. O vaqueiro era uma categoria mal remunerada para a qual não havia nenhuma norma regulamentando as relações de trabalho. Apesar de morar na terra onde prestava serviço ao patrão, era-lhe proibido extrair dela o seu sustento. O trabalhador nesse caso encontra-se totalmente separado dos meios de produção dependendo exclusivamente de um salário simbólico. Ocorre

aqui o “estranhamento entre o homem e a terra” ao qual Otávio IANNI se refere. A principal atividade econômica dos grileiros na bacia do açude de Pilões relacionava-se com a pecuária, portanto, a categoria mais comum entre os trabalhadores era a de vaqueiro e que era também bastante sacrificada já que não lhe era permitido plantar. A outra categoria explorada nas lavouras de milho, feijão, arroz e algodão era o meieiro. Este morava na terra grilada pagando renda em produto (ou *in natura*) como se realmente se tratasse de propriedade privada.

Sem considerar o fato de se tratar de terras públicas, os “patrões grileiros” apropriavam-se privativamente dos produtos da terra explorando trabalhadores sem terra e aparecendo, para estes, como legítimos donos. Aos trabalhadores, premidos pelas necessidades de reprodução de sua própria força de trabalho e manutenção de sua família, não lhes restava outra opção. Lembrando Antônio GRAMSCI (1987) quando analisou a questão meridional na Itália, cabe-me dizer que faltava-lhes “direção” própria que os auxiliasse na sua organização para resistir à exploração e expropriação. Quando procurei saber como reagiam à situação de opressão ouvi depoimentos como o seguinte.

“O dono era muito rico, tinha poder ... A gente se juntava pra discutir a situação mas eles ia lá e desmanchava tudo (...) O trabalhador não tinha nada, só queria a terra para trabalhar. Muita gente já era milionária e quem tomava conta de tudo era o trabalhador. E ainda hoje tem deles ai, gente mais miúda (...) Candango que num morde mais. Mas tem aqueles querendo manobrar”. (Sr. Antônio Bento, 1995)

Na situação de despossuído esse trabalhador centrava sua luta na defesa da sobrevivência imediata. Que sonhos podia construir enquanto não lhes fosse garantido o mínimo para se manter trabalhando?

Conversando com a viúva de um vaqueiro, cuja família era composta por nove filhos, ouvi a seguinte avaliação de sua condição de pobreza:

“Meu marido era muito trabalhador, era nove filhos e nós num podia plantar. Ele dava um litro de leite que era pru mais pequeno. Sofremos muito mas criamos nossos filhos. O que

fazer? Tudo era dele! Nós precisava de criar nossos filhos. Hoje, graças a Deus tenho minha terrinha. Ele era o dono, nera?" (Dona Maria do Socorro, 1995).

Perguntei a essa senhora: O grileiro era o dono? Essas não eram as terras do Estado? Ela respondeu: "É, mas a senhora sabe, ele tava lá com a posse dele".

É interessante notar que embora todos soubessem que a apropriação da terra pelo patrão era indevida, a idéia de "dono" parecia ainda cristalizada no discurso, principalmente dos moradores mais antigos, justamente aqueles que mais sofreram sob a opressão dos grileiros. Mesmo depois da redistribuição das terras, é muito comum se ouvir referências às terras do Major fulano ou Sicrano, quando na verdade trata-se de um grileiro como eles mesmos os denominaram. A idéia de dono daquelas terras, parece ter-se naturalizado e se incorporado à cultura local. Isso leva-me a acreditar que alguns dos trabalhadores não conseguiram avaliar o nível de exploração a que estavam submetidos.

Vejamos no seguinte depoimento, como isso se dá, ainda hoje, no discurso de alguns desse trabalhadores:

"Aqui era terra do DNOCS ai então veio e entrou em questão. Essa questão durou mais de 15 anos (...). Finalmente o Dr. José Macário de Brito [funcionário do DNOCS responsável pelo escritório de Pilões à época] inventou de fazer o circular todo de cerca de arame que era pra desalojar todo mundo daqui de dentro. Foi *primeiro Deus* e depois o *Majó Jacó* ... Era assim: Quando eles arranjava uma forma de desalojamento do povo daqui de dentro, tinha que passar nas mãos do *Majó Jacó*. Num podia ser tomada (a terra) porque tem uso campeão né? Ai lutaro e o Dr. José Macário de Brito não pode tirar os grileiros porque ele, o *Majó* num queria dá a palavra. Ele criava e plantava, *botava o povo pra trabalhar pra ele*. Era ali perto do Brejo das Freiras. Ele era *rendeiro questioneiro*, era grileiro (...). Depois o Dr. José Macário foi embora. Ele saiu dentro de 48 horas. Foi em 65 ou 66? Foi em 65. (Chico Gabriel, 1995)

Seu Chico relata a resistência de um grileiro contra o trabalho do DNOCS que tentava reaver as terras griladas e redistribuí-las com os trabalhadores. Mesmo assim, não parece convencido pois atribui, ainda hoje, ao Major o fato de não ter perdido suas terras (terras arrendadas através de contrato com o DNOCS). Essa idéia está presente na frase: "Primeiro Deus e depois o Majó Jacó". Neste mítico entre agradecido e aliviado por não mais viver nos tempos dos grileiros, ora exalta a força do Major, ora o aponta como "grileiro questioneiro". Está presente a idéia da mediação autoritária, o salvador que vem em defesa dos interesses do "mais fraco" quando a sua relação com o mundo exterior ao cotidiano rural, ainda se fazia pela mediação do patrão. É inegável como a situação que descreve espelha a incompetência do Estado para administrar bens públicos.

Em outro trecho de sua fala seu Chico Gabriel continua apontando formas de exploração do morador pelo grileiro nos tempos do DNOCS, numa clara atitude de reprovação.

"No tempo dos grileiros, eles tinha morador que plantava e era quatro uma - do milho, do feijão, do arroz, do algodão. Era sempre meia. Era uma quarta pro proprietário e três pro morador. Isso quando era grileiro mais pobre, quando era grileiro mais rico tudo era meia - o milho, o feijão, arroz e algodão (...). Era trabalhando de graça pro grileiro, num tinha direito de criar. E se o camarada quisesse criar um animal, tinha que pagar o direito de forragem. Uma vaca num tinha direito de criar (...). Agora eles (os grileiros), fazia criatório de gado, e se o gado dele comesse a lavoura do morador, ele num tinha direito de reclamar" (Chico Gabriel, 1995)

Neste depoimento, percebe-se a imposição do grileiro sobre o trabalhador limitando-lhe o espaço de reprodução de sua força de trabalho e a noção de direito aparece vinculada ainda à vontade do patrão, lembrando as práticas sociais do paternalismo autoritário sob as quais, a vontade do patrão pretendia-se inquestionável, submetendo o trabalhador ao servilismo. Quando ele diz "... num tinha direito de criar", passa a idéia de que esse "direito" não era concedido

pelo patrão. Da mesma forma que a expressão “[...] tinha que pagar um direito de forragem”, refere-se a uma obrigação imposta também pelo patrão “grileiro”. Não aparecem nos depoimentos momentos em que os trabalhadores tenham naquele tempo, questionado essas regras segundo as quais, eles estão obrigados a ditames sem jamais exercer direitos. O “poder do dono” parece materializar-se e cristalizar-se nessas relações teimando em se perpetuar. A privatização dos bens públicos e a exploração do trabalhador, presentes nesses depoimentos põe-nos diante do velho quadro do coronelismo de vez em quando, reeditado nas relações sociais no campo.

O braço armado do coronel não atemorizava apenas o trabalhador. Confiante no seu *status*, ele enfrentava o Governo insistindo na perpetuação da grilagem tanto na justiça como no enfrentamento direto através de sua força armada particular. Para reaver as terras griladas e distribuí-las com os trabalhadores foi necessário acionar o aparelho policial do Estado, provocando fraturas no velho “bloco agrário”. Muitos grileiros armaram-se para enfrentar a polícia (ou o Exército, dependendo da correlação de forças) para evitar que os seus “feudos”²⁴ fossem destruídos. Vejamos algumas cenas desses momentos.

“O Majó Jacó era um grandão aí de São João do Rio do Peixe. Foi o mais contra. (...). Ele num queria que dividisse. Ele mesmo tinha mais de 100 tarefas²⁵. Ele foi lá e quebrou as marcas que o Governo fez dentro das terras dele. Aí foi a derradeira dele. Era interesseiro pra ele. Armou os cabras e quebrou as marcas todas. Ele tinha um grupo dele e veio aqui cantar o chefe aqui dentro. (...). Era o coronel José Macário de Brito. E tinha um grandão cheio de cangaceiros. Ele botou tudo pra fora e deixou tudo pro Estado; mas ele num teve tempo de dividir com os moradores, teve que ir embora. Quem dividiu foi Manoel Sampaio [funcionário do DNOCS responsável pelo escritório de Pilões] que quase morreu ... Botaro uma tocaia nele”. (Sr. Antonio Bento, 1995)

²⁴ Utilizo a expressão “feudo” nesse contexto para chamar a atenção sobre a ideologia do coronelismo ainda remanescente naquele momento. Tenha-se presente que não estou definindo aquelas relações de produção como feudais, porém faço apenas uma analogia.

²⁵ Tarefa - Medida agrária, muito utilizada pelo camponês e que varia de região para região ou mesmo de Estado para Estado (UF). No Sertão Paraibano, conforme técnicos do INTERPA, uma tarefa corresponde a 3.330 m².

As dificuldades enfrentadas pelo Estado que se reorganizava na defesa de outros interesses que não exclusivamente os dos coronéis e com certeza, não os interesses dos trabalhadores, impediam-no de dar uma solução imediata à questão. A aliança entre proprietários rurais e políticos locais, pacto selado ainda pela ideologia do coronelismo, ancorava-se ainda nas relações paternalistas e clientelistas que se mantinham pela promessa da troca de favores entre proprietários rurais e políticos, entre “patrões” e seus agregados. A quebra desse pacto não se podia realizar de forma amistosa sem profundos arranhões. A intervenção da União nas questões locais não se dava sem conflitos. Os trabalhadores percebiam isso, por exemplo, quando funcionários do DNOCS que tentavam implementar medidas sobre a questão de concentração de terras, acabavam por serem remanejados às pressas, sob pena de perderem a vida. Lembremos que no depoimento de seu Antônio Bento, o Sr. José Macário “não teve tempo de dividir as terras”.

Vejamos mais um depoimento que nos traz imagens do cenário da época do DNOCS, em outro trecho da história de seu Chico Gabriel:

“Manoel Sampaio veio depois ... inventou todo estudo pra tirar os grileiros daqui de dentro e conseguir as áreas pra trabalhadores agricultores que viviam sendo morador pros grileiros. Um dia fez um levantamento, foi a São Gonçalo e conversou com o engenheiro Dr. Parentes que era chefe do DNOCS lá em São Gonçalo. E quando voltou trouxe dois caminhões grandes. Aí foi assim: aquele morador que era desse grileiro aqui, ele tirava dessa fazenda e localizava noutra e o de lá trazia pra cá. Quando o dia amanheceu não havia mais nenhum com direito aqui dentro. No espaço de 60 dias ele regaliou as terras que eram dos grileiros. Deu praqueles que não tinha terra fora daqui. Era 10 pra um, 15 pra outro, 20 pra outro ... dependia do tamanho da família. Aí nessa partia perseguiram ele pra matar (...) por caso do atentado ele foi afastado”. (Sr. Chico Gabriel, 1995).

A frequência com que os funcionários do DNOCS eram transferidos todas as vezes que insistiam na redistribuição das terras com os moradores, leva-me a

crer que havia uma conivência dos governantes para com as pretensões dos grileiros. Apesar da determinação, o senhor Manoel Sampaio não conseguiu redistribuir todas as terras, tendo inclusive sido ameaçado de morte. A proteção que guardava, então, as forças que se levantavam contra o DNOCS e que permitiam a continuação da concentração das terras eram oriundas dos conflitos de interesses no Estado brasileiro dos anos 30. Sim, porque segundo os trabalhadores, um desses grileiros chegou a concentrar 400 ha. Esses dados aparecem também nas declarações de Callado no trecho a seguir:

“Há outros tubarões de terra que possuem, como o major, grandes propriedades em Pilões - imensas para o Nordeste: o “rendeiro Romualdo Rolim, em lugar de 10 tem 400 ha e Hilário Moreira 217. (...). Alguns moram em belas casas em Cajazeiras e criam gado em terras de lavouras de subsistência que é como criar porco na horta ou galinha no milharal”. (Callado, 1960, p. 26).

Lutar contra essas irregularidades, era arriscar a vida. Percebi durante as entrevistas que muitas vezes as pessoas falavam baixinho quando relatavam esses fatos, como se com as lembranças evocadas desses tempos viessem os fantasmas que por tanto tempo causaram pânico e terror. O falar baixinho e os gestos que acompanhavam as suas narrativas vão aos poucos aproximando-nos do clima de terror e insegurança que reinou nos tempos do DNOCS.

Neste contexto marcado pela opressão e pelo “silêncio” dos trabalhadores, indago sobre a dimensão da cidadania aí experienciada. Se retomarmos a noção de cidadania sob a concepção liberal clássica, poderíamos concluir que esse trabalhador - não proprietário e excluído das decisões políticas - caracteriza-se como um não cidadão. Esta seria uma posição extrema na qual estaria negando a minha compreensão de cidadania como uma construção. Se adotasse a concepção de cidadania em Wanderley Guilherme dos SANTOS, teria que considerar que esses trabalhadores vivem uma situação de pré-cidadãos:

“Tomam-se pré-cidadãos, (...), todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. (...): Seriam pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural que fazem parte ativa do processo produtivo e, não

obstante, desempenham ocupações difusas para efeito legal; ...”
(op. cit. p. 68).

Prefiro não adotar nenhuma dessas posições. Em minha concepção e coerente com a noção da cidadania em construção, entendo que, mesmo nos limites impostos pelas condições materiais e simbólicas daquele momento e apesar das contradições presentes nas falas desses trabalhadores, aquele foi um espaço de aprendizado. Desse aprendizado é possível hoje se fazer analogias com situações do presente e muitas vezes analisar criticamente o passado.

Aquele foi um espaço, no qual uma dimensão da cidadania que possivelmente prevaleceu foi a “tutelada” - concretizada ou pelo favor do patrão, quando aparece como seu defensor, ou quando o Estado (o DNOCS) lhes concede o “direito” de acesso à terra. Isto não significa, no meu entender, que nessa experiência não se tenha construído uma leitura crítica desse “lugar” que o trabalhador ocupava no sistema de relações, tanto é verdade que muitos desses sujeitos são hoje protagonistas da luta pela terra e pela permanência nela em Três Irmãos.

2. A luta pela *terra de trabalho*. Novos tempos no horizonte

Há um momento em que já não é mais possível esperar o advento de novos tempos como se caíssem dos céus. Compreender-se como sujeito na construção histórica da sociedade, avaliar as próprias possibilidades e elaborar as primeiras estratégias de ação para melhorar as condições de produção de sua existência, parecem ser os primeiros passos concretos na construção da cidadania. Para isso é necessário o reconhecimento de direitos e a compreensão de que é possível lutar por eles. Dito de outra forma, exige, como afirma Hannah ARENDT (1973) a “consciência do direito de ter direitos”. E acrescento: exige a consciência das próprias possibilidades não só de lutar pela conquista de direitos mas também pela reelaboração e criação de direitos.

Da forma como a concebo, o processo de construção da cidadania exige um esforço coletivo de iguais por interesses comuns. Um caminhar partilhado no qual

a participação consciente imprime a dimensão da cidadania "ativa" negando a exclusão, o anonimato, a pseudo-cidadania veiculada e prometida nos históricos discursos das classes dominantes, ou seja: estou entendendo cidadania ativa como a concebe BENEVIDES (1994, p. 9) "aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política". Na leitura que faço nesse estudo, privilegio a cidadania ativa na sua dimensão coletiva o que não exclui realização da cidadania individual. Ao contrário, entendo que a construção coletiva da cidadania implica a realização do indivíduo.

Acompanho como em Três Irmãos, os sujeitos da luta pela posse e permanência na terra aprendem a desfazer os laços de dominação e a construir autonomia e liberdade saindo da situação de "sujeição".

As terras de Pilões foram divididas, como já assinalei, mas nem todos os grileiros foram desalojados, uns ficaram e vieram outros. Muitos trabalhadores se livraram da "sujeição" ao patrão, mas outros ainda continuaram vivendo dificuldades para o acesso, mesmo precário, à *terra de trabalho*. Então o que teria mudado depois de tantos anos de tensão? Os tempos passaram, o cenário mudou porque hoje são outros os protagonistas da história. Os trabalhadores aprenderam que só é possível operar mudanças quando a direção das lutas é por eles assumida. No caso de Pilões, para que isso ocorresse viram que era preciso remover obstáculos, como por exemplo, as relações clientelistas ainda ali dominantes. Na Manga do Tabuleiro Grande²⁶ enfrentaram o grileiro, negaram-se a pagar renda em terras públicas e fincaram as primeiras estacas, alicerces da construção que é hoje a comunidade de Três Irmãos.

²⁶ Quando Manoel Sampaio, um dos últimos funcionários do DNOCS a prestar serviço em Pilões, redistribuiu terras griladas com os moradores, uma área de aproximadamente 600 ha (a Manga do Tabuleiro Grande) foi reservada para a criação de gado pelo Estado. Em 1982, a União repassa a administração dessas terras para o Estado da Paraíba e em seguida atendendo à reivindicação de trabalhadores sem terra passa a arrendá-las por contrato de um ano sob a condição de devolução em dezembro quando o pasto seria negociado. Até 1987 esse sistema deu certo. A partir de 1988, quando o prefeito de São João do Rio do Peixe recebe a incumbência de administrar as terras do tabuleiro grande, reduz o período de utilização da terra pelos trabalhadores para 6 meses. Esses fatos são motivadores do acirramento dos conflitos de terras em Três Irmãos e marcam o início da organização da luta coletiva nessa área, mediada pela Igreja Católica, particularmente pela Comissão Pastoral da Terra - CPT - Sertão. Para maior informação sobre esses fatos recomenda-se consultar: Relatório da CPT - Sertão "Conflitos de Terras em Três Irmãos - Bacia do Açude Público de Pilões, Cartas Abertas à Comunidade, Ofícios e Requerimentos (arquivos da CPT 1988-1992) e os jornais: A União, Correio da Paraíba e Folha de São Paulo. (1990, 1991 e 1992).

Vejamos o desenrolar dos fatos narrados pelos sujeitos dessa luta:

“Depois, aí vem a política pru lado de São João do Rio do Peixe. Abel Dantas era o Prefeito e Donetina passou a portaria pra ele ser o zelador desses terrenos. Ele entrou como zelador e judiou um pouco aqui dentro de Três Irmão. Ele tirou logo pra ele 120 ha pra fazer plantio de milho e botou um bocado de gente pra fora. Num houve prisão, mas ameaça houve muita”. (Sr. Chico Gabriel, 1995)

A sociedade brasileira vivia o período da transição do Governo Militar para o Governo Civil. Já estávamos em 1988 quando os trabalhadores em Três Irmãos começam a reagir de forma coletiva contra a exploração que lhes era imposta pela nova geração de grileiros na bacia do açude de Pilões. A Assembléia Constituinte já se prepara para entregar à nação uma nova Constituição - a Constituição Cidadã como a denominou o deputado Ulisses Guimarães²⁷. A sociedade civil está mobilizada na luta pela extensão de direitos às classes subalternas. E mais que isso, experiência o exercício da cidadania construindo espaços de participação política. É época de grandes campanhas por direitos sociais - educação, reforma agrária, saúde, habitação, etc.

Em Três Irmãos, como em outras comunidades rurais do Sertão Paraibano, explodem vários conflitos de terra. Os trabalhadores reivindicam a demarcação de lotes em áreas públicas onde pudessem plantar culturas de subsistência, porém, como assinalou seu Chico Gabriel, essas terras tinham um “zelador” e este exercia o monopólio das terras cobrando-lhes renda e obrigando-os a devolvê-las num prazo que se tornou cada vez mais curto. Estava, como disse seu Chico, “judiando” dos trabalhadores. O pesadelo não acabou, mas os trabalhadores certamente mudaram. Resistem à exploração e se organizam para o enfrentamento entrando no cenário público da luta como protagonistas.

²⁷ Ulisses Guimarães - Deputado Federal pelo PMDB que presidiu a Assembléia Nacional Constituinte de 1988.

3. Entrando em cena - os embates da primeira luta.

No depoimento seguinte, pode-se rever momentos da luta dos trabalhadores rurais de Três Irmãos, numa leitura crítica da situação de exploração em que viviam.

"Nasci e me criei no Sítio Três Irmãos com meus pais e meus irmãos. Sou filho de agricultor. Em 1985 fui trabalhador no Tabuleiro Grande, terra de proprietário de fora, lá de Sousa que se *apropriou do meu suor*. Lá no tabuleiro grande, aqui vizinho ao Sítio Três Irmãos, existia e até hoje existe terras que o governo domina. Tive oportunidade *de saber que essas terras era do governo* e que os trabalhador tinha o direito de se organizar e um dia ser dono dessas terras. Então antes de chegar a esse ponto de organização existia uma manipulação dos políticos. Em 88 que era ano de política (...). eles criaram um trabalho de distribuição de terras com alguns trabalhador que tinha um mói de votos em casa. Isso eles achando que se a distribuição fosse feita dessa natureza, eles conseguia predominar os votos desse pessoal. Era justamente as terras do Massapê (Tabuleiro Grande) que antes vivia no domínio do DNOCS pra criação de boi. Tinha uma experiência de gado aqui dentro de Pilões. (...). Eu fiquei nessa expectativa mas continuei trabalhando pro proprietário. (...). Trabalhava pagando renda de meia. Aí tinha aqui um direito pra vender aqui em Três Irmãos, um pedacim que só dava pra construir a casa. Eu comprei e me transferi pra cá com a família. Me lembro como se fosse hoje. Tinha vindo de uma missa e o padre Cleides já incentivava a luta. Na celebração ele dizia que havia terra abandonada e que os trabalhador se organizasse, trabalhasse que conseguia a terra que vivia administrada por políticos. Era época de Seu Abel Medeiros, prefeito de S. João do Rio do Peixe. Essa terra que eu trabalhava, era terra de proprietário, fora da área pública. Em 89 eu assinei o contrato pra trabalhar nas terras do Estado pra entregar no dia 30 de junho, quera pra botar o gado no pasto. (...). O pessoal que trabalhava lá (nas terras do Estado) me cederam a oportunidade se eu quisesse botar uma roça. Eu fui, encostei e a gente tentou a fazer a terra

pra plantar e continuamo trabaiano. Só que o gado de Abel e dos amigos dele, quando tirava a colheita o gado chegava (...). Chega a notícia que Abel não ia deixar plantar (...) botou logo um cabra lá pra dizer que ninguém ia plantar. "Cumpade Abel falou que aqui ninguém bota uma roça, e num bota mesmo". E agora? Vamo queimar o pasto? Ai Abel andou logo com a polícia (...) nesse ano ele tava se empolgando ..." (Sr. Antônio da Viúva, 1995)²⁸.

Consegui nos arquivos da CPT - Sertão, cópias de contratos celebrados entre os trabalhadores e representantes de políticos locais, nos quais os trabalhadores se comprometiam a devolver as terras no mês de junho de 1989. Dependendo da chegada das chuvas, não dava tempo de colher todos os produtos. Antes da ingerência do prefeito o contrato vigorava até setembro quando toda a colheita já havia sido feita.

Há na fala de seu Antônio alguns aspectos significativos para essa análise, que vale a pena evidenciar. Note-se que seu Antonio não integrava o grupo que vinha trabalhando no Tabuleiro Grande; sua entrada se dá através de concessão de amigos que já negociavam com os políticos locais, o seu contrato data de 1989. Conforme outros relatos, e informações colhidas nos arquivos da CPT - Sertão, nos contratos de 1987 e 88 as terras deveriam ser devolvidas ao administrador em setembro, quando toda a colheita já tivesse sido feita. A entrada de seu Antonio se dá, quando os trabalhadores estão vivendo pressionados para entregar as terras em junho. Outro aspecto que chama atenção é quando ele se refere à sua relação com o proprietário "de fora": "... trabalhava no Tabuleiro Grande, terra de proprietário de fora (...) *que se apropriava do meu suor*". Isso me levou a crer que ele compreende hoje a relação de exploração em que vivia. Sem explicitar o significado da relação dominador - dominado, já comunica a leitura que faz da sua posição nessa relação. Quem se apropria do suor do outro, apropria-se do trabalho objetivado em produto. Essa compreensão está expressa na comunicação que faz na sua linguagem "se apropriava do meu suor". Na linguagem do trabalhador, "suor" nesse contexto,

²⁸ Antônio do Nascimento Sobrinho, conhecido por Antonio da Viúva, um dos líderes do movimento em Três Irmãos e que no momento da pesquisa era presidente da Associação Comunitária. Atualmente (1996) integra a Equipe da CPT.

significa trabalho. Porém, não fica apenas na constatação, ele procura uma saída possível, a única que naquele momento se vislumbrava: "tive oportunidade de saber que essas terras era do governo e que os trabalhadores tinha *direito* de se organizar e de ser dono dessas terras". Identifica o problema e ainda caminhos para a solução. A primeira idéia de direito que aparece nessa fala, é a perspectiva da posse, do direito de "ser dono" através da organização. Aqui, mais uma vez, amparo-me em Hannah ARENDT (1973) que aponta o direito de ter direito como direito básico. É essa a minha compreensão do que expressa a fala de seu Antônio.

Outra noção que também deve ser assinalada é a compreensão da importância do coletivo. Na fala de seu Antônio a solução não está na esfera de ações individuais, uma condição, já anunciada, para a resolução dos problemas é a organização. Estou entendendo a organização como esforço coletivo, união de forças. Conversando com seu Antônio compreende-se que aquele era um momento de uma nova aprendizagem. Da posição de passividade nas relações de dominação ele começa a ensaiar ações participativas objetivando transformar situações que o afetam imediatamente.

Ainda nessa perspectiva, vejo também que ele identifica o oportunismo dos políticos evidenciado em momentos de campanhas eleitorais:

"Então, antes de chegar a esse ponto de organização²⁹ existia uma *manipulação* dos políticos. *Em 88 que era ano de política* (...). Eles criaram uma distribuição de terras com os trabalhador que *tinha um mói de votos em casa*. Isso eles achando que se a distribuição fosse feita dessa natureza, eles conseguia *predominar os votos desse pessoal*". (Idem)

Aqui vejo a tentativa de ressurreição da prática do "curral eleitoral", embora com outros contornos. Já não mais se trata do "morador de favor" como nas históricas relações paternalístico-clientelistas dos tempos dos coronéis. Ali, o

²⁹ A expressão "organização" indica, no discurso dos trabalhadores em Três Irmãos, a luta coletiva, o esforço compartilhado tanto nos momento do conflito (luta pela terra), como na definição de estratégia para o enfrentamento dos problemas no cotidiano da comunidade (luta na terra). Portanto, nesse estudo, organização tem essa conotação.

voto representava uma forma de gratidão, de lealdade, uma obrigação do camponês para com o proprietário que por sua vez, através desse voto, tinha garantidas as benesses do Estado.

No contexto abordado por seu Antônio, essa troca já não se dá no mesmo quadro em que, como assinala BARREIRA: "O domínio do voto confundia-se com o domínio do morador". Aqui o voto se caracteriza como mercadoria, a relação é de compra e venda. Ainda recorrendo a BARREIRA,

"A rede de favores começa a romper-se, na medida em que os laços patrimoniais da dominação pessoal passam por modificações. É o resultado das mudanças nas condições de trabalho, como a separação do local de trabalho da moradia, (...). Mas, também, da percepção por parte dos camponeses, da grande exploração, em seu viver. (...). A perda da clientela eleitoral, está diretamente ligada à ruptura nas relações de dependência pessoal combinados com as lutas pelos direitos. [...]. A compra do voto [...], caracteriza o rompimento com a dominação pessoal, a lealdade e o favor" (Barreira, 1992, p. 170 a 172)

Na fala de seu Antônio identificam-se nítidos traços desta nova realidade analisada por BARREIRA. Ele compreende que a distribuição de terras tinha o objetivo de angariar votos e, portanto, o pacto selado proprietário/morador já não existe como garantia do voto em qualquer época. Note-se que esses trabalhadores não são moradores: eles arrendam a área suficiente para fazer o roçado, não existe ligação pessoal com o proprietário. Dessa forma, o trabalhador não se sentia obrigado a votar "com ele". No entanto, na medida em que vendem o voto, se desfazem de um dos instrumentos de que dispõem na luta contra essa prática. Embora evidente, discutirei num outro momento os motivos que levam o trabalhador a negociar o seu voto, ou participar de outras práticas similares.

Importa, aqui, chamar a atenção para a leitura que seu Antônio faz dessa prática e que comunica que enxerga as contradições nessa relação. Quando fala na distribuição de terra ele diz: "Isso eles pensando que se a distribuição fosse feita, eles dessa natureza, conseguia predominar os votos desse pessoal". A

prática da manipulação de votos que parecia já cristalizada nas relações de dominação no mundo rural, já não aparece naturalizada. Há na sua colocação um tom de criticidade, de negação. Diria que esse trabalhador no processo de leitura crítica do mundo coloca-se como sujeito. Esse olhar enxergando o mundo e enxergando-se nele, é um "olhar vendo". Quantas vezes o boi, que disputa com ele a terra, não saiu vencendo? Plantar ou não, era uma decisão que só podia ser tomada quando alguém lhe concedesse a terra ainda que não fosse objeto de propriedade privada. Mas as coisas se complicam, quando o prazo de devolução encurta impondo sérios riscos de perda da lavoura ou quando são ameaçados pela perda desse precário acesso. A cada ano o domínio do grileiro se amplia. E como não havia diálogo, a resposta só poderia ser dada através de uma ação concreta. "E agora, vamos queimar o pasto?" Uma atitude extrema diante da iminência de perder o espaço vital de sobrevivência imediata - a terra.

Não se trata de uma atitude isolada, é uma ação coletiva, o trabalhador diz: "vamos queimar o pasto"? É somente nesse momento, quando resistem, que o interlocutor aparece e se põe face a face. Já não manda recado, vem ele mesmo acompanhado do aparato policial estatal numa clara demonstração da conivência do governo com a apropriação indevida dos bens públicos. Mas também o fato do grileiro se armar pode ser entendido como demonstração de sua fragilidade frente ao trabalhador organizado - um interlocutor que sai do anonimato no qual a política local insiste em colocá-lo e que resiste e luta por direitos.

Vejamos mais um depoimento que mostra momentos da luta em Três Irmãos e como os trabalhadores percebem a manipulação dessas terras pelos políticos.

"A manga era do Estado, parte das terras era entregue a produtores e que quando Abel Dantas tomou de conta da Prefeitura de Antenor (São João do Rio do Peixe) (...), parece que foi em 1984 (...), mas foi o governo de Burity que deu uma portaria pra ele ficar comandando a área de Pilões e o prefeito de Triunfo que era o Doutorzin ficar comandando aqui (...). O prefeito de Triunfo num quis. Ai Abel entrou e tomou conta de tudo, comandando tudo. (...) Essa área do massapê tinha um chefe que era vereador. Ai se combinaram e mandaram o pessoal plantar, tirar o legume pra eles, e que quando fosse setembro o gado do Estado,

ou que eles vendesse pra outro, comer o pasto. Lutaro assim uns dois ou três anos, tudo bem satisfeito tirando muito legume que a terra era boa. Aí Abel tomou de conta e inventou de quem plantava 10 tarefas ficava só com cinco e quem plantava cinco, ficava só com duas. Botou o povo todo pum lado e ai ficou com a maior parte dessa Manga (...) Era pra ele, Olvídio, Dr. Mário e mais outros. Ele passou tres dia com tres noite com trator cortando terra diretamente pra ele (...) Meus filhos mesmo trabaiairo um bucado de dias pra ele. Aí ele obrigou o pessoal que plantava num pedacim pequeno. Aí ele, no outro ano obrigou a desocupar no mês de julho (...) pra botar o gado. Ele já criando uma vacaria. Obrigou o pessoal a tirar o milho ainda zaroio, o feijão todo na roça ainda, algodão safrejando (...) Muitos pobre tinha que desocupar mesmo, num tinha outro jeito. Aí começaram a reunir ali naquela casinha de um filho meu, todo movimento de reunião dessas terra foi ali". (Sr. Antônio Roseno, 1995)

No Sertão Semi-árido, mesmo fora dos períodos de grandes estiagens, não é possível ao trabalhador prever em janeiro, o período em que as chuvas caem. A irregularidade das chuvas é muito grande. Portanto, dificilmente se poderia dizer com certeza o mês em que devolveria a terra para o administrador ou grileiro, como chamam. Pelo depoimento do senhor Roseno, se o trabalhador era obrigado a entregar a roça ainda com os produtos, esse fato caracteriza um caso típico de expropriação com conseqüências graves para a sobrevivência dele e de sua família. Passado esse período, nem a possibilidade de assalariamento lhe restava.

Nas conversas que tinha com os trabalhadores, percebi que a ameaça de perda dos seus produtos foi a maior agressão que sofreram nessa época. Para eles o produto do seu trabalho é sagrado. Na roça ele deposita suas esperanças e emprega o seu suor (trabalho). Como aceitar passivamente que tudo isso seja destruído porque aquele espaço está sendo reclamado por donos de bois? Sim, porque convivendo com esses trabalhadores entendi que o administrador primeiro começou separando uma parte para si, depois vai diminuindo a área ocupada pelos trabalhadores e ampliando a sua para criar e também plantar. Em seguida ele começa a cobrar a devolução das terras cada vez mais cedo, para

negociar o pasto com pecuaristas vizinhos. É por isso que entendi que disputavam as terras com o boi e, enquanto não apresentou resistência, o boi vencia nesse embate, pois o seu dono se apresentava como sendo também dono das terras.

A percepção dessa relação de exploração e expropriação foi fundamental para que se procedesse toda uma avaliação das relações entre pequenos/grandes, candidatos/eleitores, trabalhador/patrão etc. Mas essa leitura não se faz de um momento para outro. É um aprendizado lento, que demanda tempo e paciência.

As primeiras providências foram no sentido de demarcar os lotes. Já não se tratava de esperar uma concessão para plantar. O trabalhador quer autonomia sobre seu trabalho e sobre a terra, seu único meio de produção. Enfrentar o grileiro armado e acreditar na legitimação de sua luta, buscando parceria na sociedade civil organizada, eram propósitos dos quais não podiam desistir.

"Aí fiquemo lutando pro Abel dividir as terras com o pessoal. Ele sem querer, queria só prá ele e pro gado né? E o pessoal queremo pra trabaiá (...). Lutemo aqui, e teve muitas vez que o padre marcava uma reunião (...). Ai vinha 3 ou 4 carros de polícia. (...). Aí quando foi um dia reuniu o pessoal aqui numa comissão e foi a Triunfo conversar com Prefeito e Vereador a fim dessas terras. Aí ligaro pro Brejo. Uma mulher por nome Donetina [Dona Etina] ligou pro Governador Buriy. Aí ele veio no Brejo pra uma reunião e mandou despachar a terra pro povo. Cada um 5 ha. As terra boa 5, as terra fraca podia ser mais. Abel quis desobedecer, queria dá 2 ha. Vai pra luta! Até que conseguio. Hoje tá todo mundo localizado lá (...), tudo dividido, tudo brocado. Lá tem uma faixa de 60 trabaiador". (Antonio Roseno, fevereiro, 1995)

Analisando este trecho da entrevista com seu Roseno, o acesso à terra em Três Irmãos não parece ter exigido do trabalhador um grande esforço, aparece como uma negociação fácil. Num primeiro momento, os trabalhadores procuram a mediação mais próxima, os canais de negociação no âmbito institucional - Prefeito-Vereador, a administradora do Brejo das Freiras (Etina) com força

política local, o amigo do Abel, (o prefeito) e, por último o Governador do Estado. Como não se tratava de propriedade privada, para o trabalhador, aquelas terras deveriam ser destinadas a quem delas precisava para trabalhar, era uma questão de justiça e não havia muita complicação para entender isso. Só que para os pequenos afortunados, para aqueles a quem não falta o pão, a terra inspira outro desejo: a acumulação. Para o especulador a terra é mercadoria, embora não pudesse vendê-la o produto dela podia ser negociado. E mesmo que nada plantassem, negociavam o pasto que, pelo que parece, era a coisa mais cobiçada naquele momento.

Assim sendo, tratava-se mesmo de uma disputa que os trabalhadores venceram, mas num enfrentamento bastante tenso. Vejamos como outros trabalhadores relatam alguns momentos dessa experiência.

“Era o dia 8 de setembro de 1989 . Era um dia de festa na Serra do Padre³⁰. Eu vim para a missa, fui padrinho de um menino. No dia seguinte eu tava aqui numa reunião numa casa em Três Irmãos, e o padre Cleides tava. E de novo era o mesmo sermão incentivando os trabalhador. Era pra trabalhá em 90. E outra coisa; fumo impedido de trabalhá, Abel impossibilitou. O gado de Abel e dos amigo dele quando tirava a colheita o gado entrava. Ai a gente convocou o pessoal que dava apoio a gente, pra entrar contra Abel (...). Vieram e fizeram uma reunião e viram a possibilidade da gente entrar pra fazer a terra, se não no ano seguinte a gente já perderia a terra. (...) Já era novembro. Ai os meninos chegaram: Vamos lá, vamo lá. Ai nós pensando nisso, ai Abel chega com as declaração³¹ que eu até tenho uma guardada. Ele mandou assinar ... Você assina pra plantar seis mês, no mês de junho eu quero a terra. Ai o padre, a gente comunicou a ele (...). Ele se preocupou muito e disse: então vamo fazer um acordo com esse rapaz..., pra ele ceder as terra do Tabuleiro Grande pros trabalhadores esse ano. Isso na intenção de no próximo ano a

³⁰ Serra do Padre. Trata-se do Padre Manoel Vieira da Costa Sá que no final do século XIX foi chefe político em São João do Rio do Peixe. Época em que Triunfo ainda pertencia a esse município. (Informações obtidas através de entrevista ao Senhor Antônio Bento [funcionário aposentado do DNOCS]. Indico como fonte de consulta sobre a historiografia relativa à Bacia do Rio do Peixe, entre outros, Rosilda Cartaxo. Estradas das Boiadas. João Pessoa, NOPIGRAL, 1975.

³¹ A Declaração de que seu Antônio fala é um termo de compromisso no qual o trabalhador se obriga a devolver a terra em Junho.

gente conseguir o resto (...) O padre foi ameaçado de morte cara a cara lá no Gabinete dele (Abel). Ele disse: Sai do meu padre, se você for lá amanhã você morre. Era pra fazer uma assembléia e combinar o mutirão no massapê. Era no dia 20 de novembro. Por felicidade o padre chega no dia 19. Abel chega na Comunidade de Três Irmão com um carro cheio de polícia. Era pra todo mundo que tivesse mobilizado entrar no carro. Era perguntando a um e a outro e o pessoal negando. (...). Eu sei que conseguirei demanchar tudo. Mas o pessoal insistiu e subiu o massapê. Quando chegaram na cancela do massapê tava Abel e três caminhão de polícia. O padre não teve oportunidade de chegar. O pessoal dele (Abel) conversava que o primeiro que atirava era no padre Cleides. O padre não escapa! Ai quando voltamos, chegamos na casa de Chico Gabriel, ai o padre encosta. Vamo, num vamo... não vamo planejar outra coisa. Que quando a gente tava planejando Abel chega (...) Quando Abel chegou foi com advogado dele o irmão dele. Três pra negociar com os trabalhadores e pedindo que os trabalhadores se comportassem que ele ia dividir as terras. Vamos pra negociação. Era duas comissões a dos trabalhadores e a Comissão do Abel. No outro dia a negociação era só dele: Eu vou dividir terra com quem quiser, daqui pra cima eu vou distribuir com o pessoal de Três Irmão e Tabuleiro Grande, o resto fica pro pessoal de Pilões. Ai realmente o pessoal se revoltou e num quis a terra. Nós vamos voltar pra trazer vamos tomar iniciativa. E ele dizia: Se vocês vierem tomar a terra, vocês vão morrer. E pode tirar essa bichinha da CPT. Era Socorro Goveia. Eu vou terminar matando ela. Ai uns trabalhadores desistiram e saíram. Era que ainda num tava organizado (...) Nós nos reunimos no meio da roça e ele ficou lá num canto e ficou mandando recado: Vá simhora senão eu mando prender. E a polícia lá encostada lá garrada com ele. Toda praquela mulher que ninguém gosta de mulher feia aqui, ela tem que se mandar. Nós pensamos: fazer como? Brigar com prefeito cheio de polícia? Vamos tomar outra decisão vamos falar com o Prefeito de Triunfo. Formamos uma comissão de imediato, eu fiz parte e fomos lá falar com o prefeito". (Sr. Antônio da Viúva, 1995).

Construir autonomia e fazer valer os seus próprios interesses numa correlação de forças como a demonstrada nessa fala, exigia desses

trabalhadores auto-confiança, coragem e convicção dos seus objetivos. Sabiam que as ameaças de morte podiam se concretizar, afinal, na conjuntura dos anos 80, dezenas de trabalhadores perderam a vida no Brasil lutando pela terra e os autores dos crimes nem chegaram a ser julgados. A polícia de vez em quando é utilizada como milícia particular de proprietários e políticos locais contra os trabalhadores desarmados. Todos tinham consciência disso mas sabiam que as terras, objeto de disputa em Três Irmãos, já não eram de propriedade privada e isso lhes apontava uma perspectiva de vitória. Porém se o "grileiro" convocava a polícia local em sua defesa, isso podia indicar que o Governo podia estar do seu lado. Por essa razão, para legitimar a sua luta, precisavam buscar apoio na sociedade civil organizada e naquele momento, era a Igreja Católica a sua primeira e mais forte aliada. Porém, o poder de decisão não está nas mãos da Igreja. O padre já estava sendo ameaçado, precisavam unidos buscar, junto aos poderes constituídos a abertura de canais de negociação.

Como vimos no depoimento de Seu Antônio, os trabalhadores antes de radicalizar a sua posição procuram negociar diretamente com o seu interlocutor imediato através da mediação da Igreja e a resposta foi ameaça de morte. O passo seguinte foi procurar o Prefeito do Município de Triunfo e o Vereador. "Brigar com o prefeito grileiro cheio de policia? Vamo tomar outra decisão". Através do prefeito e do vereador do seu Município procuravam abrir canais de negociação para chegar às instâncias superiores: Secretaria de Agricultura, INTERPA e ao próprio Governador. Essa era também uma decisão que deveria ser pensada cuidadosamente porque as pessoas que se dispunham a fazer essa mediação eram aspirantes a cargos eletivos e podiam aproveitar da situação para fortalecer as suas candidaturas cobrando-lhes, em seguida, um compromisso através do voto. Naquele momento inicial da organização do grupo a autonomia era uma das coisas mais importantes a ser construída. Por isso era importante estar consciente de que ao procurar os poderes constituídos estavam reivindicando um dever dessas autoridades para com as questões da comunidade.

4. Unindo Forças

Reunidas com a Comissão Pastoral da Terra e com o padre Cleides da Paróquia de Triunfo formaram uma comissão e foram buscar apoio na cidade. Arcanjo Gabriel, filho de um morador antigo, e um dos líderes da luta nesse momento, conta como chegaram à mesa de negociação com o Governador:

"Formemo uma comissão e fomo a Triunfo falar com o prefeito que era o Doutozin. Ele num tava, tinha uma audiência em Cajazeiras. Aí o vereador Chico Cãindo diz eu vou, o Abel é meu amigo, nós resolve. O vereador chega lá com os trabalhador e teve foi medo. Tava cheio de policial armado como se o trabalhador fosse ladrão (...) Mas ele foi, teve esse ato, apesar que era interesse de, tinha interesse político pelo mei, mas teve criatividade. Mas ele voltou, foi embora" (Sr. Arcanjo Gabriel, 1995)

Nesse momento, está instaurado o conflito entre trabalhadores e o grileiro. A demonstração de força expressa através do uso do policiamento local apontava para a impunidade reinante na nossa sociedade onde os problemas sociais acabam sendo transformados em caso de polícia.

É somente na luta, no dia a dia, no enfrentamento dos seus problemas que os trabalhadores começam a compreender o jogo do poder das classes dominantes e começam a rasgar as vendas que lhes dificultam enxergar as questões em profundidade. É também na luta organizada que ganham força para defender seus próprios interesses desnudando as impunidades. O temor do homem armado se desfaz no momento em que compreendem que aquela atitude se caracteriza por uso e abuso de poder.

"De repente denunciario Abel, deu no rádio. Abel tava com a policia irregular, num tinha orde judicial. Abel ouviu, aí disse: Vamo simbora que num dá certo, nós tamo ferrado se o Juiz souber disso vai acabar comigo. Aí sai o carrim: Abel na frente e a

polícia atrás. Aí Abel vai responder a denúncia". (Sr. Antônio da Viúva)

Essa prática parece ser corrente em muitos municípios do interior. Elias Fojardo (1988) relatando as atividades do Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio instalado em 1986, apresenta vários exemplos dessa prática durante a campanha contra a Reforma Agrária, desencadeada pela União Democrática Ruralista - UDR. São práticas que insistem em se perpetuar enquanto a comunidade organizada não resiste e denuncia apontando o uso indevido de bens e serviços públicos, demonstrando a sua desconfiança não somente na maioria das lideranças partidárias, mas também das instituições sociais.

O espaço de aprendizado político gerado naquele momento de luta pela terra, propiciou aos trabalhadores a oportunidade do exercício da cidadania. Denunciar irregularidades na administração pública é, ao mesmo tempo, direito e dever do cidadão. Ainda que naquele momento não tenha sido sua a iniciativa, ele esteve participando pondo-se no cenário político, construindo seu espaço.

Esgotadas as possibilidades de resolver o problema com o grileiro, o problema assume dimensões que extrapolam as instâncias locais. Afinal como os próprios trabalhadores avaliam, a forma como o Estado administra a coisa pública contribui para a emergência de conflito. "O Estado que é o responsável, é quem cria o conflito, é ele quem cria a marginalização dos trabalhadores". Os trabalhadores pequenos-produtores, tinha um pedacim de terra prá plantar e, a maior parte, estava nas mãos do Estado, do qual o representante era um prefeito. Ai foi o foco do conflito". (Arcanjo Gabriel)

Se é o "Estado" o responsável e as terras são públicas, o interlocutor dos trabalhadores é o Governo. Em vista disto, decidiu-se junto a representantes políticos locais chamar o Governador, O Dr. Tarcísio de Miranda Burity à época, para negociar o problema diretamente com os trabalhadores.

"Quando o governador chega no Brejo das Freiras, descarta tudo quanto foi dito na imprensa. Desmancha tudo. Abel já tava lá conversando com eles. Aí ele: "A partir daqui a decisão é minha, vou lotear terras do governo que vai resolver o problema. Aí já

foro fazeno a negociação logo. Lá tava um monte de autoridade: o Governador, o Secretario da Agricultura, o Presidente do INTERPA que se chamava FUNDAP, era o Dr. Benevides, e um bucado de técnicos. Era lá hospedado, tudo pago pelo Governo. Já começaro logo a fazer o trabaio de distribuição. Aí o padre pediu a palavra e na oportunidade foi chamado ao palanque. Aí pediu pro governador que lançasse a palavra de negociação com os trabalhador. Aí o governador falou: "Nós samo capaz de resolver, de distribuir terra que seja conveniente pas familias [...]". A gente confiou na palavra do Governador e fumo pro campo" (Antônio da Viúva, 1995).

Quando, ao explicar minha concepção sobre a noção "construção da cidadania" eu digo que os excluídos no processo de construção da cidadania, saem do anonimato, estou atenta a fatos como os que são registrados neste relato. Observe-se que desde os primeiros embates no local de trabalho, na roça, esses trabalhadores vêm lutando por um espaço para se colocarem, para falarem de si, de suas necessidades, de como eles estavam apreendendo o desenrolar dos fatos desde o momento em que começaram a ser ameaçados de não mais ter terra para plantar.

O grileiro manda recado e como os trabalhadores reagem, ele responde com a polícia, não há diálogo. A sua expectativa era a de que o governador abrisse espaço e lhes concedesse a palavra para que contassem as suas preocupações. Afinal a imprensa estava divulgando amplamente que terras públicas estavam sendo griladas e os autores dessa façanha estavam ficando impunes. No entanto, os "donos do poder" insistiram em fechar o espaço à participação desses trabalhadores. Insistem em deixá-los no anonimato: Quem são, o que pensam, que desejos têm, quais são os seus projetos? E mesmo quando o padre lembra que os trabalhadores têm algo a dizer, o Governador fecha o diálogo lembrando que sabia resolver o problema. Essa não é a questão, o que se reivindicava naquele momento era a abertura do espaço para o diálogo no qual o trabalhador, ao se colocar, ocupa espaço exercendo a sua cidadania.

Convém notar que, embora esses trabalhadores estivessem engatinhando os primeiros passos na construção da cidadania e de sua autonomia, ainda

careciam de alguém que os representasse publicamente - o padre. Mesmo que consideremos o padre no papel do intelectual orgânico, ainda assim, para que o grupo se colocasse falando por si mesmo, os trabalhadores desejavam se manifestarem eles próprios, como veio a ocorrer em momentos posteriores.

Há em alguns depoimentos registros sobre esse fechamento do espaço nesse momento, como o seguinte:

“Eu pedi a palavra, mas o governador mandou eu me calar. Minha palavra foi caçada. A Etina, todo mundo lá, trabalhador - posseiro e não posseiro, era o padre, era a Tina, o Governador, o Secretario da Agricultura, o INTERPA. A Tina ela queria era ganhar votos, queria ter autonomia que o Majó Jacó tinha, mas os trabalhador quebraram o tabu dela. Ela batia no peito e dizia: Eu sou esposa do Majó Jacó. E a gente sabe quem foi o Majó Jacó! Ela falou baixinho pro Governador pra eu num falar. (Sr. Arcanjo Gabriel, 1995).

Qual teria sido a atitude do governador ou da equipe ali presente, se quem pedisse a palavra fosse um proprietário rural, um político ou outra pessoa que já ocupa uma posição de destaque na sociedade? A resposta parece óbvia, nem cabe comentar. Quando faço destaques como esses, não estou olhando os excluídos com piedade, como coitadinhos, não é isso. Insisto em registrar a postura das classes dominantes em tentar ignorar o processo de mudanças e, conseqüentemente, a força do povo organizado na construção da cidadania.

Esse encontro com o governador encerra uma etapa da luta pela terra em Três Irmãos que eles denominaram de primeira luta ou Primeiro Conflito. O ano de 1990 estava iniciando, era preciso correr, preparar as terras antes das chuvas caírem.

“Começou em Setembro e terminou em dezembro. (...) Ainda deu tempo de pegar o inverno. Me lembro como se fosse hoje; era 13 de dezembro, dia de Santa Luzia. E nesse mesmo dia, dia Santo comecei fazer a terra até o dia primeiro tava plantada. E continuemo a luta. (Antônio da Viúva, 1995).

Preparar a terra, esperar o inverno, plantar, colher e ter a certeza de que, embora pequena, sempre terá terra para plantar, era uma vitória para aqueles que saíram da dependência do patrão ou da "sujeição" imposta pelo grileiro. Agora, não podiam parar, como disse Seu Zé Cabral, "a luta nunca acaba". Entenderam que o esforço coletivo pode ser uma das formas para se conseguir uma melhoria possível de suas condições de vida mesmo considerando as extremas limitações impostas a uma população pobre, numa área castigada por longos períodos de estiagens.

Agora precisavam começar a construir uma infra-estrutura mínima começando quase do zero. Mas antes era preciso formalizar a organização do grupo, criar uma associação, uma entidade que viesse a se constituir no canal de comunicação com a sociedade, com outros setores organizados da sociedade civil.

5. Ampliando o espaço de participação: o cenário da segunda luta.

A Associação Comunitária³², passa a ser o lugar de discussão dos problemas comuns, de avaliação do trabalho coletivo, do planejamento de novos empreendimentos. Conquistaram um pedaço de terra; faltava-lhes ainda uma infra-estrutura mínima - água, casas para os que estavam chegando, uma capela e a sede da associação. Eram tantas coisas que deviam começar a construir, mas ainda haviam aqueles que nem conseguiram a terra. 36 famílias ainda estavam sem terra. No momento em que INTERPA fez a divisão das terras no Tabuleiro Grande, muitos trabalhadores que não estavam no grupo organizado, apareceram e, naturalmente foram beneficiados. Esse foi um dos motivos da redução dos lotes para apenas 3 ha. Assim, muitas famílias ficaram sem terra e a conquista da terra continuava ainda sendo o primeiro móvel de luta.

³² Associação Comunitária Santo Antônio da Bacia do Açude Público de Pilões - Sítio Três Irmãos, fundada em 1º de abril de 1990, conforme constatei em carteiras sociais. O Estatuto foi elaborado posteriormente, porém não está datado.

"Aí nós criamos a Associação e começamos a avaliar: Como é que vamos fazer? Só que do massapê pra cá tinha uma grande área de terra que era [...], que Romualdo Rolim e Nestor Braga há 10 ou 15 anos perderam na questão com o DNOCS. Aqui criavam gado, e daqui até a barragem era sorte, terra sorte. Todo mundo criava aqui. Gente daqui e gente de fora. Os fazendeiros botavam apenas um vaqueiro pra olhar. Cercavam de 100 e 200 ha de terra. (...). Passamos o ano de 90 preparando o outro conflito. Com a CPT e a Paróquia de Triunfo. Os conflitos de terra era no Estado todo e aqui no Sertão era aqui, Jericó, Riacho dos Cavalos ... Nós tivemos oportunidade de apoiar e de participar de outras lutas. Fomos até o Brejo ver a experiência deles, e nós tinha alguma coisa pra passar. Era todo trabalhador organizado em todo Estado. Em Cajazeiras formamos um Comitê de apoio, tinha Sindicato Rural, Pastoral da Criança, Professor, Estudante e o PT que era um grande mobilizador (...). Nesse tempo já era as terras de Antoin Claro, e a sede da Associação era uma casa emprestada. Um dia Antoin Claro ia passando e eu disse: Antoin, dê uma tarefa de terra pra fazer a Capela de Santo Antoin. Ele disse: Santo Antoin num precisa de terra; aqui é pouco vender caro. Aí Sivão disse: Você vai é perder tudo. Ai ele dizia eu mato gente (...). Mas ainda era tudo de brincadeira. A gente fazia reunião. Inicia pela diretoria e a gente chamava aqueles que num tinha terra. Chegamos com 12 trabalhadores para amarrar a barraca lá no juazeiro, na terra do homem. Era uma Bíblia na mão e o resto era tudo foice e uma freira do lado que era a irmã Ana que era aqui de Triunfo (...). No dia sete de julho (90) chegamos já com 30 trabalhadores. Ai o homem que se dizia dono, pega a se arripunar. Chama prefeito, chama a polícia aí começa o tumulto. Ai Frei Anastácio pediu uma audiência com o Secretário de Agricultura e o presidente do INTERPA pra resolver o conflito na Paraíba. Era pra nós do Sertão ir junto pra João Pessoa. Chegamos lá tava todo mundo no Mosteiro de São Bento, pra 9 horas, tá na frente do Palácio. (Sr. Antônio da Viúva).

A terra é, para o trabalhador rural, a condição básica indispensável à vida. Isso explica a razão porque esse grupo continuou a luta pela terra, mesmo após a conquista em Tabuleiro Grande. Constataram que haviam por ali terras que

podiam ser redistribuídas e aí começaram a avaliar as possibilidades de consegui-las. Avaliar as suas próprias possibilidades e avaliar também a situação daquela terra. José de Souza Martins observa que o trabalhador rural é legalista, por mais paradoxal que isso possa parecer. Ele não “*invade*” terra, aliás no seu discurso dificilmente se ouvia esse termo. Ele “*ocupa*” terras que ainda não foram ocupadas ou que são objeto de especulação. Para isso procura saber quem é o proprietário, como a terra está sendo explorada, se é de “propriedade” ou terra grilada. A expressão “*proprietário*” é muito utilizada por eles exatamente porque encerra a idéia de direito de posse. O que fazem os trabalhadores, é questionar o direito de propriedade quando constatam que apesar de existirem trabalhadores sem-terra para plantar, muitas terras deixam de cumprir a sua função social. Ouçamos um trabalhador avaliando essa questão:

“Essas terras vivia em mãos de latifundiários de Cajazeiras, de Antenor (São João do Rio do Peixe), de Sousa e de outros lugar, de quem já era proprietário fora da bacia do açude de Pilões. Era grandes latifundiários, dominava grandes áreas. Vivia se infiltrando aqui dentro, cercava uma área e ficava criando gado. Essas pessoas que queria trabalhar tinha que pagar renda. E outros tinha que desocupar muito cedo, em Junho, prá botar o gado. E os trabalhadores vivia muito angustiados porque, na realidade, o milho só tava bom lá prá agosto ou setembro, e o algodão se estende pelo segundo semestre até o final do ano. Diante dessa situação a gente tomamos a decisão que se a terra era do Estado e se nós faz parte desse Estado, a terra é prá nós trabalhador. [...]. Porque nós tem *direito* a essa terra. Em vez de tá servindo prá alimentar o homem, tá servindo prá criar gado e prantar capim. Aí chego a conclusão que de qualquer jeito a terra era nossa. Dessa vez era 36 na 2ª luta, enquanto não recebeu o último lote a gente num arredou o pé”. (Sr. Zé Lisboa).

Seu José Lisboa coloca vários questionamentos para em seguida justificar a ocupação da terra pelo homem que trabalha. Note-se que a preocupação inicial é colocar a invasão das terras por aqueles que delas não precisavam para trabalhar. Enquanto analisa a forma como essas terras iam sendo apropriadas,

questiona as relações entre trabalhadores e não-trabalhadores - relações de dominação e de exploração. O pagamento de renda ao grileiro das terras que já são públicas, a obrigação de devolvê-las antes da efetivação da colheita são questões que agridem o trabalhador porque, ele entende que o pagamento da renda nesse caso é indevido. Agride-o muito mais, o fato de perder os seus produtos, porque no caso trazido para discussão trata-se mesmo de expropriação. O trabalhador incorporava trabalho à terra e, antes de colher os frutos deste, era obrigado a entregar o roçado com seus produtos para servirem de pasto ao gado daqueles que não trabalham.

No entanto, percebem-se ambigüidades no seu discurso quando tenta justificar a legitimidade de sua luta. A idéia de pertencimento ao Estado como justificativa da ocupação da terra pelo trabalhador acaba por justificar a ocupação desta, por qualquer outro, independente do uso que pudesse fazer da mesma "... se a terra é do Estado e nós faz parte do Estado, a terra é pra nós trabalhar". Está implícito a compreensão de que a terra por ser pública é um bem comum. Tudo bem, mas o seu argumento acaba por justificar inclusive a grilagem, desde que o grileiro pertença ao Estado.

Outro aspecto que chama a atenção é a noção de direito colocado por esse trabalhador. No caso, o Estado aparece como fonte do direito natural de reprodução da vida, direito ao uso dessa terra que é do Estado para dela retirar o seu alimento, aparece assim como se esse fato já bastasse por si mesmo para justificar a posse do uso da terra pelo trabalhador. Não aparece nesse discurso, a compreensão das contradições no jogo de interesse, nem a natureza do Estado capitalista defensor por excelência dos interesses das classes dominantes.

Em Três Irmãos, como vimos assinalando através dos depoimentos dos trabalhadores, desde a desapropriação das terras, quem delas vêm se beneficiando são sempre aqueles que detém o poder, seja econômico-pecuaristas e comerciantes, ou político-representantes políticos a nível local, estadual e nacional. O Major Frantz, quando grilava aquelas terras e defendia os seus comparsas estava no Congresso Nacional, era Deputado Federal. Isso já é suficiente para apontar a conivência do Estado com a privatização do "público" em Pilões durante décadas. Mesmo quando o Estado readquiriu as terras no

tempo do DNOCS sob argumento de redistribuí-las com os trabalhadores, não implementou uma política de assentamento desses trabalhadores. Extensas áreas de terras ficaram inaproveitadas despertando cobiça em novos oportunistas. Aqueles trabalhadores que passam a ter direito a um pedaço de terra exploram apenas o indispensável à sobrevivência, não dispunham de recursos para explorar uma área maior e também não tinham maiores ambições. O que ocorreu foi que muitos daqueles que eram herdeiros de rendeiros do DNOCS e que já dispunham de alguns recursos, foram aos poucos, ampliando a sua área, incorporando terras deixadas pelo Estado sem aproveitamento. E foram esses que facilitaram a "infiltração" de estranhos (fazendeiros e outros municípios) na área, através da venda do pasto a pecuaristas vizinhos. Vejamos um exemplo disso no seguinte depoimento:

"Esse Antoin Claro mesmo era um que tomava conta tinha cercado a maior parte dessa área aqui. Tinha a outra quera de herança do pai dele quera reideiro do DNOCS, lá na frente, lá no Massapê, mas ele cercou aqui. O INTEPA, o Benevides já tinha dito pra ele que num podia [...]. Ele num tava acreditano, ia aumentano, cercano as terras sortas". (Sr. Antônio Roseno, 1995).

Os trabalhadores vinham convivendo com a situação acima descrita, no entanto, nunca tinham descoberto que as terras podiam ser divididas com aqueles que ainda não tinham. Agora já entendiam que essa prática é "grilagem" e ampliavam os benefícios a outros "de fora" como falam sempre. Da forma como relatam qualquer pecuarista de fora que conhecesse alguém influente ali dentro, tinha resolvido o problema de pasto para o seu gado. Note-se que esses Senhores desconsideravam os avisos das autoridades e continuavam cercando terras públicas.

Nesse momento da luta pela terra em Três Irmãos, os trabalhadores já estão fortalecidos. Agora contam com um amplo apoio da sociedade civil organizada. Quase todas as categorias de trabalhadores na cidade estão organizados e a cobertura da imprensa contribuiu para que a sociedade tomasse conhecimento dos fatos, inclusive divulgando os encaminhamentos da luta em todo o Estado.

Isso contribuiu para que os trabalhadores fossem ampliando a sua compreensão sobre a luta mais ampla e fortalecendo a sua a nível local através da troca de experiência. Quando seu Antônio da Viúva diz numa de suas falas “nós tivemos oportunidade de apoiar e participar de outras lutas”, nos informa a sociabilidade e a solidariedade que se construía no processo de luta. Muitas vezes o apoio à luta de outro grupo se resumia em estar presente num ato público, expor um cartaz ou uma faixa. Não importa, o que interessa observar na análise da luta coletiva é ampliação do espaço de participação. Ele diz “nós tivemos oportunidade de apoiar e de *participar*. (...) mas também tinha alguma coisa pra passar”. Tinham uma experiência de luta, uma vitória que acabavam de conquistar.

Dos limites do roçado, os trabalhadores já se encontram dialogando com outros com os mesmos interesses em outras localidades no Sertão mas também em outras regiões do Estado. E já não são apenas umas poucas famílias com o mesmo problema, agora são parte de centenas de famílias lutando com o mesmo objetivo, embora apresentem especificidade, conforme a região e a terra. Sejam terras do Estado ou de propriedade privada, o problema é comum - a terra. Na luta, descobrem que não estão sós, outros trabalhadores também na cidade estão organizados e defendendo a sua causa através de comitês de apoio³³. No grupo, a nível de sua comunidade aprendem a tomar decisões em conjunto. O mundo vai sendo desvelado na troca de experiências, no embate com os seus opositores, no confronto. São espaços que vão sendo criados e recriados a cada dia. Para muitos, aquela era a primeira vez que participavam de uma luta coletiva, a primeira vez que defendiam os seus próprios interesses enquanto defendiam os dos seus parceiros.

“Antes deu entrar no acampamento tinham feito uma reunião aqui da associação e eu participei. Achei muito importante mas pra mim aquilo era um sonho né? Eu num acreditava que aquilo ia acontecer, mas ficava calado. Aí foi no dia nove de Julho de 91 num dia de sábado, me lembro como se fosse hoje, trabalhamos o domingo todo e aí ninguém parou mais. Eu era o mais véi, completei 60 ano lá. Aí num fui pra roça, fiquei no acampamento

ajudando e esguameceno. Eu completei 60 anos aí, foi uma festa! Vei a imprensa fizeram uma festa mesmo". (Sr. Antônio Frutuoso Barbosa, 1995).

Não acreditar que "aquilo ia acontecer" é uma expressão de admiração diante do novo. Uma nova visão de mundo começa a ser construída, as contradições próprias do cotidiano do trabalhador estão sendo enfrentadas na luta, já não se lhes aparecem como obstáculos intransponíveis, elas existem, por isso existe o conflito de interesses. Na luta, descobre-se como lidar com as contradições. Esta forma de enfrentar o mundo, para seu Antônio Barbosa é nova, é diferente, para ele é um "sonho", ou seja, para ele, é o inatingível. Na prática se construiu de fato uma utopia, cujas condições presentes engendradas na luta geravam a possibilidade de realização do desejo.

Foram momentos tão marcantes para seu Antônio que para lembrá-los com clareza, ele não precisou de auxílio de agenda. Estão gravados na sua memória, e os lembra sem esforço "(...) foi no dia 9 de Junho de 91, me lembro como se fosse hoje". Lembra orgulhoso a comemoração do seu aniversário em plena luta. Aquele acontecimento simboliza o seu engajamento como sujeito participante na construção da cidadania na sua dimensão coletiva. Como disse Arcanjo: "(...) os trabalhadores foram crescendo em conscientização a partir da luta organizada; o povo foi tendo mais visão política que só se resolvia o problema na luta".

Nesse momento da *segunda luta* como nomeiam os trabalhadores, já escolhem entre eles, quem vai dialogar com os representantes do Estado; demonstram confiança, dispensando a mediação de políticos locais, quando esta pode ser substituída por seus próprios representantes enquanto trabalhadores escolhidos em assembléias:

"Era os trabalhador pressionando o Estado e o Estado é quem fala com os grileiros. Que se o problema é diretamente com o Estado que a terra é do Estado, ele é quem fala com os grileiros. Os trabalhadores nem quiseram conversar com grileiro [...]. O

³³ Durante o período de maior agudização (1990 a 1992) dos conflitos de Terra no Sertão organizou-se um

trabalhador num tem intermediário, se formava uma comissão com a CPT trabalhador, o sindicato e a imprensa. Eles mesmo não aceitavam ir sozinho e isso é um grande crescimento coletivo (Sr. Arcanjo Gabriel, 1995).

Naquele momento, enquanto construíam independência da mediação institucionalizada, construíam também autonomia ainda que num nível elementar, pois fortemente apoiados pela Igreja, pela CPT em pessoas e instituições que declaradamente defendem a sua causa. É comum no seu discurso as expressões: "(...) aquela irmã Ana³⁴ foi quem mais deu força ali na 2ª luta" ou "o padre Cleides foi a razão de toda a luta".

Antes de falar diretamente com o governador os trabalhadores reunidos no acampamento à sombra de um velho Juazeiro³⁵ demonstram para os representantes do INTERPA a solidariedade construída no grupo, a disposição de apoiar os companheiros quando, por ventura algum deles for ameaçado. A expressão "a união faz a força" deve ser relativizada quando o embate se dá numa correlação de forças do ponto de vista político tão desigual como comumente presenciamos na sociedade capitalista. Porém, na seguinte passagem narrada por um trabalhador de Três Irmãos, a união dos trabalhadores fez evitar retalhamento no grupo e demonstrou a obstinação desses trabalhadores em luta, acampados sob o acolhedor verde do *juazeiro*. À sombra deste *juazeiro* os trabalhadores aprendiam os primeiros passos na construção de um trabalho coletivo. Três anos após a vitória seu Chico Gabriel lembra os fatos numa visita que fiz com ele ao *juazeiro*:

"Era todo mundo aqui debaixo desse juazeiro, tudo aqui era bem limpo. Aqui cozinava, passava dia e noite, tudo organizado. E eu ficava lá em casa q'ué pra quando viesse gente que num se sabia quem era, eu corria por dentro e chegava primeiro. Vinha e avisava os companheiro. De forma que quando eles chegava na

Comitê de apoio à luta, constituído por várias entidades de classe que se reunia na cidade de Cajazeiras.

³⁴ Irmã Ana Queiroga. Na época do conflito de terra em Três Irmãos fazia parte da Congregação Missionária de Uiraúna-PB. A Irmã Ana representa o apoio mais efetivo em Três Irmãos, das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs.

cancela já tinha gente lá esperano. Era tudo organizado, tudo na concorda. Eu ficava dando apoio porque primeiro quem vinha, chegava lá em casa. Foi luta...! mas deu tudo certo". (Sr. Chico Gabriel)

Nesse lugar e sob esse espírito de união, planejavam as estratégias de enfrentamento, as saídas dos impasses e se descobriam cada vez mais "senhores de seu próprio destino", "sujeitos de sua própria história", expressões comuns naquele momento histórico no discurso dos trabalhadores no campo e na cidade que indicavam a perspectiva de autonomia em relação ao instituído e apontavam para a valorização do potencial criativo da sociedade civil organizada.

Ali mesmo à sombra do juazeiro recebiam as autoridades e discutiam as suas propostas:

"Todo mundo debaixo do Juazeiro, Celma de Antoin Vaqueiro era presidente da Associação Comunitária. A Associação era quem dava o apoio. Ela era Mulé pra topar tudo e que de fato assumiu muito bem. Era Celma, Corinha Goveia, Valdecy, o padre, tudo era apoiano. (...) Ai lá vem Abel e chega cum bucado de técnico. Chega no acampamento debaixo do Juazeiro, que a gente já sabia já tava avisado. Ai chega e fica perguntano a um e a outro quem é quem. Ai perguntaro quem é Antoin da Viúva, quem é Celma, quem é Valdecy, quem era Socorro Goveia, Chico Salu. (...) Se informano, prá de longe ver (...). Ele sabia que em João Pessoa eu disse pro doutor Paulo Meira que ele fez um trabaio de política aqui dentro. Que teve gente que mora em Brasilia e que entregaro terra pra ele sem nem tá aqui. Ai eu disse isso lá [...]. Ai ele chamou os trabaiaador e disse que vai a mando do governo resolver o conflito de Três Irmãos. Ai vamo, se senta todo mundo. Tinha que ter consciencia prá conversar com esse home, num ficar todo mundo calado. Quando ele se senta ai e que todos nós sentamo na frente dele, tudim. Ai ele pega uma lista e diz: eu quero saber quem é Antoin da Viúva (...). Você tá atrapaiano o movimento, agitano os trabaiaador, você vai é perder a sua área, vou dar prá um aqui. Vou ser curto e grosso, você saia daqui. Ai

³⁵ Juazeiro - planta xerófita da região, resistente à seca. Aqui trata-se do Juazeiro à sombra do qual os trabalhadores acamparam durante o segundo momento da luta pela conquista da terra.

eu disse: Você vai permitir eu ficar até o final da reunião, quando terminar os trabalhadores vão se reunir e eles vão decidir quem vai ficar aqui. Quando eu fechei a boca os trabalhadores se levantaram tudo de uma vez (...). Eles disseram que se eu não ficasse eles não ficavam e que a terra tinha que ser dividida. Mas ele chegou assombrado rapaz só porque eu tava apoiando os companheiros. Pois eu tenho a coragem de dividir a minha, mesmo pequeno com os companheiros! Ora ele já tinha deixado gente com 100 ha sem dividir e botava 8 trabalhadores em 3 ha, não tinha jeito isso! Aí ele pega vai anotar o nome dos que não tinham terra, que no dia seguinte vinha o governo no Brejo das Freiras, já era Ronaldo Cunha Lima". (Sr. Antônio da Viúva, 1995).

Em nossa cultura certas práticas se naturalizam de tal forma, que muitas vezes nem percebemos que mudanças ocorridas nas relações sociais, exigem um repensar dessas velhas práticas que teimam em se cristalizar. A democratização das relações sociais não pode ocorrer sem diálogo. Na luta pela terra em Três Irmãos todos aprenderam: trabalhadores, líderes, mediadores - seus intelectuais orgânicos, e também os funcionários do Estado. Acostumados a executar as metas dos seus planos, sem perguntar quais são os interesses da população supostamente beneficiada, estão ali desempenhando a tarefa que sempre desempenham. E, claro, qualquer impedimento a esse exercício, eles procuram eliminar da forma como sabem. Eu não vejo tirania nisso, vejo o quanto ainda estamos distantes de um processo realmente democrático. Mas ali, no Juazeiro, esse funcionário presenciou a construção de um processo democrático na resolução de problemas que são de interesse coletivo. Entendeu que excluindo o opositor do diálogo não se resolve o problema, cria-se outro. Percebeu que não podia isolar questões polemizando com um indivíduo porque ele é parte de um grupo que com ele está assumindo atitudes, porque as decisões são tomadas coletivamente. Segundo Arcanjo, um dos líderes da luta como já disse, "Ninguém decidia nada sozinho, tudo era discutido em reunião". Ou seja, no acampamento já existe uma prática democrática em construção.

Os trabalhadores estão dispostos a ouvir, mas também têm o que falar; têm projetos que desejam defender e que estão aprendendo a fazê-lo. Já não dá para

resolver as contradições numa postura autoritária: “vou ser curto e grosso”, parece que o tempo em que se resolvia dessa forma já passou. Pois a velha “paz agrária” sob a qual escondiam-se os conflitos já não tem mais lugar, o trabalhador rural numa lúcida desobediência vai descortinando a realidade e nela se colocando como sujeito.

Na expressão: “Tinha que ter consciência prá conversar com esse home, não ficar todo mundo calado”, seu Antônio chama a atenção dos companheiros de luta para a clareza do que estão reivindicando, segurança dos seus propósitos, perspicácia para enxergar para além daquele momento ali no juazeiro. O que estava em jogo, não era apenas a conquista da terra; estava em jogo a autonomia do trabalhador, o respeito à sua dignidade e acima de tudo um espaço político ainda que embrionário era por eles ocupado. Tudo isso tinha que ser preservado e ampliado. Ocupar os espaços colocando-se, participando das decisões, opinando é o caminho da construção da cidadania ativa.

No dia seguinte, o governador estava na região. Era a ele que os trabalhadores desejavam expor as suas pretensões e justificá-las. Afinal, é ele o funcionário mais qualificado detentor das decisões em última instância. E se ele viria à região, deveria abrir espaço para um diálogo com os trabalhadores rurais que exigiam a demarcação de terras para trabalharem. Terras do Estado “privatizadas” por grupos oportunistas. Os trabalhadores estavam denunciando essa prática, tornando-a de conhecimento público, questionando a administração pública.

“Chegamo lá o governador tava com a AMAP³⁶ conversano com os prefeito. Aí nós ficamo; tinham uma audiência com o governador (...) Marcou prá seis hora da tarde. (...) Nós tinha medo do grupo se desmantelar, nós preferia passar o dia de fome e num ir embora prá casa. Duas hora da tarde era a audiência com os prefeito, aí houve uma desavença (...). Por infelicidade deles e felicidade nossa queimaro a audiência. (...). O governador no gabinete pra falar com os prefeito. Aí nós subimo (...) com muita peleja deixaro entrar uma comissão de sete pessoa. Nós escolhemo as pessoa que ia entrar, 5 pessoa. A Irmã Ana

representante da Igreja, o representante do Sindicato Rural, uma pessoa da diretoria da Associação e 2 trabalhador que tava na luta quereno terra. O representante do Sindicato, nós pegamo ele e jogamo lá dentro, ele emburacou e nós chegamo lá e peguemo o governador. Mas ele num tava sozinho, tava lá o Secretário da Agricultura que na época era Miguel Barreira. (...) E sabe qual foi a primeira proposta? Pagar 40 salário mínimo prá 40 trabaiador sair da área. Aí o governador dizia que depois dava outra área. Era pra nós sair dali das terras do Antoin Claro e dos Pinto, tirar a barraca e tudo. Era revorta mesmo. Nós enjeitemo na hora. De imediato sai um trabaiador e denuncia no Boca Quente³⁷. (...) Aí Zé Lisboa se levanta: Isso não é pra trabaiador, não vou mais querer negociar, nós vimo negociar outra coisa diferente de dinheiro governador, nós queremos terra, queremos que o senhor diga a quantidade que nós vamo ficar com ela, da terra que nós vamo receber e o senhor oferecer dinheiro aqui a nós! Aí a imprensa botou em cima (...) arrasou e o governador dentro do gabinete num ouvia nada, num tinha um raido lá! De repente entra o deputado Zé Aldemir: "Dr., pelo amor de Deus, tá havendo uma denuncia em cima de você por um trabalhador". E agora o que vamo fazer? Chama a imprensa pra dentro do gabinete, pra onde nós tamo. Isso era pra dá a versão deles. Aí desmintimo. Como é que pode na frente de cinco trabalhador, tinha acabado de fechar a boca! E nós ouvimo tudo olhano prá ele. Aí fizemo bagunça. Aí ele num tinha outro jeito. Bom, vamo negociar 5 tarefa prá cada um e vão simbora. E nós: "Assim, pode botar logo o recibo aí qué pra nós entregar amanhã ao INTERPA. Fechamo o acordo e ele ficou lá. (...). Aí no dia seguinte chega o INTERPA. Aí começa pelas pessoa que tinha terra invadida, depois os que num tem terra, era aquele mesmo processo do jeito da primeira luta. Só que dessa vez, o documento era por 10 ano. Só tinha o direito mesmo quando o trabaiador passasse 10 ano cumprino com seu dever. Tinha que ter sorteio prá num dá problema. Aí pegamo os nome e os lote e famo no sorteio e localizemo todo mundo nos lugar". (Sr. Antônio da Viúva, 1995).

³⁶ AMAP - Associação dos Municípios do Alto Piranhas.

³⁷ Boca Quente - Programa de rádio levado ao ar diariamente pela Difusora Rádio Cajazeiras, a partir das 13 horas.

Conforme o exposto, não era tão tranqüila a negociação como parecia no encontro com os técnicos do INTERPA no encontro do juazeiro. Os trabalhadores insistiram em falar diretamente com o governador e acabaram sendo colocados no centro da trama do jogo político-partidário, onde as cartas são previamente marcadas, quando receberam a proposta acima relatada para desistirem da luta.

Ouvir do próprio governador uma proposta de pagamento em dinheiro pelo abandono da causa que já lhes teria custado tanto esforço, causou-lhes surpresa mas também deu-lhes oportunidade de colocarem a sua posição, de defenderem os seus interesses, mostrando a convicção da luta pela *terra de trabalho*. Quando o trabalhador rural luta pelo acesso à terra está lutando por oportunidade de trabalho, está enfim, defendendo o direito ao trabalho. Na sua rejeição ao pagamento está a defesa intransigente daquele direito. Dessa vez, chegaram à mesa de negociação sem porta-voz e entraram no embate diretamente com a autoridade máxima do Estado. Ocupando o espaço político historicamente negado às classes subalternas, negaram as noções pré-concebidas da fragilidade do homem do campo, incapaz de defender seus próprios interesses.

Naquele momento, sem máscaras, o Estado declara a sua não neutralidade e aponta para os trabalhadores a posição que ocupa na defesa de interesses de classe. Os trabalhadores compreenderam isso e comprovaram também a sua capacidade de agir, reagir e resistir. Por isso a resposta mais eficaz seria a divulgação imediata nos meios de comunicação. A repercussão poderia não causar grandes constrangimentos à administração, mas a nível local poderia causar desconforto por algum tempo. Escolheram a estratégia mais adequada para se fazerem ouvidos e terem os seus pontos de vista considerados.

6. A mediação da luta pela terra em Três Irmãos

"Era uma bíblia na mão e o resto era tudo enxada e foice..."

(Sr. Antônio da Viúva)

Durante várias décadas, conforme assinalado, os trabalhadores em Três Irmãos enfrentaram as dificuldades de acesso à terra sob relações de exploração, sem no entanto, organizarem uma resistência coletiva no sentido de mudar as condições em que viviam. É somente a partir de 1989 que começam a refletir de forma organizada, a construir estratégias de enfrentamento e a apresentarem alternativas como saídas para possível melhoria das condições de trabalho. Compreender como os trabalhadores despertam para análise de sua realidade torna-se fundamental para entender o processo de construção da cidadania no processo de luta pela terra em Três Irmãos.

Observei desde os primeiros contatos que o discurso dos trabalhadores sobre a sua luta pela terra apresenta explicações ou justificativas na religião católica, embora pontuada de noções buscadas fora da religiosidade. Conversando com o padre Cleides³⁸ foi possível perceber como teve início o aprendizado da reivindicação de direitos numa realidade ainda inscrita no sistema de relações pessoais, ainda que modificado pelas circunstâncias históricas.

Quanto ao significado da Bíblia, nesse processo, conversei primeiramente com o padre Cleides, personagem apontada no discurso do trabalhador como principal “guia” nessa caminhada. Vejamos do próprio padre um pouco da metodologia utilizada pela Igreja para ajudar o trabalhador a fazer uma leitura crítica de suas condições de trabalho e começar a construir um espaço de participação.

“As novenas, as celebrações nessa linha da Teologia da Libertação, o próprio texto bíblico levantava questionamentos da realidade própria deles sobre a fé a partir de sua realidade. Então eles foram vendo qual era a realidade deles. Talvez nunca tenham descoberto qual era a realidade. Então eles foram vendo qual era a realidade deles. Então as perguntas das novenas, as

³⁸ Padre Domingos Cleides Claudino na época (1989-92) era Vigário da Paróquia de Triunfo e Coordenador da Diocese de Cajazeiras e foi quem organizou as pastorais diocesanas. A Comissão Pastoral da Terra - CPT - Sertão, surge das CEBs nesse período com o apoio do Pe. Cleides, do Pe. Herminio - Secretário Regional da Pastoral Regional com sede em Recife-Pe. e do Bispo da Diocese de Patos Dom Gerard. A nível do Estado o movimento dos camponeses no Sertão Paraibano conta com o apoio do religioso Franciscano Frei Anastácio.

leituras da Bíblia, foram levantando isso. De quem era aquela terra? A quem pertence? O que estava faltando: A terra? Água? Casas? Luz? E então eles foram olhando e foram descobrindo a sua própria realidade. E a metodologia do ver, julgar e agir. E com essa metodologia eles foram crescendo no olhar crítico, na fé. Nós não vamos com assunto de Reforma Agrária, de latifúndio ... A gente diz: olha essa terra aí, bem aí. Isso é de Deus e Deus dá prá todos. [...]. Então no diálogo, na conversa, eles foram vendo que o problema é de concentração de terra e isso não é coisa de Deus, não está na Bíblia [...], é um problema político". (Padre Cleides)

A religiosidade, conforme descrito pelo padre, foi o ponto de partida para o desvelamento da realidade e a base para a construção de uma nova visão de mundo. Da Bíblia, elemento simbólico na luta contra a opressão, são retiradas as direções para repensar a realidade, reconstruindo o saber popular. Diz padre Cleides: "É a metodologia do ver, julgar e agir. E com essa metodologia eles foram crescendo no olhar crítico na fé". Um olhar discernidor, desvelador, produzido num processo de reflexão sobre a realidade no qual a fé cimenta o material e o simbólico criando uma visão crítica de mundo. É uma pedagogia nova ancorada na Teologia da Libertação que como define Gutierrez.

"A Teologia como reflexão crítica da praxis histórica é assim uma teologia libertadora, teologia da transformação libertadora da história da humanidade, portanto de porção determinada em *eclésias* - que confessa abertamente Cristo. Teologia que não se limita a pensar o mundo, mas procura situar-se como um momento do processo através do qual o mundo é transformado: abrindo-se - no protesto ante a dignidade humana pisoteada, na luta contra a espoliação da imensa maioria dos homens, no amor que liberta, na construção de nova sociedade, justa e fraterna - ao dom do reino de Deus". (Gutierrez, 1983, p. 27)

É essa perspectiva de transformação do mundo que está expressa na fala do padre Cleides. A Igreja declara sua opção pelos pobres através de um novo modo de fazer teologia, no qual o contexto histórico confrontado com a palavra

de Deus desencadeia um processo de construção de uma "praxis inovadora que parte da cultura popular, da religiosidade".

Observe-se na fala do padre Cleides que ele não parte de forma explícita de uma análise produzida sobre a realidade - sobre a concentração de terras e de renda ou sobre a desigualdade imposta à sociedade pelo modo de produção capitalista. Sob a metodologia do "ver, julgar e agir" os agentes pastorais chamam a atenção para as condições concretas de existência e sobre elas fazem o julgamento crítico para, em seguida, propor alternativas de solução apelando para a realização da justiça na terra, respaldada nos princípios cristãos de liberdade e solidariedade humanas.

"Nós não vamos lá com assunto de Reforma Agrária, de latifúndio, a gente diz: olha essa terra aí, bem aí. Isso é de Deus e Deus da prá todos [...]. Então na conversa, no diálogo, eles foram vendo que o problema é da concentração de terra, e isso não é coisa de Deus, não está na bíblia [...]. É um problema político".
(Pe. Cleides, 1995).

Ao chamar a atenção do trabalhador para ver a realidade na qual ele está inserido, o padre lança o convite para a leitura das contradições da sociedade e lhes oferece elementos para, na apreensão da realidade reelaborar a sua concepção de mundo, construindo um novo saber que identifica, distingue, decifra. Um saber, através do qual, o homem se compreende comprometido com sua auto-emancipação, que o prepara para um novo fazer político. "Eles foram olhando e descobrindo a sua própria realidade". É como se, somente agora, realmente olhassem vendo, porque esse olhar é um olhar desvelador. Dessa forma, o trabalhador foi ocupando o lugar de participação ativa na construção da sociedade.

Ainda sobre a mediação da Igreja na organização dos trabalhadores em Três Irmãos, vejamos mais uma passagem de minha conversa com o padre Cleides:

"Eu acredito que a consciência que vai nascendo do camponês e, conseqüentemente, a luta é da sua compreensão bíblica. Eles partem do sentido da terra que está na própria escritura sagrada, por exemplo no livro do Êxodo, capítulo 3. A grande intervenção de Deus estava escravizado no Egito. E Deus intervêm diretamente, cai dentro da luta, ver a miséria do povo que está sofrendo, compartilha o sofrimento e chama Moisés. Então leva o povo para a luta da libertação. A grande promessa de Deus é a terra prometida que corre leite e mel que significa o lugar onde se pode ter o sentido pleno da vida com dignidade [...]. Esse me parece ser o fio condutor que dá força à caminhada de resistência. [...]. É a busca da utopia dos camponeses, não só de Três Irmãos, mas lhe confesso que meu acompanhamento é bem modesto, quem está bem por dentro é a turma da CPT, as nossas Irmãs Ana, Lili, o jovem Arcanjo que acompanhava a mística do crescimento e discernimento dos camponeses de Três Irmãos". (Pe. Cleides, 1995).

Michael Löwy, analisando a obra de Gustavo Gutierrez "Teologia da Libertação", empresta-nos as luzes para o entendimento do depoimento acima:

"[...], não existem duas realidades, onde uma seria temporal e a outra "espiritual", ou duas histórias, uma "sagrada" e outra "profana". Não existe senão uma única história, e é nessa história humana e temporal que deve-se realizar a redenção, o Reino de Deus. Não se trata de esperar a salvação do alto: o Êxodo bíblico nos mostra a construção do homem por ele mesmo na luta política histórica. Toma-se assim o modelo de uma salvação não individual e privada, mas comunitária e pública, na qual o que está em jogo não é a alma do indivíduo enquanto tal, mas a redenção e a libertação de todo um povo escravizado. O pobre, nessa perspectiva, não é mais objeto de piedade ou de caridade, mas como os escravos hebreus, o ator de sua própria libertação". (Michael Löwy, 1991, p. 31-32)

Analisando a trajetória dos trabalhadores rurais em Três Irmãos na perspectiva de construção da cidadania, compreende-se que é sob essa concepção de mundo que vêm trilhando o caminho de uma autonomia possível,

pondo-se como sujeitos nessa construção. Como escreveu Gustavo Gutierrez, "É uma questão de realismo social: tomar consciência de uma situação para dela partir e modificá-la..."(Gutierrez, 1983,). Ou como disse o padre Cleides "... é partir da realidade sócio - política e econômica que a gente luta para que nossos irmãos cheguem à dignidade de seres humanos, que tenham vida plena, que sejam sujeitos".

O padre Cleides foi o personagem central no despertar dos trabalhadores para a compreensão crítica da realidade. Porém, como ele mesmo anunciou foi a Comissão Pastoral da Terra - CPT - Sertão³⁹ quem assumiu a assessoria da luta pela terra no Sertão Paraibano desde o final da década de 80, e que vem construindo um movimento a nível do Sertão. Vejamos no seguinte depoimento um pouco do trabalho desempenhado por essa entidade leiga da Igreja Católica:

"O grande objetivo de fundo sempre foi, nos mínimos detalhes, a *construção da cidadania*. A gente sabe que, principalmente ao homem do campo lhe é tirado esse direito - o direito de ser sujeito de sua história, a própria realidade leva a isso. Então é assim; depois da conquista da terra, vem a luta pela sobrevivência nela. (...). Não se tem apoio do Estado nem do Município, então isso interfere na construção da *cidadania, da liberdade* que ainda não têm. Ai emperra a consciência política. Os primeiros passos nesse sentido é a iniciativa coletiva. Eles começaram a se organizar, fizeram a roça comunitária, comercializaram a produção e construíram o prédio da Associação Comunitária em 94. Ainda estão construindo, mas já tem um salão comunitário. Então eles vão criando esse vínculo dentro da comunidade gerando força entre eles. O sistema é muito individualista, cada um só se preocupa com sua panela. Então uma ação coletiva já começa a quebrar isso aí. Desde o começo, já debaixo da barraca no acampamento - a alimentação comum, as discussões ..., o coletivo ajuda muito a quebrar as barreiras impostas pela

³⁹ A CPT - Sertão surge na conjuntura de agudização dos conflitos de terras no Sertão Paraibano entre 1988 e 89. Naquele momento o bispo diocesano do Recife demitiu todos os membros da Pastoral Rural. No Sertão Paraibano a Pastoral Rural já prestava assessoria ao movimento dos trabalhadores sem terra e para continuar o seu trabalho todos os membros se organizaram e com o apoio de Dom Gerard - bispo diocesano de Patos criaram a Comissão Pastoral da Terra - CPT - Sertão. (Fonte: entrevista realizada com Maria do Socorro Goveia em 25/5/95).

sociedade que é de ganância, de individualismo... (Socorro Goveia, 1995).

A construção da cidadania foi, desde o início, como afirma Goveia, "o grande objetivo", a "liberdade". Na sua fala, a cidadania aparece vinculada à noção de liberdade que, pelo que está expresso é condição para o desenvolvimento da consciência política. A ênfase nos aspectos organizativos, no caráter comunitária, na interação dos trabalhadores num esforço compartilhado aponta na direção da construção da cidadania coletiva na perspectiva colocada por Gohn, que,

"... reivindica direitos sob a concessão de bens e serviços e não apenas a inscrição desses em lei, reivindica espaços sócio-político e culturais" (Gohn, 1983, p. 195)

No entanto a idéia de construção no sentido que estou concebendo como um processo, aparece na fala de Goveia ainda um pouco confusa, quando aponta que a falta de apoio institucional nessa construção, inclusive da liberdade, "emperrando" como afirma, "a consciência política". Com isso, não estou negando a importância fundamental da busca de alianças na esfera institucional no processo de construção da cidadania. Chamo a atenção para o fato de que a luta só tem lugar porque existe, de fato, conflito de interesses e buscar o apoio, cuja falta é apontada como empecilho é inerente ao exercício de construção da cidadania. Se lhes fosse dado, não estavam construindo esse espaço de disputa.

A maior parte da fala de Goveia deixa clara essa posição no sentido da construção no processo de luta - a preocupação desde o acampamento é construir esse ambiente comunitário, criando laços de solidariedade entre os indivíduos para a formação de um grupo cujos interesses são comuns. Assim, pelo que está posto no discurso a solidariedade constroi-se num espaço participativo fundado nos princípios de igualdade e fraternidade preconizados nos textos bíblicos. Nesse sentido vincula-se como assinala Sader (1988, p. 203), "o cristianismo à idéia de uma existência comprometida com a luta pela justiça social, com a solidariedade e com a participação consciente na vida coletiva".

Instala-se já no acampamento um processo pedagógico de auto-reflexão e reconhecimento mútuo, resgatando o saber popular e privilegiando neste, o aspecto religioso como um dos pressupostos para a construção da cidadania. Quando Goveia se refere à cidadania, vincula-a à liberdade, noção que na Teologia da Libertação significa "libertar-se de estruturas opressoras que impedem que o homem viva com dignidade e assuma o seu próprio destino". (Gutierrez, 1983, p. 152)

Para compreender como os trabalhadores assimilam essa metodologia e a contribuição dessa mediação na construção da cidadania, em Três Irmãos, observei atentamente o discurso dos trabalhadores, mas também a condução da luta no cotidiano nos momentos que me foi possível acompanhá-los por mais de um ano. A Associação Comunitária é o lugar para o qual convergem todas as questões que são de interesse comum. Nas assembléias realizadas a cada 15 dias, nos pequenos encontros da diretoria, em eventos como o Fórum de Debates instalado em abril de 1996, ou nas reuniões ordinárias para o planejamento de eventos, antes de qualquer atividade a abertura se faz a partir da leitura de um texto bíblico. Em seguida, faz-se uma reflexão da leitura, procurando analisar a realidade à luz dos ensinamentos bíblicos. Como a sua luta tem como centralidade a terra, geralmente busca-se no Êxodo o exemplo sob o qual vão construindo a sua esperança. Vejamos no depoimento seguinte uma das formas como o trabalhador interpreta o mundo real à luz da fé religiosa:

"É a fé do povo através da palavra de Deus. Começaram com a oração invocando o pai que é ele o dono da terra (...), é quem dá a terra para o trabalhador (...). Esse passa para refletir a palavra de Deus a partir da Terra e se orientando pela bíblia, pela palavra de Deus, os trabalhadores foram crescendo na conscientização". (Sr. Arcanjo Gabriel, 1995).

Duas noções aparecem nesta fala que me chamam a atenção. Uma delas é a compreensão da terra como dádiva de Deus ao homem. Essa concepção aparece tanto na fala do padre Cleides como na dos agentes da CPT e dos trabalhadores. Embora toda a luta pela terra seja justificada com o argumento do

trabalho, opondo-o à ganância, de vez em quando os argumentos centram-se no fato de que a terra é de Deus e, assim sendo, ele a fez para todos. Nesses momentos o discurso fragmenta-se e o trabalho perde centralidade nos argumentos. A luta parece sair da concreticidade para permanecer no plano ideal.

Looke, um dos teóricos do pensamento liberal também apresenta a idéia de que a terra é dádiva divina, porém a primeira condição para que o homem se aproprie da porção da qual necessita é o trabalho.

"A extensão da terra que o homem lavra, planta, melhora, cultiva, cujo produto será sua propriedade [...]. *Deus ao dar ao homem o mundo em comum a todos os homens*, ordenou-lhes também que trabalhassem [...]. Cultivar a terra e ter domínio estão intimamente conjugados, um deu direito ao outro, assim *Deus mandando dominar concedeu autoridade para apropriação [...]*". (Looke, 1981, p. 14 a 15)

A Teologia da Libertação, embora se construa voltada para a realidade factual, parte da concepção impressa no texto bíblico – a terra como dom de Deus, promessa, símbolo do Reino definitivo, etc, porém, através da mediação "hermenêutica" (julgar), discute-se a questão da terra a partir dessa tradição teológica mas na perspectiva de uma praxis histórica.

A outra noção que aparece constantemente no discurso dos trabalhadores e de seus mediadores é "conscientização". Aparecem como sinônimas as expressões conscientização, consciência crítica e consciência política. Todas no entanto, tentam definir como o momento em que o homem toma conhecimento da sua realidade, situa-se nela e atua sobre ela transformando-a. Gutierrez, amparou-se na pedagogia Freireana para explicar a concepção de conscientização na Teologia da Libertação:

"Por meio de uma "ação cultural"- que une teoria e práxis - desalienante e libertadora, o homem oprimido percebe e modifica sua relação com o mundo e com os outros homens. Passa, desse modo, de uma consciência "ingênua" que não problematiza, que

superestima o tempo passado, tenta aceitar explicações fabulosas, e não polemizar, a uma “consciência crítica”, que aprofunda os problemas, é aberto ao novo, substitui explicações mágicas pelas causas reais e tende a dialogar. [...], o oprimido “extrojeta” a consciência opressora que nele habita, adquire conhecimento de sua situação, encontra sua própria linguagem e toma-se ele próprio mais livre comprometendo-se na transformação e construção da sociedade”. (Gutierrez, 1983, p. 88).

Gutierrez ancora essa explicação no trabalho de Paulo Freire “Educação como Prática de Liberdade” e chama a atenção para o fato de que “a consciência crítica é um esforço permanente do homem que procura situar-se no espaço e no tempo para exercer sua capacidade criadora e assumir suas responsabilidades” ou seja para exercer ativamente a cidadania.

Um dos líderes de Três Irmãos, preocupado com a emancipação sua e de seus companheiros dizia em conversa comigo, tentando explicar a necessidade da organização do trabalhador no enfrentamento de seus problemas:

“A nossa organização é muito importante porque é preciso implantar a consciência dentro de nós, saber o que tamo querendo prá num ser enganado. Precisamo ficar perto do trabaiador pra que os *outro*, os *grande* não desfaça essa consciência, não engane mais”. (Sr. Antônio da Viúva, 1995).

Essa declaração chamou-me a atenção para a necessidade de diversificar os meus informantes. Desconfiada da existência de um certo patrulhamento ideológico pois a expressão “implantar a consciência” aproxima-se da velha concepção na qual a consciência é levada por aqueles que são iluminados. Pude constatar que apesar da pressa das lideranças e do medo ainda da manipulação político-partidária, um processo de leitura crítica possível nas condições daquela comunidade está em andamento. Sobre essa questão oportunamente tratarei mais adiante.

Uma questão que me preocupou desde o início, talvez pela influência ainda muito presente em mim das interpretações reducionistas da dialética marxista,

era entender a relação entre religião com a concepção materialista da história já que ambas preconizam a igualdade, a justiça, a solidariedade com vistas a uma sociedade socialista. Michael Lowy em *Marxismo e Teologia da Libertação* procura responder se a religião continua sendo o “baluarte do obscurantismo e do conservadorismo” denunciado por Marx e Engels. Esse autor aponta a “emergência do cristianismo revolucionário que utiliza conceitos marxistas e mostra a inevitável convergência de Cristãos e Marxistas na luta pela transformação da Sociedade. Depois de resgatar a relação entre marxismo e religião desde Marx e Engels, passando por Lenin, Rosa de Luxemburgo até chegar a Gramsci que na sua concepção foi o dirigente marxista que manifestou maior interesse pelas questões religiosas, Lowy afirma, referindo-se à pobreza na América Latina:

“O marxismo aparece aos teólogos da libertação como a explicação mais sistemática coerente e global das causas dessa pobreza, e como única proposição suficientemente radical para sua abolição. (Lowy, 1991, p. 95 e 96).

A Teologia da Libertação, conforme assinalou Sherer-Warren (1987, p. 122), “não se auto-define como ciência. (...). O conhecimento proveniente das ciências sociais participa, neste caso, como mediador entre a reflexão teológica e a prática efetiva...” Os agentes da Teologia da Libertação - religiosos e leigos - comprometidos com os fatos históricos datados e situados, inseridos organicamente nas comunidades exercem o papel do intelectual orgânico - “organizador da cultura” na concepção gramsciana, aquele que opta pela causa do oprimido declarando conscientemente a sua opção também ideológica.

CAPÍTULO QUARTO

É DESTA TERRA, QUE ESTÁ NO MUNDO, QUE SE ENXERGA O MUNDO : A
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA



FORUM DE DEBATES "*Ver de perto prá contar de certo*" : Educação e Sociedade
Associação Comunitária "Santo Antônio" e UFPb
1996

É DESTA TERRA, QUE ESTÁ NO MUNDO, QUE SE ENXERGA O MUNDO: A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

O meu propósito nesse Capítulo é acompanhar o movimento da luta pela permanência na terra. A partir da análise desse percurso realizado pelos trabalhadores de Três Irmãos, procuro identificar aqueles momentos nos quais os trabalhadores elaboram uma compreensão crítica da realidade que oportuniza a luta coletiva no cotidiano desses sujeitos.

Dialogando com eles e acompanhando-os em alguns momentos na sua trajetória, procurei entender como, a partir da luta pela terra e pela permanência nela, o trabalhador rural constrói e amplia esse espaço de participação, atuando ativamente no processo de construção de uma sociedade democrática, e, portanto, dessa forma, construindo a sua cidadania. Para isso, analisei momentos da interação dos sujeitos na comunidade, construindo o grupo ou a comunidade, assim por eles denominada, sua articulação com as comunidades mobilizadas no Sertão Paraibano fora dos limites desse cotidiano e ainda suas relações com seus representantes político-partidários e sindicais.

Estou olhando o processo de aprendizagem que a luta coletiva proporciona a esses trabalhadores, no qual ao refletirem sobre si e sua realidade vão construindo uma “nova visão de Mundo”. Procurei num esforço de interpretação, expressar como a luta tem contribuído na educação dos seus participantes para o exercício da cidadania.

1. *“Quando nós encerramos a luta nossa grande preocupação foi como fica na terra.”: saídas e alternativas*

Trabalhar, morar na terra que que conquistou e fazê-la produzir são alguns dos critérios a serem observados pelos trabalhadores para conquistarem o direito

de ter a posse definitiva da terra⁴⁰. Porém como não se tratava de um projeto de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - não estavam, em princípio, asseguradas as condições mínimas ao trabalhador para que pudesse se instalar na área e dar início ao seu trabalho. Seu Antonio da Viúva fala dos impasses nos primeiros momentos após a conquista da terra:

“Quando nós encerramos a luta, a nossa grande preocupação foi como ficar na terra. Os trabalhador que vinha dos outro sítios já desde a primeira luta, não tinham casa. Como morar na terra? Podiam perder. Morar, como iam morar? Eles ainda moravam com patrão no Carretão, nas Capoeiras, no Saco ..., e como ia ficar? Ai chamamos o padre. Mas primeiro tinha que conseguir arame pra cercar os lotes. Ai o padre veio e mandou fazer um projeto, botar o nome do padre e da Paróquia. Ai o padre disse: eu prometo que vou solicitar com vocês dos poder aonde tiver. Eu só sei que fizemos esse projeto depressinha, de imediato, e no outro dia, quando o padre passou nós já entregamos (...). Oito dias depois chegou a primeira carrada de arame que foi suficiente pra cercar tudo”. (Sr. Antonio da Viúva).

Em Três Irmãos, a comunidade começa a se organizar ainda durante a luta da conquista da terra. Ao conseguirem as terras no Tabuleiro Grande, criaram logo a Associação Comunitária e continuaram na luta por terras para outras famílias ainda não contempladas. A Associação passou a ser, a partir de 1990, o lugar no qual se discutiam os problemas comuns e se tomavam as decisões sobre o que fazer para solucioná-los. Porém para iniciar qualquer atividade precisavam de recursos e só dispunham da *terra de trabalho* e da organização que para eles foi o que de mais importante que conseguiram - a força do trabalho

⁴⁰ O Estado, através do INTERPA, emite em Cartório uma Concessão de Direito Real de Uso do imóvel por dez anos sob as seguintes condições: “a) Dar-lhe destinação compatível com o previsto no Estatuto da Terra; b) Cultivá-lo (o lote) direta e pessoalmente com sua família e, eventualmente com a ajuda de terceiros; c) Residir no imóvel; d) Não agregar o lote a outro ou fracioná-lo; e) Assegurar a conservação dos recursos naturais conforme legislação específica; f) Manter níveis satisfatórios de produtividade; g) Responder por todos os encargos sociais, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o lote; h) A transferência da concessão somente se efetivará mediante anuência prévia do INTERPA; i) A destinação diversa das especificadas implicará na rescisão administrativa da concessão, nos termos do parágrafo terceiro do Artigo 7º do Decreto Lei Federal Nº 271, de 28 de fevereiro de 1967”. Observados esses critérios, após o prazo de 10 anos, poderá ser concedido o título definitiva de propriedade. (Fonte: INTERPA - Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba).

coletivo. Como lembra o Sr. Salú “aqui foi luta porque no começo nós só tinha a terra, a disposição de trabalhar e a ajuda desses menino da CPT e do padre que foi quem começou tudo aqui, começamo do chão mesmo”. Ou como afirma Arcanjo “o trabalhador via que num tinha ainda nada, mas tinha a terra, o trabalho e a fé que remove montanhas”.

Note-se que os elementos nos quais esses trabalhadores se apoiam encerram a esperança de novos dias - a terra e o trabalho seus meios de produção, por excelência e a fé que, em Três Irmãos realimenta a sua luta. Além disso, a força do coletivo que, para eles, é a condição primeira, a partir da qual, podem criar condições para o enfrentamento das dificuldades imediatas mas também das forças que, nessa sociedade, os excluem da cidadania. “Aqui tudo que conseguimos é por caso dessa nossa organização, porque *a gente sozim fica fraco* fica difícil de enfrentar. Tem os *desorganizado* e tem os organizado. Aquele que é desorganizado *num acredita na luta porque num acredita nem nele mesmo*. Esse movimento já tem seis ano, já conseguimos muita coisa nessa organização. “Nesse movimento a gente luta pelas coisa que a gente sonha e se fosse sozim era mais difícil”. São expressões que explicitam a importância que atribuem ao coletivo.

Apesar da forte coesão do grupo, em alguns momentos mais do que em outros como veremos, na minha percepção, a comunidade deixou de ampliar os espaços de conquista. De certa forma parece estar se acomodando, esperando o auxílio da Igreja, através da CPT, na aquisição de recursos materiais. Lembrando a fala de Seu Antonio no trecho da sua entrevista, note-se que quando se viram diante da necessidade de cercar os seus lotes, procuram imediatamente a parceria do padre, o que, felizmente, tiveram o seu pedido atendido imediatamente. Porém, não seria o momento de também terem começado a construir alianças com outros setores da sociedade na esfera das instituições governamentais?

Olhando um pouco para a conjuntura daquele momento (1989-1992), posso sugerir uma explicação para que esses trabalhadores tenham negligenciado essa busca junto a órgãos competentes do Estado para implementarem as suas

unidades de produção familiar. Poderiam reivindicar o apoio junto a programas como o PAPP⁴¹, por exemplo.

No final dos anos 80 e início dos anos 90, o diálogo dos trabalhadores rurais dessa região com o governo estadual, tinha como centralidade a reivindicação de terras para trabalhar. Era essa a primeira e maior reivindicação. Eram várias comunidades mobilizadas e, em algumas delas, os conflitos se acirravam gerando enfrentamento e tensões pelas ameaças e até prisões de trabalhadores e assessores. A maior preocupação era resolver esses conflitos e as várias comunidades acompanhadas pela CPT estavam solidárias, apoiando a luta que começava a ampliar o movimento. Acredito que, também por isso, as questões específicas de cada comunidade foram sendo deixadas para um outro momento como a solicitação de apoio do governo na solução destas.

A situação acima, anunciada pode ser constatada em documentos e periódicos da época⁴² sobre a questão consultados por mim nos arquivos da CPT - Sertão. Geralmente as solicitações encaminhadas aos órgãos públicos são feitas coletivamente pelo conjunto das comunidades, apontando a situação do trabalhador rural no Semi-árido, no Sertão Paraibano e, solicitando medidas gerais para problemas comuns. Reivindicações que, quase sempre ficam engavetadas como historicamente têm ficado tais como: Demarcação de Terras em áreas públicas, irrigação, eletrificação rural, apoio à produção e a reivindicação maior, bandeira da luta nacional - a reforma agrária. Senti a ausência de projetos específicos da comunidade de Três Irmãos encaminhados aos setores de apoio à produção agrícola, na esfera governamental.

Antes de voltar aos relatos dos trabalhadores sobre os seus primeiros momentos na construção da comunidade e, portanto, momentos de construção da cidadania na luta coletiva, acredito ser interessante lembrar um pouco o cenário da luta a nível nacional, ainda no clima da transição democrática. Uma luta que tentava unir a sociedade, já de certa forma desmobilizada, com vistas à recuperar as forças rumo à construção de uma sociedade democrática. Numa atmosfera em que todas as forças progressistas tentavam reunir esforços após

⁴¹ PAP: Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor - Uma das ações do Projeto Nordeste

um sensível esvaziamento dos movimentos sociais, as atenções se voltavam para questões mais amplas reivindicando o compromisso do Estado com os problemas da classe trabalhadora em geral.

Na conjuntura pós-88, as demandas pela reforma agrária duramente golpeada na Constituição "Cidadã" procuram se recompor e retomar à luta. Porém, não somente pela reforma agrária, os setores da Sociedade Civil organizada lutam para assegurar e ampliar as tímidas conquistas alcançadas na Constituição. É nesse momento, especialmente da campanha para a eleição presidencial que tomam novo impulso as lutas no campo e a bandeira da reforma agrária é reerguida. Martins analisando essa conjuntura lembra que:

"O clima eleitoral de 1989 deu nova vida ao já cambaleante projeto de confronto com as elites através da reforma agrária ... Entre 1989 e 1990 o movimento dos Sem-Terra ganha fôlego ..."
(Martins, 1994, p. 152)

Assim, a nível nacional, em diversos pontos do país, ampliam-se, multiplicam-se as lutas pela terra ressuscitando a capacidade de organização e reacendendo as esperanças no campo. Nesse clima de resistência e denúncia, a luta dos trabalhadores no Sertão Paraibano somava-se à luta em curso na sociedade civil organizada, na trajetória de reconstrução da democracia. As palavras de ordem - justiça, liberdade, igualdade, terra para quem nela trabalha, respeito à dignidade humana, autonomia etc. - presentes no discurso dos trabalhadores do Sertão Paraibano, soavam, naquele momento, como eco do grito geral das classes subalternas no campo e na cidade, anunciando a inquietação diante das frustrações na chamada "transição democrática".

Na minha percepção, essa conjuntura pode ser uma das explicações pelas quais, Três Irmãos não teve persistência na busca de apoio financeiro e assistência técnica junto aos órgãos especializados do governo, ficando num impasse diante da extrema carência de recursos para dar início às suas atividades. Através de uma iniciativa nesse sentido, poderiam ter conseguido

⁴² Relatórios, solicitações coletivas enviadas às autoridades, cartas abertas à comunidade e ainda os jornais A União e O Norte (1990 - 1991 - 1992)

apoio financeiro e assistência técnica à produção, desde o início comprometendo o poder público. Pelos documentos constantes nos arquivos da CPT, os encaminhamentos feitos pelo conjunto das comunidades mobilizadas, não apresentam objetividade no que se refere às necessidades específicas de cada comunidade. Não se constituem em projetos formulados com vista a resolução de problemas específicos. Até 1995, por ocasião da pesquisa, a comunidade ainda não contava com nenhuma ação de programas governamentais.

Diante dos impasses dos primeiros momentos, os trabalhadores dirigem-se a Igreja sua real parceira desde os primeiros instantes da luta. Procuram o seu apoio, acreditando na força do coletivo e apresentando o trabalho como contrapartida ao material de construção indispensável à construção de uma infraestrutura mínima. Sem isso, certamente se intensificariam as dificuldades na organização de suas unidades de produção familiar. Além das históricas dificuldades vivenciadas pelos pequenos produtores para o acesso aos benefícios das políticas de apoio à produção agrícola, que não serão detalhadas aqui, aqueles trabalhadores não pareciam dispostos a construir alianças com as instituições estatais. Além da postura de *desconfiança* reinante nas ações organizadas da sociedade civil, herança dos duros tempos da repressão que, de certa forma marcam o trabalho da chamada Igreja Progressista, em Três Irmãos os trabalhadores não pareciam dispostos a repensarem essa questão. Isso a meu ver, levou-os a um certo comodismo que contribui para com a estagnação das atividades quando a Igreja se afastou.

Em vista disso, optaram por trabalhar com os recursos adquiridos pela Igreja. Para muitos, o que estava acontecendo não lhes parecia mais que um sonho; porém, mesmo sem entender, ofereciam incondicionalmente a sua colaboração - trabalho e apoio à organização, à luta coletiva. Acostumados a enfrentar sozinhos as dificuldades, ou a procurar a mediação do político, que muitas vezes os deixa esperando por toda a vida, surpreendiam-se quando o padre cumpria a promessa com certa brevidade. Isso lhes dava esperança e a luta ia ganhando credibilidade perante os próprios integrantes. Isso pode ser constatado no seguinte depoimento:

“O cacimbão foi feito logo, foi mais cedo né? Foi por intermédio padre Hermínio⁴³. Ele veio aqui e disse prá nós: Vocês se organize forme uma Associação e depois disso vocês pode até fazer projetos mandar para Alemanha pra conseguir água e qualquer tipo de coisa que vocês queira. Aí um negócio que eu tava assim, achano assim..., como era que se escrevia num papel véi (velho) e sortava por aí no mei desse mundo e vinha dinheiro? Assim mesmo fizemo um projeto pedindo água, um poço e um motor-bomba. Aí veio o dinheiro. Compramo um motor-bomba e fizemo um cacimbão. Num deu prá ficar pronto não mas aí no tempo do segundo conflito o padre Cleides mandou os trabaiador lá de Triunfo e ele pagou. Era que esse pessoal tavam sem trabalho. Conseguimo com apoio da CPT e da Igreja.” (Sr. Antonio da Viúva)

Tiveram resolvido, pelo menos em parte o problema da água, sem ter que batalhar junto aos programas institucionais e governamentais. De certa forma, isso lhes tranquilizava pelo fato de acreditarem estar construindo independência ou liberdade, no sentido definido a seguir:

“Precisamo trabaiá para ser livre independente. Pra isso precisa ter incentivo no trabalho de agricultor, ter bens, ter economia, poder produzir livre pra ter direito político, votar em quem quiser, num ser manipulado, num ser obrigado. Nós teno isso, nós pode prantá o pé no chão e dizer: Somo livre, só vote em fulano de tal. Tamo se livrano, ficamo com nossa independença e trazemo beneficio pra comunidade. Se nós tem condição de sobreviver, nós somo livre”. (Sr. Antonio da Viúva, 1995)

Liberdade e independência são, conforme essa explicação, a mesma coisa e trata-se independência na esfera da economia, de superação das necessidades imediatas. Segundo a fala de seu Antonio, essa aparece como condição para inclusive exercer livremente o direito político de votar livremente. Note-se que o trabalho aparece como mediador na conquista da liberdade e da independência, embora para que possam realizá-lo precisem de incentivo. Incentivo, termo

⁴³ Padre Hderminio Canova é integrante da equipe de assessores da CPT Regional nordeste com sede no Recife-Pe.

corrente no discurso dos trabalhadores significa apoio material, assistência, ajuda externa à comunidade.

Com essa perspectiva de liberdade e independência continuam buscando apoio junto a Igreja animados pelo desejo de melhorar suas condições de vida, e a crença no trabalho compartilhado. O trecho dessa entrevista a seguir lembra mais um dos momentos dessa trajetória:

"E agora? Já era outubro (1990) e o pessoal que mora fora? Vamos ver novamente com o padre Cleides. Ai o padre disse: Se trabaiare em mutirão pra construir, no ano que vem se faz as casas. Reunimo todo mundo e tratemo do assunto. No domingo já era a missa e quando encerrou a reunião ali naquela casinha, aí nós dissemo: Vamo começar logo o Mutirão. Ai chega o padre: Se vocês fizerem o projeto para enviar pra Alemanha nós conseguimos dinheiro pelo meno pra o teto, telhas, portas e o resto é a contra-partida de vocês. Ai, trabaio, trabaio, não foi nada difícil. De repente a gente fez o projeto a CPT ajudano. Porque o padre era de confiança de todo mundo, ele era como o deus daqui, mas ele era apenas um incentivador, uma pessoa que apoiava o trabaiaador. Quando ele chegou no sabado já tinha 50 milheiro de tijolo batido. Ai ele incentivou: continua trabaiano que na próxima semana chega material. Era aquele movimento, todo mundo trabaiano um dia por dez! Só sei que com 22 dias chega o padre trazendo já dinheiro das telha. Só sei quando chegou dezembro (de 91) já tinha 22 casa construída ... Foi nesse tempo de outubro pra dezembro que chegou tudo - projeto de telha, de madeira, de porta de tudo que era da Alemanha. Era tudo em mutirão e tinha que fazer tudo de uma vez: fazer terra, fazer casa ... Chegava todo mundo assim junto, fazia uma hora num roçado e outra noutro, só sei que quando chegou dez de janeiro tava tudo pronto". (Sr. Antonio da Viúva, 1995)⁴⁴

Nessa fala, chamo a atenção para a construção do coletivo criando laços de solidariedade no grupo através de ações participativas, seja a nível do

⁴⁴ Trata-se da ajuda conseguida pelo Padre Cleides da Paróquia de Triunfo junto a uma Instituição religiosa Alemã - Aktions Kreis Pater Beda fur Entwicklungsarbeit (Associação Padre Beda para Assistência a Países Subdesenvolvidos).

planejamento de ações, na tomada de decisões, seja a nível da execução de atividades compartilhadas. O espaço da associação comunitária gerado durante a luta, garantia aos trabalhadores o lugar no qual se mantinha a regularidade das reflexões sobre o aprendizado no fazer coletivo - planejando e avaliando, aprendendo no cotidiano da luta. Da mesma forma a prática do mutirão, no qual podiam ver concretizados o esforço conjunto. Por outro lado, a Igreja, por ocasião de atos litúrgicos como a missa, conforme assinala seu Antonio, parece lhes inspirar a confiança, pela presença companheira do padre e dos assessores da CPT, na realização de seus desejos, sem o temor da frustração a que os trabalhadores rurais têm, historicamente, sido expostos; como eles mesmo assinalam na sua leitura da realidade em vários depoimentos.

Embora compreendesse que aquela era a saída possível, haja vista o descompromisso comprometido do Governo para com a classe trabalhadora, especialmente no campo. E, no caso de Três Irmãos, a sua inexperiência por estar ainda no início de sua organização, uma preocupação cada vez mais se acentuava em mim. A impressão que ia ficando era a de que o grupo se isolava cada vez mais, acomodando-se, deixando de iniciar um processo de negociação com as instâncias governamentais. Não somente para o apoio à produção mas para o acesso a melhores serviços de educação e saúde, por exemplo. Sentia que não era somente pelas dificuldades impostas pelas próprias estruturas de poder que, naturalmente os exclui. Havia inegavelmente uma clara resistência em construir alianças com instâncias governamentais. Isso me parecia contraditório considerando os propósitos declarados pelos seus assessores e reproduzidos no discurso desses trabalhadores, da conquista de direitos, de construção da cidadania na luta que estavam empreendendo. E ainda, essa contradição se expressava também quando reclamavam a falta de apoio governamental às suas iniciativas. Porém, acredito que era preciso buscar esse apoio, insistir nas suas reivindicações de forma objetiva. Lamentando a sua situação de exclusão sem tomar uma iniciativa parece não contribuir em quase nada para que os sonhos se tornem realidade.

De que forma então é possível se construir a cidadania isolando-se do conjunto da sociedade? Coube-me então procurar entender de que forma a CPT

que os acompanha desde o início, compreende a construção da cidadania, já que como já assinalado nesse texto, essa é a sua maior preocupação:

“Eles já deram muitos passos nesse sentido da cidadania. Isso lá na comunidade de Três Irmãos é essa iniciativa coletiva. Eles fazem um esforço ... no ano passado, em 94, eles começaram a se organizar e fizeram a sua roça comunitária. A produção, eles comercializaram e iniciaram a construção do prédio da associação comunitária que é um bem que eles tem hoje, a comunidade já tem o seu salão comunitário. Então eles vão criando esse vínculo dentro da comunidade e por isso vai se gerando uma força entre eles”. (Sra. Goveia, 1995)

Todos os elementos apontados por Goveia, apontam para a construção do grupo, da sociabilidade entre os sujeitos da luta, para a criação de iniciativas voltadas ou para a produção, no caso da produção comunitária, ou para a realização de obras de infra-estrutura no caso da construção da sede da Associação por Goveia exemplificada, valorizando-se a comunicabilidade dos indivíduos entre si, a interação no grupo. Pelo que entendi, a concepção de cidadania está ainda vinculado à remoção de obstáculos ao acesso a bens materiais. Isso, feito através de iniciativas próprias, buscando estratégias a nível interno – iniciativas comunitárias, “criando laços” entre os sujeitos na comunidade, “gerando força entre eles”. Portanto, um esforço na esfera da necessidade imediata, da reprodução. A explicação de Goveia não expressa uma preocupação com a ampliação do espaço de participação. Isso não significa que o grupo não tenha ultrapassado esses limites na medida do possível. Estou apontando aqui a trajetória desses trabalhadores e, no meu entender, os limites e possibilidades de construção da cidadania nas condições reais.

Entendo a construção da cidadania na perspectiva de participação ativa na sociedade implicando assim, a ampliação dos espaços de participação política, de intervenção. A cidadania que como assinala BENEVIDES (1994, p. 9) “... institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política”. Isso implica necessariamente, na articulação dos sujeitos da luta com o movimento mais

amplo da sociedade, na relação com instituições da sociedade civil organizada e com a sociedade política, canais através dos quais é possível construir espaços concretos de participação política, de exercício de cidadania ativa. O coletivo, como processo e lugar de aprendizado político é fundamental, porém se concebido como um fim em si, deixa de contribuir na educação política dos sujeitos para uma efetiva participação social e política.

Em outro trecho da entrevista com Goveia, identificam-se alguns elementos que, em princípio, podem ajudar a entender o distanciamento dos trabalhadores em Três Irmãos, por exemplo, em relação às instituições governamentais:

“A gente tinha muito medo dessa relação com o Estado, mas hoje vemos que tem que ajudar os trabalhadores a criarem clareza para essa relação porque os pacotes do governo são pacotes feitos para destruir mesmo. É uma discussão que a gente já vem travando. Três Irmãos tem medo, tem dificuldades de encaminhar projetos (...). Eles têm que criar autonomia nesse sentido. Bartolomeu encaminhou projetos ao PAPP e nós nem vimos o projeto. Nós não temos condição de está assessorando projetos. Eles precisam aprender a elaborar seus projetos e encaminhar suas reivindicações ... Foi formada uma Comissão de trabalhadores, aos poucos estamos tentando capacitá-las. Agora está surgindo a Cáritas Diocesana, que viabiliza projetos, aí vamos ver como é que fica”. (Goveia, 1995)

Compreendi, por essa explicação, que a timidez dos trabalhadores, no início de sua organização em construir outras alianças, poderia ter sido motivada pela postura assumida por seus assessores em determinado momento. Note-se que o temor da relação com o Estado parece ligado ao perigo da manipulação ou cooptação, quando adverte para a necessidade de se criar “clareza para essa relação porque os pacotes do governo são feitos para destruir mesmo”. Destruir o que? Destruir o grupo, dividir, desfazer o coletivo que, conforme assinalado por essa assessora, em outro trecho dessa entrevista, na comunidade eles (trabalhadores), “... vão criando vínculo entre eles... gerando uma força”. Essa avaliação levou-me a concluir que há uma compreensão de que ações de

programas governamentais podem ser desmobilizadoras. No meu entender, aponta também uma certa fragilidade nesse movimento; afinal, tendo iniciado essa luta em 1989, seis anos depois, não estariam ainda fortalecidos para defenderem os seus próprios interesses? É importante notar a preocupação de Goveia em capacitar os trabalhadores para essa relação com o Estado e ainda para a viabilização de projetos apontados por ela, ainda está no âmbito da Igreja.

Esse distanciamento do Estado que em princípio objetivava “buscar na sociedade civil a capacidade de condução dos rumos do desenvolvimento apostando na autonomia e independência do povo como sujeito de sua própria história” (Cf. Doimo, 1995, p. 80-86), no caso de Três Irmãos não bastava para cumprir tais propósitos. Ou seja, apareciam traços de dependência em relação aos assessores. Essa possível acomodação já inquietava os próprios assessores. A seguinte avaliação que Goveia fazia em 1995, no meu entender, aponta para isso.

“Sentimos, com relação a Três Irmãos, olhando para todas as comunidades, que eles ainda não são politicamente autônomos porque muitas vezes ainda ficam com medo de reivindicar do prefeito certas coisas. Quando eles têm autonomia vão lutar por aquilo que querem. Pra você ver, eles, ainda votam no PFL! Eles não tem autonomia, precisam pedir permissão da gente até para distribuir o milho com a Comunidade”. (Goveia, 1995)

Alguns pontos merecem destaque nessa fala. Em primeiro lugar, acredito que o fato dos trabalhadores não procurarem sozinhos outras alianças, além dos possíveis motivos já assinalados, pode ser explicado pela própria eficiência da assistência da igreja no atendimento às necessidades da comunidade nos primeiros anos. Conforme os depoimentos dos trabalhadores, entre 1990 e 1993, tiveram dela intensa assistência com a assessoria constante da CPT, tanto em termos de acompanhamento como através de ajuda financeira. Para quem iniciou quase sem nada, “do chão” como fala o Sr. Salú, o que conseguiam através da Igreja, até um certo momento, já lhes bastava.

Outra questão e, entendo merece uma discussão, é a concepção de autonomia expressa na fala de Goveia. Pelo exposto a opção partidária, dependendo do partido, no caso citado o PFL (Partido da Frente Liberal), pode ser indicador da falta de autonomia na concepção desse Assessor. Não diria que essa pode ser uma conclusão equivocada, esse é o ponto de vista de uma pessoa. Porém, acredito ser no mínimo apressada, votar nesse ou naquele partido, pode indicar autonomia sobre os seus próprios atos como indivíduo, escolhendo livremente os seus representantes. Parece-me que, o que se espera do trabalhador que já reconhece os mecanismos de exclusão e que faz uma leitura crítica da prática dos representantes na várias esferas do poder, é que este seja capaz de identificar, entre aqueles, quais têm um projeto que contemple também os interesses da classe trabalhadora. Em se tratando de partidos, com o qual é oportuno se fazer alianças considerando-se o seu programa e a sua prática. Isso o coloca certamente no exercício dos seus direitos políticos. Para isso, o trabalhador, indiscutivelmente necessita de informação e, espera-se que, o espaço criado nos movimentos populares ofereçam uma grande contribuição. Acredito ser essa avaliação que Goveia possa estar fazendo, já que o partido a que se refere não tem demonstrado o compromisso a que me referi.

É interessante ter presente que geralmente as lideranças dos movimentos sociais, ou das oposições, angustiadas com a irresponsabilidade dos representantes políticos perante os seus representados, às vezes podem cair num romantismo ingênuo. É preciso não esquecer que um trabalhador que se encontra no limite da condição humana por lhe faltar o mínimo necessário à sobrevivência, pode ser facilmente manipulado. E nessas condições o que menos importa é o perfil do candidato. Um pouco nessa linha de raciocínio, Benevides (1994, p. 13), analisando o perfil do eleitorado em 1989, coloca o seguinte questionamento: "Que liberdade de escolha terá o analfabeto ou semi-analfabeto, afogado na luta pela sobrevivência?" Ainda nesse sentido manifesta-se um trabalhador quando da discussão sobre consciência política:

"Eu tô achando interessante porque cada um joga a sua proposta pra gente ... agora é uma coisa muito difícil da gente entender

porque o trabalhador ... Sempre os políticos quando quer iludir o trabalhador, ele espera que a gente seja com necessidade que pra levar o pratim chei. Ai então, o pobre tá lá sempre sofrido, a situação dele é aceitar a proposta. Então ele tem que quebrar a consciência política porque ele quer encher a barriga. (...)”. (Sr. Nino, 1995)

Não há necessidade de maiores comentários sobre a questão da opção nesses casos. Esse depoimento, a meu ver, esclarece a questão.

Sobre a questão da representação política devo retomá-la mais adiante na perspectiva da relação dos trabalhadores com os políticos. No entanto, acho oportuno destacar nessa fala a noção de consciência política. No sentido aqui empregado, *consciência política* está significando convicção na hora da escolha, propósito. Assim estou entendendo. O que necessariamente exige um certo conhecimento, do contrário não seria possível essa convicção. Para CHEPTULIN,

“[...] a consciência é uma forma particular, superior do reflexo do mundo exterior e é unicamente por isso que ela pode orientar o homem na realidade ambiente e transforma-la, modificá-la de forma criativa”. (Cheptulin, p. 123).

Assim, para que o trabalhador possa se colocar diante da realidade compreendendo-a, precisa de informações para que possa julgar, discernir, fazer escolhas. Ainda segundo CHEPTULIN “A consciência é formada unicamente pela rede de informações que entram no processo concreto do conhecimento do sujeito e a partir dos quais elabora-se sua compreensão da situação” (idem, p. 99). Quanto à questão da consciência política, na perspectiva dessa análise, amparo-me na síntese apresentada por Humberto Cerroni (1992, p. 132). Para esse autor a “consciência política nasce como consciência democrática, isto é, como consciência de participação nas decisões políticas em defesa de interesses comuns”.

Estou certa de que essa rápida reflexão não é suficiente para esgotar a discussão teórica sobre o conceito de consciência. Essa rápida referência tem por objetivo apontar que, no meu entender, o espaço gerado pela luta contribui

para a formação da consciência política, indispensável ao cidadão para o exercício dos direitos políticos. O exemplo apresentado do senhor Nino indica que, nas discussões acerca de suas limitações na escolha dos seus representantes, os trabalhadores vão elaborando uma compreensão crítica da realidade. Como já frisei antes, processa-se nessa luta uma aprendizagem à medida que, ao elaborar conjuntamente um julgamento da realidade e das suas possibilidades de agir sobre ela, vão reelaborando a sua concepção de mundo.

2. *“Nós começemo isso aqui do chão mesmo e como se diz, de pé no chão.”:*
Gerando recursos próprios

“Conquistamos a terra e estamos conquistando outras coisa ... continua a conquista. Tudo que vem agora é conquista.” (Sr. Antonio da Viúva, 1995)

Enquanto o homem não tem resolvida as necessidades de sobrevivência imediata de reprodução da força de trabalho, de se manter vivo, dificilmente pode aspirar horizontes mais distantes. Por isso, a maior guerra que os excluídos enfrentam é contra a fome. Assim, a primeira e mais urgente luta é pela sobrevivência. No caso, a sobrevivência imediata, e isso não chega nem a se configurar como “um viver”. Seu Antonio da Viúva falando da luta pela sobrevivência imediata em Três Irmãos, define de forma muito objetiva esse estado do homem ainda na esfera (ou “reino”) da necessidade. Para ele, sobreviver não é viver:

“Estamos nessa luta, conseguimos esse pedacim de terra e continuemo na luta. É somente sobreviver, não é viver porque sobreviver não é uma vida feliz e nós queremos viver. Mas fazer o quê, se o que conseguimos é só sobreviver? Temo que conseguir primeiro o alimento, essa é a primeira providença. Vamo continuar lutano porque sobreviver é uma vida muito triste”. (Sr. Antonio da Viúva, 1995)

Seu Antonio resume em poucas palavras o que Marx e Engels apontavam há mais de um século lembrando que o primeiro ato histórico é a produção dos meios de satisfação das necessidades básicas, entre elas “comer, beber e morar”, “... produção da vida material (...) este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a História que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem que ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos.” (Marx e Engels, 1984, p. 31).

Esse era o clima que mais me impressionava em Três Irmãos. O discurso dos trabalhadores sempre me passava a impressão de que a sua luta se resumia em manter as condições mínimas de sobrevivência. A sua maior preocupação era “ter o que comer”, “não faltar o alimento”, evitar a fome. E todas as iniciativas iam no sentido de assegurar as condições para isso. A preocupação com saúde, educação por exemplo, aparecia raramente nas suas falas e, muitas vezes, somente quando eu pedia a sua opinião sobre essas questões. Cada vez mais, convencia-me de que as lutas populares em regiões como a Nordeste brasileiro, ainda são lutas pela reprodução da força de trabalho, da sobrevivência imediata, muito distante ainda daquelas desenvolvidas nas chamadas sociedades pós-industriais, ainda lutas no terreno das condições materiais de existência.

No fragmento seguinte de uma das entrevistas, pode-se acompanhar o esforço dispendido pelos trabalhadores para permanecer na terra.

“Nós começemo isso aqui do chão mesmo e como se diz, de pé no chão, e hoje já temo um bucado de troço: Criação de cabra que é coletivo né? Temo o banco de semente que é uma segurança, muita coisa... Até agora nós arranjamo tudo a fundo perdido. Agora desses cilos prá cá é que nós tem feito o fundo rotativo dentro da propria comunidade. Tem a comissão de trabalhador e a gente entrega pra ela que é quem vai analisar pra ver em que vai aplicar de novo. Os cilos, a CPT arranjou dez e nós num pagamo nada. Aí nós compremo mais dez e já paguemos a primeira prestação porque tudo dado num funciona, ... O camarada pagano ele tem interesse. (...). A senhora vê, depois dessa orgnização aqui melhorou muito, essa Associação foi o que deu animação a isso aqui. E que num pegou só Três Irmão, pegou outras comunidade aí. Agora precisa interesse, tá

organizado. Tem deles aí que se fosse individual achava era bom! Eu acho que são pessoa que só quer prá si..., mas olhe, já tem deles aí que já vendeu o seu lote e outros já vem entrano devagazim, já tem quatro ou cinco áreas aqui dentro. E vai começano assim devagazim como pobre, mas vai engrossano o caldo porque compra junto com os filho. Esse é um problema difícil de resolver, precisa lutar com muito cuidado e se defender.”
(Sr. Chico Salu, 1995)

O Senhor Salu aponta os produtos resultante da luta para permanecer na terra e adquiridos graças ao esforço coletivo - criação de animais de pequeno porte, grãos armazenados, depósitos, e ainda um fundo de reserva (o fundo rotativo) produzido pela comunidade como forma de criar recursos próprios. Note-se que nessa fala ele não faz referência a nenhuma tentativa de relacionamento com instituições governamentais no sentido de buscar apoio às suas iniciativas. Os recursos para esse início, começando do chão como ele mesmo lembra, foram adquiridos junto à Igreja através da paróquia de Triunfo ou através dessa, na Itália e Alemanha pelos seus serviços de assistência às comunidades carentes ou, mesmo no Brasil junto a órgãos anexos da Igreja Católica como a Cáritas Brasileira⁴⁵. Vale ressaltar que essa postura da Igreja Católica voltada para as comunidades e organizações populares retrata ainda como observou DOIMO, o impulso dos anos 60 e 70 contra os regimes autoritários, “quando a Igreja volta-se ao desenvolvimento dos povos especialmente latino-americanos” no “... popular desenvolvimentismo pelo qual se abandona a estratégia anterior centrada no Estado-nação, e parte-se para a definição de estratégias e metas centradas na organização autônoma da sociedade civil”. (Doimo, 1995, p. 82)

Esse compromisso da Igreja Católica com “os excluídos” contribuiu tanto para um profundo repensar da realidade por estes sujeitos, através da reflexão constante da realidade, como ao mesmo tempo prestou assistência através de ajuda material suprindo algumas necessidades imediatas. Três Irmãos é um exemplo de comunidade onde a Igreja Católica atua dessa forma.

⁴⁵ Cáritas Internationalis - Instituição de Caridade da Igreja Católica. No Brasil a Cáritas Brasileira é ligada a CNBB. Quase todos os projetos realizados em Três Irmãos foram financiados pela Cáritas Brasileira.

Voltando um pouco a fala de Seu Chico Salu, gostaria de fazer um destaque sobre as formas “individual” e “coletivo” que ele assinala e que parecem indicar a importância que dão ao coletivo. Note-se que ele chama a atenção para a importância da organização como condição para vencer as dificuldades. Essa expressão (organização) em Três Irmãos, significa esforço coletivo, trabalho compartilhado tanto a nível operacional como a nível das decisões sobre suas ações, de estratégias para a saída dos impasses. Como frisou seu Salu, em outro trecho, a Associação foi quem “deu animação”, isto é, motivação; abriu perspectivas. Foi a partir do momento que constituíram-se formalmente como grupo organizado, que começaram a descobrir caminhos novos.

Outro aspecto também frisado nessa fala, é a comunicabilidade dessa comunidade com outras como ele diz: “Não pegou só Três Irmãos, pegou outras comunidade aí”. Assim ele ressalta a importância da organização (o fazer coletivo) ao mesmo tempo que lamenta a falta de interesse de alguns e, de certa forma, censura o individualismo. No capítulo anterior abordei as formas como na bacia de Pilões as terras foram se concentrando; seu Salu parece advertir para esse problema caso não continuem organizados. Ele lembra que alguns já venderam seus lotes e que, pelo que entendi, aqueles que compram vão “engrossando o caldo”, o que significa que vão ampliando seus domínios.

Ainda sobre a mensagem que me passa Seu Salu acredito oportuno discutir um pouco a questão da venda de lotes. Será que para manter os seus lotes, estarem organizados é o bastante para resolverem problemas como a falta de incentivo à produção? No meu entender, através do movimento, da luta organizada, é possível se pressionar o poder público sensibilizando-o para esse problema e pode-se abrir canais de negociação nesse sentido. Porém o fato de estarem solidariamente unidos mas voltados para dentro da comunidade sem abrir outros canais de comunicabilidade não parece suficiente para vencer certos obstáculos.

Na conversa com Seu Salu procurei saber se eles tentaram buscar algum serviço do Estado no momento em que criaram a Associação, que geralmente é uma condição exigida para que pequenos produtores beneficiem-se desses programas. Vejamos:

"D. Adelaide, isso aqui é muito difíce, é tudo muito fraco. Mas nós ainda tentamo. Nós enviemo uma proposta, entregamo a esse Senador Raimundo Lira. Nós queria arranjar um trator mas nada deu certo, nada de resposta. Depois, num sei bem a data mandemo o pedido pu governador que era na época, Ronaldo⁴⁶, ai foi que fechou-se tudo. Mas a senhora sabe, esse projeto do PAPP, ele num chegava aqui em Três Irmão. Essa ara tava fora. Vinha até ali em São João, muitos lá conseguio e foi uma beleza! Mas aqui ficou sem nada. Tudo que a gente tem conseguido foi por esses projeto da Igreja e da CPT. Uns foi da Carita e outros foi da Alemanha através do padre Cleides". (Sr. Chico Salu).

Esse depoimento denuncia a falta de vontade política, o descompromisso dos governantes para com o povo. Conforme já apontado nesse trabalho, as ações governamentais para o meio rural, muitas vezes concebidas em nome do pequeno e médio produtor, acabam por beneficiar empresários e grandes proprietários rurais.

Sem apoio governamental, os trabalhadores continuaram buscando formas alternativas para garantir a sobrevivência da cultura de subsistência nos seus reduzidos lotes buscando ainda a ajuda da CPT e contando com os únicos recursos de que dispunham - terra e trabalho. Seu Salu recorda um pouco essa aventura:

"Nós aqui num tinha ajuda de projeto do governo. E a maioria era tudo fraca, num tinha recurso. Aí, com a ajuda da CPT nós enviemo um bocado de projeto pra Carita Brasileira: Motor-bomba, tres poço amazona ... esses ... quer dizer que só deu certo um, os outros dois precisava cavar muito fundo e o povo foi se desinteressano né? Como ia dizeno, conseguimos, dessa vez, 20 saco de milho, 12 de feijão e 12 de arroz com casca, era pra plantar. E conseguimos mais uma carroça com animal pu serviço - uma besta, e dois cilos que esses fora os primeiro. Ainda sobrou dinheiro. Ai compramo as cabra, foi até eu que comprei quera pra ter o leite das criança. Mas o que foi o mais importante que ia

falano, foi o legume que foi o primeiro que começamo aqui esse banco de semente. Com essa ajuda nós orgnizamo o banco de semente que foi o primeiro dessas comunidade toda. Nunca mais faltou semente pra gente prantar. E daí a gente já foi orientano, dano a idéia pra outras comunidade. Não dano pra num acabar, cada um recebe um tanto: Se retira 10, traz 12. Logo no primeiro ano aumentou muito". (Sr. Chico Salu, 1995)

Terra, trabalho e semente. Quando a chuva não falta garantem a produção de milho, feijão e arroz. Inegavelmente, há uma melhoria na vida desses trabalhadores desde que conquistaram a terra. As iniciativas na busca de soluções alternativas representam saldo positivo da organização. A questão de sementes por exemplo, tem sido um problema muito sério para muitos pequenos produtores que muitas vezes perdem o período do plantio por falta delas. Em Três Irmãos, essa estratégia foi socializada com outras comunidades sob acompanhamento da CPT, gerando uma rede de bancos de semente na área que acabou por resolver para muitos trabalhadores o problema da escassez de semestres. No seguinte fragmento de uma das entrevistas o Sr. José Lisboa conta o sucesso dessa experiência e ressalta a importância do trabalho coletivo na luta pela permanência na terra.

"Tenho 20 anos de movimento, de experiência em movimento. Comecei na pastoral como evangelizador rural, passei por outros movimentos da Igreja e hoje tô na CPT desde que ela foi fundada em 89 prá 90. Eu sou das Capoeira e minha terra é aqui em Três Irmão, fui da 2ª luta ... é sacrificoso qué longe, mas prá quem é pobre né? O mais importante aqui é a organização, a gente faz tudo na base da reunião pra num prejudicar ninguém, pra num prejudicar os companheiro. A gente quer mesmo é que todos trabalhe unido e participe das decisão. Na reunião joga todo assunto que quer e dali se toma o encaminhamento tudo combinado. Uma coisa que é um grande resultado é esse banco de semente. A comunidade de Três Irmãos dispontou com esse banco de semente com aquela pequena ajuda da Cárita e ela hoje

⁴⁶ Trata-se do ex-governador, Dr. Ronaldo da Cunha Lima que governou o Estado da Paraíba no período de 1991 a1995.

é uma comunidade organizada por que se organizou aqui na Associação e já pegou a orientar outras comunidades. Ela ficou assim como modelo num sabe? Já atende Triunfo, Capuí, que ainda é área das freira, as Capoeira na Serra do Padre, Cajazeirinha e um bucado delas aí. Essa foi uma grande providencia". (Sr. José Lisboa, 1995)

Em 1995, por ocasião da pesquisa, tive oportunidade de acompanhar os trabalhadores em vários encontros que reuniam representantes de várias comunidades sob a Coordenação da CPT - Sertão. Pude perceber que esta é uma das preocupações centrais nas diferentes comunidades. O Banco de Sementes representa, do ponto de vista da necessidade material, a garantia do plantio quando a chuva chega. Porém, há outro aspecto que marca o discurso dos trabalhadores quando falam de suas próprias iniciativas. O Banco, por exemplo, além de representar a garantia, simboliza a luta organizada porque ali ele é realmente um dos resultados da luta coletiva. Porém, talvez por isso mesmo, represente independência. Numa de nossas conversas, Seu Antonio da Viúva falando sobre o Banco de Semente, dizia:

"Hoje nós temo segurança, quando chove nós num precisamos andar mais atrás de político pedindo um caroço de milho ou de feijão pra prantar. Isso dá uma independênsa na gente que num precisa se humilhar". (1995)

As iniciativas a nível da comunidade são saídas alternativas que podem mudar até certo ponto a situação de carência dessas populações. No entanto, tenho uma preocupação sempre presente, com relação a esse exercício de administração da "miséria", porque entendo que aos poucos a sociedade civil vai assumindo atribuições que ainda são do Estado e que o contribuinte já pagou para que certos serviços sejam prestados à comunidade. Entendo que um dos pontos de pauta das lutas populares deva ser exatamente pela democratização das oportunidades, pelo acesso a bens e serviços públicos que acabam sendo privatizadas pelas elites. Quando não há cobrança dos deveres do Estado para com a sociedade pode-se acabar por isentá-lo de suas responsabilidades. Afinal

de contas, teoricamente existem programas dirigidos ao pequeno produtor a exemplo do PAPP, hoje, COOPERAR que precisam ser utilizados pelos seus verdadeiros destinatários. Com isso não estou menosprezando as iniciativas alternativas, mas chamando a atenção para o fato de que estas não devem substituir aquelas, considerando o quadro de carência descrito pelos trabalhadores.

Outra experiência alternativa bastante significativa para esses trabalhadores é a *roça comunitária* que representa uma garantia de reprodução da semente *para realimentação do Banco de Sementes* para o plantio e hoje já pensam em criar um Banco de Sementes para comercialização, especialmente do milho, para gerar recursos para a Associação.

"Nós tem como segurança essa *Roça Comunitária* que do Banco de Semente. Agora nós tomo veno que dá certo, o Banco de Semente cresceu muito. Agora nós pensa fazer outra *Roça Comunitária* pra formar outro Banco de Semente. Esse é pra comercializar que a gente aqui precisa de muita coisa. E assim, por exemplo: uma carroça, uma tangida de burro pra trazer o legume da serra onde num chega o carro ... uma máquina de quebrar o milho, uma desbulhadeira ... Isso respeitano a vontade de todos companheiro, na hora da reunião". (Sr. José Lisboa, 1995)

Conforme se vê pelo depoimento acima, como os outros, esse trabalhador acredita que é possível através da organização alcançarem uma certa auto-suficiência apostando na geração de recursos próprios lançando mão de experiências alternativas empreendidas coletivamente.

3. "*Aí foi prejuízo, o inverno cortou e perdemo a produção.*": Enfrentando a Seca

O ano de 1993 foi um daqueles da chamada Seca Verde. No começo do ano as chuvas caem fazendo acreditar que a produção é segura. Os trabalhadores com a terra já preparada, anima-se depositando todas as

esperanças no roçado. Aproveitam as chuvas, fazem o plantio e esperam. Embora acostumados com as irregularidades das chuvas no Sertão, eles nem sempre pensam em derrota. Ocorre que, de vez em quando, as chuvas cessam e aí toda a lavoura se perde. Seleccionei alguns depoimentos da experiência desse grupo durante a seca em 93, a primeira que enfrentaram coletivamente.

“O inverno chegou no dia 4 de janeiro de 93, começou a chover, chover e nós cuidando de plantar ... Ai pega verão, verão, verão. Eu mesmo tinha uma roça que produz 120 a 150 saco de milho e tava todo pronto. Aí foi prejuízo, o inverno cortou e perdemos a produção. Aí vamos Seca. Vamos atrás do pessoal, dos políticos, é o jeito. Vamos lá na prefeitura. Ainda conseguimos 200 cruzeiro por dia. Era insuficiente até pra tomar café, mas só que nós cuidamos antes de faltar o alimento na mesa. Pegamos 200 por dia, cinco dias era mil. Comprava um pouco de café, açúcar, sabão. Evitava de vender um caroço do legume que ainda tinha. Desse jeito fomos e chegamos até o momento da emergência que era a mais horrível do mundo, só pagava de três em três meses. Mas assim mesmo o trabalhador consegue passar com qualquer tipo de coisa, vive de todo jeito. Passamos 93 nessa luta. Mas ainda nessa época dessa dificuldade o PMA⁴⁷ que é um programa de alimento por trabalho, cedeu 1% de seus recursos para as Dioceses liberarem as cestas básicas. A proposta é muito interessante porque o alimento é um instrumento fundamental pra continuar o trabalho de mutirão e fortalece o movimento. Quando chegou janeiro de 94 eu tava preparado pra plantar. Nós tinha a semente guardada, não deixamos perder. Com as cestas foi fácil nós fomos trabalhar em mutirão. Nós fazíamos tudo em mutirão com a força da organização. Era 59 trabalhadores. Plantamos mais de 20 tarefas de milho, a gente fazemos rodízio, foi mais de 150 roças de milho só pra associação. Nesse ano foi duas roças comunitárias. Uma parte já foi logo dividida em assembleia ficando uma parte pra associação porque a gente gastava com viagem, com gente doente, com remédio. Era tudo despesa da comunidade. Era grande, tiramos dos cofres da associação. Nós tivemos que assumir, era o período que o padre

⁴⁷ PMA - Trata-se do Programa Mundial de Alimentos viabilizado no Brasil através do CRS - Catholic Relief Service. Essa instituição financia pequenos projetos em comunidades carentes - ações denominados “Alimentos por Trabalho”. (Fonte: Tempo e Presença, Jun/Jul/95, n.º 282, p. 28 e 29).

Cleides se fastou e a gente num ia procurar político. Nessa falta do padre, a gente fazia de tudo, fazia cota, um dava um ovo, outro dava arroz, dava de tudo. A gente vendia e resolvia o problema e continuava na luta. Isso era ainda quando tava pra ganhar a feira, isso era na dificuldade". (Sr. Antonio da Viúva, 1995)

Historicamente os trabalhadores rurais do Semi-árido, nos momentos de crises geradas pelas grandes estiagens, têm se dirigido às feiras livres e aos armazéns promovendo invasões e saques. Essa estratégia, nesses momentos, representa uma das últimas saídas, além da migração, para resolverem o problema da fome que, chega a situações-limite. Sabe-se que, aqueles que migram, com raras exceções, passado o período mais crítico, migram de volta, geralmente do Sul ou do Sudeste do país e procuram retornar as suas atividades no campo junto às suas famílias. Portanto, a migração é forçada pela absoluta falta de condições de ficar na terra⁴⁸.

A partir do momento em que teve início as demandas por terra e por condições para nela permanecer, outras estratégias vêm sendo criadas para o enfrentamento da seca. As famílias mobilizadas apostam no trabalho e confiam na força do coletivo para ir vencendo os grandes impasses. As saídas já não são mais o abandono de suas moradas para outros centros ou os saques e invasões como sempre acontecia.

O depoimento de seu Antônio aponta alguma dessas saídas e, no meu entender, denuncia qual é a vontade política dos governantes quando não se empenham em dotar essas famílias de condições mínimas para a convivência, até certo ponto, harmônica com a natureza, nessa região. Não é possível evitar a estiagem, porém é possível evitar que suas conseqüências agravem os problemas sociais elevando-os à dimensões alarmantes. Em lugar de programas emergenciais que acabam por onerar a sociedade e enriquecer uns poucos acostumados a se beneficiar da privatização de bens públicos, o semi-árido

⁴⁸ Sobre a questão da migração no Sertão Paraibano ver o trabalho de Marilda Aparecida de Menezes - Da Paraíba Para São Paulo e de São Paulo Para a Paraíba - migração, família e reprodução da força de trabalho. Dissertação de Mestrado - Campina Grande. 1985. Mimeo.

carece de uma política eficaz, que aproveite o potencial da terra e desse homem que vem mostrando coragem e criatividade.

Não cabe nesse trabalho aprofundar uma discussão sobre a eficácia ou não de políticas para o meio rural no Semi-árido, embora não possa deixar de fazer referência a esse problema já que Três Irmãos localiza-se em pleno Semi-árido. Interessa para meu objeto de estudo, tentar compreender qual foi a aprendizagem dessa experiência para esses trabalhadores, olhando-a (a aprendizagem) na perspectiva de construção da cidadania. Parece-me que, na experiência de enfrentamento da seca em Três Irmãos, os trabalhadores tiveram oportunidade de exercer, nos limites das condições dadas, a prática da cidadania ativa, participativa, na medida em que se articulam com outros setores da sociedade na resolução dos seus problemas apontando saídas possíveis. Um exercício no qual se colocam consciente de suas potencialidades e limites na relação com a natureza (a terra) e com a sociedade. Olhando nessa perspectiva não acho arriscado afirmar que esses trabalhadores estão apontando as pistas de construção de uma *praxis* transformadora.

Vejamos mais um relato referente à trajetória de Três Irmãos, onde terra, trabalho e luta coletiva constituem-se em mediação e centralidade de todo o processo de construção de uma prática democrática.

"A gente tem o Banco de Semente que é da Associação. É semente decidida pra plantação, essa nem pode ser negociada porque num pode faltar a semente pra plantação. Agora a gente já tá pensando de criar outro Banco de Semente que é para comercialização. Que por exemplo, quando quebrar um motor que é da associação ai a gente vai e vende prá ajeitar. Arroz é muito caro fica fácil conseguir consertar um motor, vende arroz e deixa subir o pouco do milho ... Se contar com a boa vontade de todos dá prá fazer algumas coisa. Olhe, sem ajuda de fora, só com nosso trabaio aqui nós conseguimos construir essa capela, tamo construindo a sede da Associação e já fizemo casa pra quem num tinha. Fora daquelas do projeto do padre queu falei que vei da Alemanha nós aqui levantemo três casas, tudo em mutirão, pegano do chão e construimo. Isso com recurso da própria comunidade, do trabalhador, nós dano o trabalho em mutirão.

Esses era aqueles que precisava de fora da Associação e nós ajudamo a ele e ele ficou satisfeito e ficou sabendo o que é uma Associação Comunitária que as vez tem muitos que critica". (Sr. Antônio da Viúva, 1995).

Uma das preocupações centrais presentes nesse e em quase todos os depoimentos é, primeiro, com a resolução das carências materiais. Quase todas as atividades têm a finalidade de produzir, preservar o que conseguiram ou descobrir novas maneiras de gerar recursos materiais ou financeiros. A outra preocupação é com a socialização não somente da produção, mesmo que mantenha cada um a sua unidade de produção, mas também de socializar o aprendizado coletivo. Estão sempre chamando a atenção para a importância dessa forma de enfrentamento da luta na terra sempre em defesa dos seus interesses e contra possíveis ameaças que, por ventura, possam vir interromper essa "caminhada".

"O trabalhador precisa se unir contra os grande que são os políticos e os patrões os proprietários que só quer oprimir o trabalhador. Então o trabalhador ele continua na terra organizado, mostrando como se deve lutar pela posse da terra, sem violência e com organização, união, mostrando aos político que num vão mais precisar de migalhas. Eles mostram que o êxodo rural vai diminuir graças a luta dos trabalhador, dos pequeno, por que os grande eles num tão preocupado, eles só se preocupa com sua eleição, em ser cada vez mais grande. Eles na luta já vão crescendo, já existe uma conscientização da cidadania, eles lutam coletivamente pelo pão de cada dia e são solidários com os outro... Só através da organização os trabalhador conquista seus direitos e pode ficar independente". (Sr. Arcanjo Gabriel)

Faço um esforço para compreender qual é a opressão contra a qual os trabalhadores lutam e qual é a independência da qual falam e acreditam estar construindo. Isso ajuda a ler no seu discurso o significado de um dos medos velados em se abrir nas suas relações com outros setores da sociedade, especialmente na esfera do instituído, contra o qual parecem se proteger. Como

por exemplo, a resistência a buscar alianças⁴⁹ junto aos representantes político-partidários para a resolução dos seus problemas. O esforço empreendido pelo grupo centrado nas suas possibilidades reais – terra e trabalho – impulsionava-lhes intensificando a luta interna na produção da existência material imediata, mas, por outro lado, parecia-lhes amarrar fechando-lhe horizontes a outras dimensões da vida. Essa era outra questão que eu procurava entender. É como se tudo que conseguiram até agora, grãos armazenados por exemplo, a lavoura que em 1995, à época da pesquisa, estava prosperando, enfim, passavam a impressão de que temiam que a qualquer hora já não pudessem ter mais esse mínimo.

4. *“No fim teve muitos deles que num entendero bem e queria dividir prá levar a sua parte e num deixar prá Associação. Era separar, a conversa era separar.”*: Lidando com as diferenças no próprio grupo.

Nem sempre tudo são maravilhas. Por mais harmônico que seja um grupo em algum momento as diferenças podem se acirrar criando dificuldades muitas vezes não esperadas. É preciso ter sempre presente que as contradições existem e que são exatamente elas que motivam a luta. Aprender a lidar com as contradições, parece ser uma das primeiras condições para que se possa compreender a dinâmica da luta.

Parece que a preocupação quase exagerada em se defender de ameaças externas contra os “outros” (políticos, latifundiários, etc), fez com que as lideranças do grupo negligenciassem as diferenças individuais. Por isso quando apareceram problemas com os quais não estavam acostumados a lidar coletivamente, estas se fizeram presentes provocando distensões no grupo. Acostumados a administrar as atividades pensadas e executadas por um grupo relativamente homogêneo, quando tiveram que lidar com outras pessoas,

⁴⁹ Aqui entendido no sentido de busca de apoio em órgãos ou instituições com a finalidade de resolução de seus problemas, diferentes, portanto, da parceria que se realiza entre iguais.

ampliando-o em determinado momento, enfrentaram as questões relativa as diferenças.

Trata-se da administração do programa "Alimento por Trabalho" coordenado pela Diocese de Cajazeiras(PB) e que em Três Irmãos, teve vigência entre o final de 1993 e dezembro de 1994. Vejamos essa experiência contada pelos próprios trabalhadores.

"A coisa quando vem de fora já vem determinado como na época daquela feira do CRS. Aquilo era pra dividir era pra todo mundo porque isso já é feito pra todo mundo (...) mas já ficou difícil, no final deu problema. O pessoal, até a gente aqui da Associação não entendeu. Porque a senhora sabe que o alimento por trabalho que vem desse programa CRS. É pra fazer um serviço, uma coisa que a comunidade tá precisano. Nós fizemo; aproveitamo e fizemo roça comunitara e fizemo o tijolo pra levantar o prédio da Associação. No fim teve muitos deles que num entendero bem e queria dividir pra levar a sua parte e num deixar pra Associação. Era separar, a conversa era separar". (Sr. Chico Salu).

O Programa constava de 50 cestas de alimentos mensais a serem distribuídas com aquelas famílias mais carentes na comunidade, independentemente de sua filiação à Associação. Os aposentados, pelo fato de já contarem com proventos, não poderiam, em princípio, ser contemplados. Naquele momento em que, devido à seca tinham perdido suas lavouras, ficava muito difícil selecionar as famílias mais carentes. Sabe-se que geralmente, em muitas famílias na zona rural o único dinheiro que entra no orçamento familiar e acaba sendo dividido entre os membros da família é o da aposentadoria. Esse era um problema. A outra questão é que estavam acostumados a definir suas prioridades discutindo e deliberando em assembléias. Dessa vez teriam que atender a determinações tomadas fora da "organização" (forma como denominam a luta organizada) que certamente, no processo seletivo, poderiam ter que excluir companheiros ("organizados", aqueles que estão na luta desde o começo). Como todos encontravam-se em situação de carência, essa era uma difícil tarefa. Por outro lado estavam acostumados à prática da socialização e isso para muitos

com quem conversei, era o que mais os atraía. Como disse o senhor Francisco José da Silva (o Chicão) “o que fez eu procurar essa Associação (...) é que eu via esse pessoal unido e através daquela união, sempre ajudando os que tava aperreado (...) ai chegava e ajudava. Tudo combinado ...”.

Algumas dificuldades são apontadas no seguinte depoimento:

“Esse programa que tem o nome de PMA, tinha a questão da prioridade num sabe? As vagas que viero aqui pra Associação foi primeiro fazer alistamento das pessoa. Só que tinha que abranger outras pessoa de fora que num era da Associação. Aquelas pessoa viero de fora. Eles num entendia bem porque num tinha boa participação aqui na Associação né? A gente fazia reunião e eles ficava (...). Era explicano as norma como o programa mandava né? Eles era faltoso nas reunião (...) quando ia pu mutirão os que era da Associação era mais organizado né? E os outro (...) eles criaro uma ideia que o mutirão pra fazer tijolo era dele o tijolo que fazia. (...) Mais num era assim, a gente já tava por dentro. Vinha o rapaz e explicava que a feira já era o pagamento do trabalho. Era prá ficar alguma coisa na comunidade que o programa de alimento por trabalho né? Alguma coisa era pra ficar em benefício da comunidade. No caso aqui da gente foi o prédio da Associação, foi uma grande força esse programa. No fim a senhora sabe, essas pessoa que num era da Associação sairo tudo (...) A feira compensava, mas eles ainda queria receber dinheiro”. (Sr. Geraldo Cabral, 1995).

Esse depoimento foi tomado em uma das reuniões informais, em pequenos grupos, em que eu pedia para que eles falassem das suas experiências após a luta de conquista. Outros procuram complementar anunciando o quanto foi marcante a experiência:

“Foi tudo discutido e explicado. Teve o tijolo, o mutirão do tijolo e teve o mutirão da roça comunitara. Agora que num era essa roça que já é a da Associação. Nessa o que tiramo, o milho ficou a maior parte deles deixaro aqui mesmo na associação quera pra deixar o preço subir, pegar um preço mais melhor no final do ano. Era pra pagar o próprio débito que tinha dentro da Associação.

Era pagar a parcela do cilo, que esses era da Associação, mas aqueles que num devia, levou logo pra casa. O problema que teve foi o caso com os tijolo. Era combinado o tijolo pra Associação e tinha deles aqui mesmo dos que era organizado que pensava quera pra levar o tijolo pra casa. Deu problema. Foi obrigado vim o rapaz e dá a explicação. Esses eu acho que era os desorganizado". (Sr. Antonio Roseno, 1995)

Vejamos este outro depoimento:

"Deu problema mesmo, teve deles que até saiu, saiu uma família inteira (...) quera pru caso de dizer besteira, cum o pessoal ai que dirigia o programa da feira desse CRS aqui dentro. Desse dia Socorro Goveia tava e deu problema praquê ela num podia nem dizer pilera, tava tudo expicado. Ai foi que saiu um bocado da Associação. Quatro, tres homem e uma mulé. Mas hoje já ta tudo de bem só num vortaro mais. Agora eu mesmo ... o problema é que eu num tava gostano era quando vinha essa feira. Alguma pessoa num achava bom não praquê aposentado num ganhava ... E se ele ia trabaiá num era? Eu acho que num era, um tava fora. Num era obrigado ele ir trabaiá. Se ele queria trabaiá era pra ganhar a feira. (...) foi que depois eu me fastei um pouco aborrecido pru caso disso. (...) Teve muita gente reclamano". (Sr. Antonio Frutuoso Barbosa, 1995)

Dadas as dificuldades de ordem material, especialmente aquisição de alimentos em consequência da seca onde perderam as suas lavouras, a primeira impressão que passava era de que todo o desconforto gerado no grupo se resumia na disputa pela cesta de alimentos (apenas 50), quando a demanda era bem maior. Na época, 50 eram sócias, porém tinham que estender o benefício a outras famílias como já assinalado. No entanto aquele foi o momento em que as dificuldades de relacionamento no grupo até então veladas, começaram a aparecer.

Um dos trabalhadores que deixaram a Associação, no momento dos desencontros, aponta alguns dos motivos de sua atitude:

"Eu peguei briga, muita briga ali dentro. Eu acho que num dá (...) É um grupim que quer dizer tudo como é pra fazer. Aí eu achei melhor sair qué pra num ficar só na briga, na mesma arenga. Isso faz é espantar as pessoa. O povo fica com medo. Eu acho que tinha que ser douto jeito (...) Primeira coisa: Ali tudo tem que chamar a CPT. Eles num tem autoridade de resolver nada sem a CPT (...). E essa historia de dar contra-partida ao prefeito pra fazer as coisa na comunidade? (...) Isso eu também num concordo. É obrigação mesmo dele. (...) Explorar em cima do trabalhador! Como aquela paradeira [construção para abrigar as pessoas enquanto aguardam o ônibus ou outro meio de transporte qualquer] ali perto de Antoin, eu num concordei (...) Eu num vou deixar meu milho se perdendo pra ir trabalhar pro prefeito não. Nessa feira do CRS mesmo eu discordei, eu acho quéra pra ser pra todo mundo mesmo. Isso é do povo num é? Ochente! (...) Eu me aborreci, me aborreci e saí, saí por essas coisas aí (...). Olhe pra você vê: Se o cara se afasta da terra praquê num tinha condição de trabaia, num tinha recurso ... que tem deles que tirou e deixou lá. Ai em lugar de ir ajudar, quere é tomar a terra do pobe (...)". (Sr. José Francisco Ribamar, 1995)

O depoimento do senhor Ribamar indica que, de fato, não se tratava apenas de rupturas provocadas pela insuficiência dos recursos complementares do PMA. Conclui que se tratava de disputas pela liderança na Associação. Um conflito de caráter político que não foi trabalhado no grupo. Procurando entender até que ponto os assessores ajudam a dirimir essas dificuldades, compreendi o despreparo deles em trabalhar o potencial de liderança daqueles que não estão muito próximos à CPT. Acredito que o reduzido número de assessores na CPT - Sertão acompanhando várias comunidades dificulta o trabalho desses como "intelectuais orgânicos", "organizadores da cultura", pensando como GRAMSCI (1978), ou como o define Gustavo Gutierrez (1983, p. 25)⁵⁰.

Vejamos outra opinião de uma das assessoras:

⁵⁰ Gustavo Gutierrez na sua obra Teologia da Libertação define o novo intelectual orgânico como "... alguém (...) comprometido pessoal e vitalmente com fatos históricos, datados e situados, através dos quais países, classes sociais, homens propugnam por libertar-se da dominação e opressão a que os submetem outros países, classes e homens". (Op. Cit. P. 25).

“Isso é um processo natural. Todas as vezes que eles tomam uma posição radical, principalmente em relação à terra, eles perdem adeptos. Ali saiu uma família inteira. E era gente que ajudou muito no início começou a dar problemas e acabou saindo. Graças a Deus porque já tinham problema com outra família (...). Mas no fundo era uma briga de liderança. E quando isso acontece, aumenta a dificuldade, foi melhor”. (Sr. Maria S. Goveia, 1995)

O depoimento de Goveia fortalece minhas desconfianças. Realmente havia uma disputa pela liderança do grupo e mais que isso, havia uma forte tendência à centralização.

5. “*Entre Nós*”: compartilhando experiências: ensinando e aprendendo.

Quando esses trabalhadores se referem a “nós” estão falando quase sempre de “iguais” caracterizado (o nós) pelas similitudes entre os sujeitos enquanto afetados pelas mesmas necessidades e portadores de interesses comuns, de um mesmo projeto pelo qual lutam cotidianamente. Assim “nós”, pode se referir às relações entre os sujeitos do mesmo grupo na comunidade, ou no conjunto dos trabalhadores que estão lutando pela mesma causa - a luta pela terra e para permanecer nela. Mas também podem estar se referindo às relações dentro da mesma classe - a classe trabalhadora -, referindo-se ao conjunto de todas as categorias e ainda, às relações com aqueles que defendem a mesma causa: assessores, agentes, intelectuais e mesmo o político quando esse assume com eles a mesma bandeira de luta.

Dessa forma “nós” indica convergência de interesses, esforço comum; enquanto aqueles que representam ou defendem interesses opostos aos seus são denominados de os “outros” que no contexto desse estudo refere-se àqueles que detém o poder econômico, político ou ideológico. No discurso dos trabalhadores em Três Irmãos os “outros” podem estar perto - grileiros, patrões, políticos locais, lideranças sindicais “atreladas” ao sistema vigente, ou mais

distante - os governantes a nível do Estado ou do país e suas assessorias. Em seu discurso, por vezes, resumem todas essas categorias numa única, o "Estado", que segundo eles, coloca-se contra os trabalhadores - Executivo, Legislativo e Judiciário.

Oportunamente discutirei a relação com os "outros". Interessa-me, por agora, apreender como se desenvolvem as relações "entre nós". Interessa, portanto, entender como, a partir da luta localizada em Três Irmãos, foram sendo ampliados os espaços de participação na sociedade, que aprendizagem se realiza aí e como se processa, de forma que possa contribuir para com a construção da cidadania.

Procurei selecionar alguns trechos dos depoimentos que apontam alguns momentos nessa trajetória a partir da comunicabilidade entre os sujeitos na comunidade, destes com o conjunto das comunidades mobilizadas no Sertão Paraibano e de momentos de sua participação fora desses limites. Momentos nos quais tiveram oportunidade de se perceberem no movimento mais amplo da sociedade.

Deixemos, portanto, os próprios trabalhadores falarem:

"Cada um aqui tem o seu trechin de terra. Agora acontece que quando tem aquele trabaiaador que num tem terra boa pra trabaiaá pra prantar, aí aquele trabaiaador que tem dá um pedacim pra ele. Mas a terra é individual, no documento do INTERPA já diz, num pode agregar, num pode ficar junto assim como fosse de todos. Tem o caso do roçado da Associação que é o mutirão, esse e à parte, e outra coisa. Agora tem essa ajuda que se dá quando as vez um trabaiaador tá doente ou tá viajano e num pode (...) aí se junta aqui quinze ou vinte e vamo lá fazer (...). Agente assim tá no direito dá gente. Num tem nem esse negócio de obrigação de trocar dia de serviço pêle pagar. Eu acho que assim tá chegano o ponto. Pruquê a comunidade, ela tem que marchar pra organização do povo. Nós tamo organizado assim pra qualquer um que precisar, ali a gente bota em assembleia (...)" (Sr. Antonio Roseno, 1995)

Na dinâmica da comunidade, a solidariedade é fundamental. Seu Antonio adverte para o fato de que a propriedade da terra é individual, quando lembra que "cada um (...) tem seu trechin", conforme os critérios impostos pelo Estado, já apontados nesse texto. Porém, isso não os impede de desenvolverem um trabalho comunitário quando plantam a roça em mutirão, ou quando cedem um pedaço de sua terra fértil àquele que ficou num terreno não cultivável. Além disso, estão prontos a desenvolver o trabalho de um companheiro, quando esse é impossibilitado de trabalhar. Isso passa a se constituir regras a que todos se submetem porque decididas em assembleia como ele frisa: "ali a gente boa em assembleia".

Na minha percepção novas relações de trabalho começam a serem engendradas. A unidade familiar de produção, no momento em que uma parte da terra é cedida, passa a ser compartilhada por duas famílias embora cada uma administre a produção do seu roçado, ou seja, não se socializa o produto, porém as relações não são de dependência, aquele que cedeu a terra não está lhe cobrando renda, ou qualquer outra obrigação. É uma inovação considerando-se a lógica da sociedade capitalista cada vez mais racional, mais individualista, orientada para o lucro, a acumulação.

Estou certa de que não estou apontando algo inédito, as relações sociais no campo são diferenciadas daquelas que se dão no espaço urbano. Os laços nas relações interativas no campo são facilitados pelo espaço físico, pelo tempo - menos dependente do relógio e mais centrado nos afazeres. O próprio modo de viver é muito mais homogêneo - a terra é o lugar comum a todos na produção da existência.

Acompanhando a comunidade por mais de um ano, tive a oportunidade de observar momentos em que esse espaço da comunidade parece se ampliar formando uma família, não só assumindo as tarefas no roçado do companheiro, mas providenciando feiras, encaminhando-a ao médico e providenciando remédios, quando o chefe de família estava impossibilitado de assumir esses encargos.

Selecionei alguns trechos de uma discussão num pequeno grupo sobre o que estavam entendendo por comunidade

Nino:

"Aqui nós vive em comunidade, que a comunidade é assim como uma casa de família grande. Eu acredito que numa comunidade o que um tem, todos têm. Se eu tô doente, eu acho que quase todo mundo é irmão. Ai eu acho que vai me ajudar (...) Se é uma família aquele colega num deixa essa família com fome. Eu acho assim".

Geraldo:

"Aqui prá nós falar de comunidade começa com a preocupação das reunião e depois as outras lutas. Porque na reunião discute, e conversano né (...). Assim participano, que a gente diz que é organizado".

Vicente:

"Comunidade é assim, é também a gente participar nas reunião e nos mutirão. Eu tem um companheiro com um problema a gente vai lá saber o que precisa e o que a gente pode oferecer".

A. Roseno:

"É assim mesmo. Se um tá com problema, ai sem esperar, chega lá todo mundo. Sem ele saber chega todo mundo".

Antônio da Viúva:

"Eu só quero dizer que tudo faz parte da comunidade: atividade de mutirão, construção do prédio da Associação, a roça comunitara tudo isso, mas também lutar por estrada. Agora a nossa vida é comum porque do que eu vivo você vive também".

É interessante notar que a compreensão de comunidade está ancorada nos ensinamentos da Igreja expressos na Teologia da Libertação conforme já assinalai, a qual encoraja através da metodologia do ver/julgar/agir, a construir,

"[...] uma espécie de democracia de base, um igualitarismo (...) onde o "povo" é chamado a participar, a decidir, a acreditar no seu saber e na sua capacidade de resolver os problemas que enfrenta (...) é inegável o resgate político da cultura popular, como base da resistência e da luta dos trabalhadores e o apelo ao exercício da cidadania". (Grzybowski, 1987, p. 67)

No diálogo dos trabalhadores, destaco duas dimensões no “viver” em comunidade nesse grupo que são momentos de construção dessa democracia. A primeira diz respeito ao momento de reflexão conjunta as “reuniões”. Esse é o momento de elaboração e reelaboração de sua concepção de mundo, de sociedade e de homem. Ao refletir conjuntamente os seus problemas e ao apontarem saídas desenvolvem, como assinala Sherer-Warren (1993, p. 71), “uma nova sociabilidade política” construindo-se como sujeitos nesse processo porque descobrem-se sujeitos enquanto participantes ativos. Geraldo chama a atenção para a reunião como sendo o ato que antecede às outras lutas, ou dizendo de outra forma, de outros momentos dessa luta. Aí se elabora, como diz Grzybowski (1987, p. 59) “a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações (...), a apreensão crítica do mundo e de suas práticas e representações sociais e culturais”.

A outra dimensão que apreendo nessas falas, é a da solidariedade. A acentuada preocupação com o companheiro de luta exemplificada por ações de assistência – “estar com”, socorrendo-o nos momentos de necessidade – não se esgota ao nível de suprimento de carências como o simples assistencialismo. Na minha maneira de ver, tais atitudes são mediadoras da construção do coletivo como força emergente que elabora outra lógica e soma-se a outros grupos em formação na sociedade civil, rumo a uma sociedade mais justa. É um exercício de socialização no qual se processa um aprendizado que se contrapõe ao individualismo cada vez mais crescente em nossa sociedade e que, historicamente, exclui as classes subalternas dos direitos mais elementares da cidadania.

Dos limites da comunidade local, os trabalhadores vão ampliando os espaços de participação nas articulações com as demais comunidades mobilizadas no Sertão Paraibano. Na troca de experiência, na socialização de saberes, construindo um novo fazer político. Nessa articulação entre as comunidades na região vão construindo a sua identidade na unificação de uma forma alternativa comum de enfrentamento.

Nos depoimentos que se seguem pode-se conhecer um pouco das experiências na construção dessa praxis.

"A gente tem essa colaboração com outras comunidades. Assim: Se em Bonito de Santa Fé acontece um problema, a gente aqui discute na assembleia e vai lá. Se discute o que é melhor tudo junto. A gente dá sugestão como resolver melhor (...) É porque existe os encontro da CPT com todas comunidade. Há essa vivença de comunidade de uma pra outra. É pra discutir conjuntamente as questão. Reúne todos: Três Irmão, Cameiro, Bartolomeu (...) todas. Há momentos que a gente discute a questão da terra e noutros se discute as experiência da produção ... criação de cabras, criação de abelhas (...) agente ensina e aprende também. O Banco de Semente foi a primeira experiência que dispontou, ai vem as outras. Porque eu falo de todas comunidades ... E tem também os encontro de formação política pra discutir como o pequeno produtor se orgniza e encaminha projeto, como organiza a comunidade". (Sr. José Lisboa, 1995)

Na troca de experiências os trabalhadores vão aprofundando o conhecimento e ampliando a sua compreensão sobre a região e em consequência vão fazendo novas descobertas para a convivência com a realidade do Semi-árido. Nesse compartilhar descobre o seu potencial transformador enriquecendo-se mutuamente tanto na produção de bens materiais para o suprimento de carências, como no desenvolvimento de suas próprias habilidades. Além disso, nessa articulação com outras comunidades, têm oportunidade de, nos encontros, seminários, etc, refletirem sobre sua posição no processo produtivo como pequenos produtores, de analisar criticamente as políticas públicas para o meio rural e as dificuldades que enfrentam ainda na elaboração de estratégias comuns através das quais possam abrir canais de negociação para o acesso e intervenção nessa política pública.

Dessa forma, vão acumulando informações que são indispensáveis a sua participação ativa na sociedade, ao refletirem sobre a sua situação de exclusão, analisam também os motivos que a produzem numa sociedade de classes antagônicas. Em conjunto com os trabalhadores das demais comunidades, os trabalhadores de Três Irmãos vão construindo uma estrutura organizativa que lhes propicia participar desse espaço de reflexão crítica coletiva, integrando-se num movimento que vem, nos últimos dez anos, construindo uma identidade. – O

movimento dos trabalhadores rurais do Sertão Paraibano ou a "luta" como também denominam. Processa-se nesse, a meu ver, a invenção de uma nova forma de viver no Semi-árido centrada na sua cultura. Como assinala MARTINS,

"A nova cultura dos pobres do campo, nesse espaço produzido pelo rompimento dos vínculos de dependência. Esse rompimento, ao libertar o trabalhador, libertou o trabalho que organiza novas concepções da vida, do eu e do outro, do nós, do movimento, das relações sociais, os valores, o projeto. A nova cultura está centrada no trabalho (e nas dificuldades) e não na propriedade, na liberdade de quem trabalha (...)". (Martins, 1989, p. 21-22)

Ao lado dos trabalhadores em alguns momentos fora da comunidade, tive oportunidade de participar, com eles, nessa articulação com outras comunidades, nos quais discutiam-se desde questões locais até questões como a Lei de Patentes, a transposição das águas do Rio São Francisco, a questão da reforma agrária no Brasil, etc. Ao refletirem sobre problemas mais gerais, os trabalhadores vão se expressando no cenário social, saindo do *isolamento* e compreendendo as causas da exclusão do trabalhador. Vão aprendendo a *olhar vendo* porque as informações chegam-lhes num processo de reflexão crítica da realidade. Dessa forma os problemas que afetam o seu cotidiano já não aparecem mais como fatalidade, mas fruto das contradições dessa sociedade.

Nessa relação "entre nós" é importante frisar a sua participação fora da região, com outros trabalhadores na luta pela democratização de oportunidades, se solidarizando com outros grupos organizados. E assim, ampliando a sua compreensão sobre a luta organizada, compreendendo-se no movimento mais amplo da sociedade, portanto, ampliando os seus espaços na construção da cidadania. Seu Antonio da Viúva conta um pouco dessa experiência.

"Nós, nessa luta, nós também vamo dar nosso apoio a outros companheiros que tão com problema (...) Em 93 nós tivemos lá no Recife e lá nós tivemos oportunidade de conhecer o Movimento dos Sem-Terra, foi no tempo daquela questão (...) Era 1.500 trabalhado na SUDENE acampado. Nesse tempo o problema era

na fazenda Ibiaí. Lá eram um negócio serio e de lá do Recife nós telefonava, era dano apoio aos outros companheiro(...). Só que lá os grande aproveitaro a oportunidade que o pessoal tava no Recife e mataro três trabaiador (...). Aí ficava serio né? Porque no Movimento dos Sem-Terra é um pouco diferente da gente né? Quando patrão mata um trabaiador é pra matar o patrão. Essa vingança com as mão, essa já é uma experiencia diferente da nossa". (Sr. Antonio da Viúva, 1995)⁵¹

Dois aspectos merecem destaques nesse depoimento, os quais contribuem para a leitura que estou fazendo da trajetória da luta desses trabalhadores. O primeiro é com relação à sua participação no acampamento na SUDENE. Naquele momento os trabalhadores de Três Irmãos representados por seu Antonio ocupam um espaço público, reivindicando, junto com outras categorias de trabalhadores do campo, o compromisso do Governo para com esses segmentos das classes excluídas dos benefícios públicos. Ocupa espaço na luta pela expansão e consolidação de direitos sociais. O outro aspecto, não menos significativo nesse aprendizado político, é a relação com outras formas de organização popular no campo. Seu Antonio compara as formas de enfrentamento do MST com o jeito de encaminhamento da luta da qual participa. Longe de se escandalizar com a radicalização do MST ao preconizar literal vingança "com as mãos", como ele frisa, ele a considera uma experiência diferente. É a apreensão crítica do mundo na sua diversidades. Um aprendizado que o espaço de luta coletiva propicia.

Sobre a diferença de concepções a respeito da condução da luta, entre MST e CPT, embora ambos lutem pelos mesmos objetivos, gera metodologias diferenciadas. O MST inspirado no Marxismo-Leninismo propugna por transformações radicais, ainda na perspectiva do que GRAMSCI chama de "Guerra de movimento". Já a CPT seguidora da Teologia da Libertação que se inspira na concepção Gramsciana de "Guerra de posição" embora reelaborada à luz dos textos evangélicos, prima pela reelaboração da visão de mundo dos

⁵¹ Trata-se do acampamento realizado na SUDENE em 1993 quando os trabalhadores reivindicavam providências desse órgão no sentido de ampliar as frentes de trabalho por ocasião da seca.

trabalhadores valorizando os elementos da cultura, especialmente a sua religiosidade.⁵²

O importante nessa relação, ainda no campo “do nós”, é que os trabalhadores, ao sair dos limites do seu cotidiano, ampliam e reelaboram seus conhecimentos e, ao mesmo tempo, ampliam também suas aspirações descobrindo novos horizontes. Vão se apropriando do espaço no território comum de luta que se diversifica conforme o lugar e os sujeitos. Olhando de uma forma otimista, eu não me arriscaria a falar de uma pré-cidadania ou não-cidadania camponesa tendo o exemplo da trajetória desses sujeitos. Na medida em que tomam consciência dos seus direitos e lutam por esses, eu acredito que nas condições dadas, estão no campo de construção da cidadania ativa.

Conversei com Goveia, assessora da CPT - Sertão e procurei saber como tem sido a articulação desse movimento dos trabalhadores rurais no Sertão Paraibano com outros setores da sociedade civil organizada e especialmente a relação com o MST. Vejamos um fragmento do seu depoimento:

“Primeiramente a gente aqui não chama movimento. Aqui a nossa denominação é “luta pela terra” porque “movimento” é usado pelo MST. Se você lá fala movimento isso reflete a questão do MST. Agora em alguns momentos nós estivemos juntos. Quando a CPT é convidada, ela participa (...). O MST, ele tem uma relação muito estreita com a cidade e por isso puxam apoio da cidade por causa dessa relação. Levam o pessoal da periferia para ocupar as áreas. Eles têm uma relação diferente da nossa, têm uma relação com as ONGs abre uma discussão maior. Aqui no Sertão nós temos, participamos da Articulação Semi-árido⁵³, que abrange desde a Universidade, a EMATER, e vai por aí. Outra, o MST lida com assalariado no litoral - o assalariado da Cana. São outras relações de trabalho, nós lidamos aqui com o trabalhador que está acostumado com as relações de produção familiar. A gente tem se articulado com o movimento estudantil, movimento dos professores (...). Isso foi mais forte em 91 e 92 quando a gente convidou. Outro momento dessa relação com outras categorias foi

⁵² Sobre a metodologia da CPT remeto o leitor a obra “Teologia da Libertação” de Gustavo Gutierrez e Marxismo e Teologia da Libertação de Michael Lowy.

⁵³ A Articulação do Semi-Árido é uma reunião de entidades que discute soluções alternativas para a região.

quando tentamos articular aqui um fórum permanente de discussão da problemática da terra no Semi-árido era com Marilene Vilgoivino e Mariana Moreira [Professoras da UFPb]. Era com a gente, a Universidade, os Sindicatos (...) mas não deu certo (...)" (Sra. M. S. Goveia), 1995).

Embora ainda limitado o espaço de articulação com outros setores da sociedade civil organizada devido à distância de centros maiores, o depoimento acima aponta para a preocupação da CPT em socializar a sua experiência e contribuir numa discussão mais ampla das questões que afetam os trabalhadores no Semi-árido. Chamo a atenção para a diferença apontada por ela entre os encaminhamentos da CPT e os do MST pontuando alguns aspectos que, a meu ver, são positivos para a consolidação da luta dos trabalhadores como essa relação com as ONGs como assinalado no trecho acima. Porém, o que chamo a atenção é para o fato de que essa luta não é uma manifestação isolada, mas configura-se num movimento que vem se consolidando apesar das dificuldades acima apontadas. Aqui a relação "entre nós" com outros movimentos, fora das lutas pela terra e na terra, enfrenta ainda limites que não foram superados.

6. *"O trabalhador do campo tem consciência do que quer e ele tem gente prá apoiar ele na luta."*: *"Nós e os outros"*.

7. Os representantes político-partidários.

Há, entre os trabalhadores, um desencanto em relação aos políticos⁵⁴, geralmente esses personagens não são bem vistos pelos trabalhadores. Na avaliação que fazem de seu desempenho estes aparecem como enganadores, desonestos, oportunistas, descomprometidos com as questões sociais. Enfim são pessoas desacreditadas, salvo raros casos. Desenham esse perfil analisando a

⁵⁴ Político na fala do trabalhador refere-se ao representante político-partidário investido em cargos nas diversas instâncias: Municipal, Estadual e Federal.

história do descomprometimento dos representantes políticos para com os interesses da classe trabalhadora que, sendo maioria, legitima-os no poder.

Ao avaliar o desempenho dos políticos, quase sempre avaliam também o comportamento do trabalhador no seu desempenho como eleitor quando se “equivocam” nas escolhas. Se isso ocorre, na sua percepção, é porque lhe falta consciência política. Vejamos na fala dos trabalhadores como essas questões aparecem:

“Graças a Deus, em nossas comunidades político não é bem acreditado porque o interesse deles a gente já sabe, é crescer e se tornar pessoa importante. Agora na comunidade organizada, eu num digo todos, ainda tem gente que vota no PMDB e no PFL. Mas o mais importante é que a comunidade tem que ter o seu candidato que seja do lado do trabalhador (...). Político é como pescador que joga a isca pro peixe se engasgar e ele puxa pra fora. Os políticos são assim, ele chega e dá uma camisa mas já tá exergano quatro ou cinco voto (...). A gente já tem essa discussão, tem que tá unido. Quando se vai resolver um problema com o prefeito e tem que ir, nós vamo o grupo, uma comissão, num vamo pedir, vamos cobrar a obrigação dele”. (Sr. Zé Lisboa, 1995)

“Pescar” o voto do eleitor parece já fazer parte de nossa cultura. Porém, a compreensão dessa estratégia pelo eleitor é exigência para que se possa exigir um comportamento ético de seus representantes. O fato de reconhecerem o prefeito como um administrador dos bens públicos e que tem obrigação de prestar serviço, indica uma leitura crítica das relações na esfera política. Ao fazer isso o trabalhador está exercendo a cidadania ativa. Pois já não se coloca na posição de mero expectador esperando, dos representantes político-partidários favores como se o cargo que ocupam, na prefeitura ou em outras instâncias, desse-lhes o direito de propriedade sobre os bens públicos e que representam a riqueza socialmente produzida.

Para isso, o processo de luta coletiva tem proporcionado momentos de verdadeira educação política, nos limites das condições que estes dispõem. Ao analisarem as dimensões das relações de dominação e de exploração

reconhecem o lugar do trabalhador nesse processo como sujeito histórico, e se posicionam tanto sobre o desempenho dos seus representantes político-partidários, como em relação ao seu próprio desempenho na escolha destes. O exemplo tomado por Lisboa comparando o político ao pescador indica ao meu ver o desenvolvimento da consciência crítica que lhes permite decifrar os interesses, muitas vezes velados, nas atitudes de certos políticos. Esse trabalhador chama a atenção para algumas das estratégias de defesa: a discussão e a união dos trabalhadores ou seja, refletir sobre o exercício da cidadania política e a reunião de forças da maioria (os trabalhadores) frente a uma minoria (os políticos).

Aqui acredito poder afirmar a presença da consciência política olhando a tipologia de SANDOVAL (1994, p. 71-72) na sua dimensão revolucionária que "acreditando na reorganização do poder através de ações coletivas de classes tem no componente solidariedade um dos traços fortes na luta por direitos".

Transcrevo a seguir, trechos de uma discussão realizada com um pequeno grupo no qual teve destaque a questão das relações com os políticos.

Antônio da Viúva:

"O prefeito só faz dá esmola. Nós dizemo assim mas tá errado. Tudo que o prefeito faz, que traz, ele num ta fazeno favor, tá fazeno é mais que a obrigação dele (...) A gente tem o nosso direito, nós pagamo né? Só que infelizmente, a maioria ainda pensa que fica deveno favor prá ele. Na realidade, ele é quem deve pra gente. Foi a gente que deu o emprego pra ele por quatro ano e deu a ele a confiança de administrar o dinheiro prá atender a saúde, a educação, o lazer, a agricultura (...) tudo que precisa. Na hora que ele manda um carro levar um doente, ele já diz que tamo deveno favor. A esmola que digo é nesse sentido, mas errado né?"

Adriano:

"É, errado porque o dinheiro já é nosso".

Roseno:

"Nesse ponto, ele tem é de pagar o que ta deveno a nós".

Vicente:

"É, e quando ele fizer uma obra na comunidade, e só um pouquim disso".

Antônio Francisco Barbosa:

"Mas infelizmente ainda tem trabaiador que ainda se engana, pode acreditar. Pruquê eles (os políticos) parece que tem foia verde. Quando chega faz reunião e tem gente que fica muito envolvido (...). Fica, ainda fica, num tem jeito. O político joga foia verde na cara do caba e ele fica bestano (...). É memo assim".

Vanilson (Nenem):

"Aí falta consciencia né?".

Vicente:

"Eu acho que já mudou um pouquim. A gente tem consciença no trabalho, agora essa consciença ai já e a consciença política (...) com os político é preciso muita consciença, precisa sem bem honesto (...) muitos corrompe memo. É preciso ter fé em Deus e corage né?".

Zé Cabral:

"É, agora já tem muitos trabaiador que tem uma consciencia política, ele já vota naquelas pessoas que a gente confia né? Agora no dia que votar num trabaiador, naquele que sabe da luta do trabalhador (...). A gente aqui vai lutando, vai preparando essa consciencia do trabaiador sobre o que é um trabaiador (...). Tem consciência política um trabaiador que vota num latifundiário?".

Nino:

"Eu tô achano interessante porque cada um joga sua proposta pra gente (...) agora é uma coisa muito dificil da gente entender porque o trabaiador (...) sempre os politico quando querem iludir o trabalhador, ele espera que a gente teja com necessidade qué pra levar o pratim cheio. Aí então, o pobre tá la sempre sofrido, a situação dele é aceitar a proposta. Então ele quebra a consciença política dele, porque ele quer encher a barriga (...). Quer dizer mesmo que quem num tem dinheiro é toda vida sem essa consciença (...) a gente tem a consciença no trabalho mas pro politico fica dificil".

A. da Viúva:

"Precisa ter essa consciença. A consciença política é esclarecimento, saber aquilo que quer, o que vai fazer. Agora eu digo que muitos camponês num tem essa consciença política por varias coisas: Primeira coisa: num tem na cabeça dele o que é realmente um traiaio político. Num tem conhecimento o que é os

projetos governamentais. Então fica muito difícil nós trabalhador saber (...) é como já falei (...) o que tamo fazeno é o trabalhador desempenhando o seu papel. Agora fica impedido de sua consciênça politica porque a image, o que ele vê (...) botam uma lente na frente dele, os político bota essa lente na frente e você num vê o que realmente tá aí por trás. E você num sabeno, você fica inconsciente”.

Vicente:

“Ele fica pru fora, num conhece”

A. da Viúva:

“Aí é quando eu digo que fica alienado ...”.

A riqueza do diálogo desses trabalhadores informa como se processa na luta coletiva o aprendizado desses sujeitos desvendando a realidade, analisando as contradições, reconhecendo, no espaço público, a estreiteza dos seus representantes, as táticas utilizadas para manipular a sua vontade, as suas escolhas. Reconhecem a noção de direito social quando se recusam a aceitar como esmola, a prestação de serviços públicos à comunidade. Reconhecem quando são enganados (*quando jogam foia verde* = conversa) e lamentam que isso ainda ocorra. Às vezes, parecem confundir compromisso com consciência (consciênça no trabalho), porém parecem *falar de consciência como domínio de um saber fazer*, e como conhecimento no sentido de *esclarecimento sobre*. Estou entendendo que falam de consciência quando *detêm informação para a ação*; “saber aquilo que quer, o que vai fazer”. Isso é ter consciência. Reconhecem que para o exercício da consciência política no que se refere aos governantes precisam informações sobre as ações governamentais, os projetos e que os políticos criam mecanismos para que o trabalhador não tenha essas informações necessárias ao seu desempenho como eleitor consciente. A imagem, o que vem, parece ser distorcida porque o político “bota uma lente na frente”. Ou seja o trabalhador, dessa forma, deve ver apenas o que interessa aos políticos que ele veja.

Dessa forma, decifrar o que “está por trás” exige, a meu ver, um esforço no sentido de desmistificar a imagem daquilo que o trabalhador precisa conhecer para que possa conscientemente se expressar no cenário político. Fazendo

escolhas, intervindo, exercendo direitos e deveres. Porém no que se refere à escolha dos seus representantes, um fator levantado por Nino é fundamental. No momento da carência quase absoluta do trabalhador, é fácil a manipulação política porque a necessidade fala mais alto, o “trabalhador quer encher a barriga” como já assinalado.

A análise que Nino faz remete a questões estruturais, diz respeito à distribuição da riqueza que na nossa sociedade ocorre de forma desigual e injusta. Essa passa a ser a primeira questão a ser, no meu entender, resolvida. O trabalhador precisa ter as suas necessidades básicas satisfeitas para poder ser *livre*, para escolher. Quando ele diz *quebra a consciência*, acredito que não está falando de ausência de consciência política, de convicção na sua escolha. O trabalhador, não tem opção, e ao receber benesses de políticos inescrupulosos, honestamente cumpre o que promete, oferece-lhe o voto que, literalmente foi comprado.

Em alguns momentos tudo se resume no Estado. Ele é a síntese das vontades dos “outros”, embora em algum momento ampliem essa noção incluindo-se também na composição do Estado ainda que embora separados pelo conflito de interesses.

“Quem é contra mesmo o trabalhador é o Estado que o Estado é os próprios políticos. Quando ele desapropria terra pra fazer açude, ele podia demarcar logo a terra e botar os trabalhador, as família sem terra. Mas o que ele faz? Desapropria a terra e deixa lá os grande se beneficiam como se fosse ainda dono. Fica o latifundiário na terra desapropriada - terra pública. E mais ainda; os pobre trabalhando pra ele pra poder ganhar o pão. E é pagano renda pra esses grandão (...) Aí e que começa essa luta do trabalhador puquê isso tem que mudar”. (Sr. Arcanjo Gabriel, 1995).

Arcanjo, nesse depoimento aponta a conivência dos governantes com a apropriação de bens públicos por particulares. Aponta, portanto o caráter de classe do Estado quando denuncia a injustiça praticada contra o trabalhador que, por necessitar da terra para sobreviver, submete-se ao pagamento de renda

mesmo em terras já desapropriadas. Ainda o trabalhador questiona o uso da terra, denuncia a ingerência do poder econômico sobre as coisas do Estado, reivindica o direito de acesso do trabalhador a essas terras e, ao mesmo tempo anuncia, uma perspectiva de mudança desse estado de coisas acreditando que na luta é possível reconstruir uma nova *praxis*.

Quando realizava a pesquisa, em 95, uma das questões que estavam na pauta das discussões era a transposição das águas do Rio São Francisco. Em um desses momentos, registrei esse depoimento:

“Essa história da transposição das águas do São Francisco não é pra beneficiar trabalhador. Num é pra interesse do pequeno; se fosse até valia a pena. Mas a gente sabe que é sempre assim, os político, eles já caíro em cima pra fazer irrigação pra fazer exportação dos produto. Tem lá um cara em Pombal (...) que já tá morreno, tá no fim da vida e continua comprano terra nas aras que vai passar as agua do Rio (...) Ele compra pedaço de terra de todo mundo. Num vai ficar um pequeno, você vai ver. E tá tudo no acordo praquê o Estado é do lado deles, é dos grande mermo”.

(Sr. Antonio da Viúva, 1995)

Da mesma forma como analisou Arcanjo no trecho de seu depoimento, seu Antonio vê o Estado como defensor dos interesses da elite, defendendo interesses de classe. Não parece novidade, os trabalhadores sempre souberam que uma minoria, historicamente, usufrui dos bens que, por direito é da sociedade, é comum e que acabam destinados aos “amigos do rei”. O que me parece “novo” e não tão novo, mas que nesse contexto pode assim ser considerado, é que isso já não lhes parece natural. O trabalhador questiona, coloca-se. Analisa a sua posição correlação de forças e aponta os descaminhos da administração pública. Já não se põe diante dos fatos numa postura de passividade. Esse novo jeito de encarar as coisas, a meu ver, aponta os caminhos pelos quais se vai construindo a democracia em nossa sociedade, condição primeira para que se possa exercer a cidadania.

Vale a pena trazer para essa reflexão a seguinte avaliação que seu Antônio da Viúva faz das medidas emergenciais por ocasião das grandes estiagens:

“Nós fomo e fizemo um acampamento na SUDENE no Recife. Nós fomo fazer um trato pra liberação de recursos. Lá os vereador que tava fazeno parte daqui de Triunfo, não aceitou que nós chegasse nem lá. Num aceitou que nos tomasse conhecimento. Eles fazia o alistamento aqui era através de voto. Eles tirava você, bastavam um fuchico (...) e botava outro. É imoral, e o que acho mais triste é que quando falta a chuva no Sertão e que até *o nosso nome muda, nós somo afragelado*. Antes e depois da seca, em vespa da eleição nos somo *trabaiador e eleitor*. Na seca nós somo *afragelado*. Somo usado pelos políticos pra conseguir verba”. (Sr. Antônio da Viúva, 1995)

É interessante notar em primeiro lugar nesse depoimento, o fechamento do espaço aos trabalhadores na reivindicação de recursos para o atendimento a população atingida pela seca. Quem melhor do que o trabalhador para falar de suas necessidades? Como falava seu Antônio em um dos depoimentos anteriores, o trabalhador precisa conhecer as políticas governamentais, para poder se posicionar. Sem essas informações ele certamente vai precisar sempre do mediador que lhe informe e que, como já foi assinalado, não tem interesse em informar a “verdade”. Aponta a discriminação na hora do alistamento para receber o benefício da emergência quando se sabe que é quase impossível selecionar entre os trabalhadores, nesses momentos, qual é o mais necessitado. Além disso, ele faz uma violenta crítica à “indústria da seca”, quando o trabalhador é usado pelos políticos para conseguirem verbas. Inclusive criticando a adjetivação “flagelados”, uma expressão que, geralmente causa impacto sensibilizando a sociedade. É uma leitura da realidade, que talvez muitos que passaram pela academia jamais tenha feito.

Seu Antônio é um daqueles muitos brasileiros que se poderia dizer que é um analfabeto funcional. Ele mesmo diz que é analfabeto. Lê muito pouco e quase não escreve (ainda). No entanto conforme a concepção freireana, pode-se dizer que politicamente não é analfabeto. Tem consciência crítica da realidade porque, como vimos, já não se coloca diante dela ingenuamente. Apresenta como

afirma Gramsci (1991, p. 21) "... uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítico, mesmo dentro de limites ainda restritos".

Enfim o que é mesmo o Estado para esses trabalhadores? São aqueles a quem se delega poderes a nível da esfera pública, o Estado se resume aí? Vejamos mais um momento do diálogo desses sujeitos quando falavam sobre suas dificuldades desde o momento de luta pela terra:

Adriano:

"Ali naquela luta, o Estado ficou do lado do grileiro praquê o Estado ele e contra (...)

Ivanilson (Nenem)

"Mas num era tudo, tem político que defende o trabalhador e aí?".

Vicente:

"Eu acho que o Estado samos todos nós por que sem nós nem tinha governador e nem (...). Quem faz o Estado? É assim como a Igreja, não são só as parede, samos nós; assim é o Estado".

"É o mesmo Estado, samos todos nós aí ele se divide assim, por que nos fizemo isso mesmo. Nos botamos eles (...): o prefeito, o governador, os deputado federal e estadual, os vereador (...). Os grileiros da gente são esses".

Geraldo:

"Eu queria dizer que o pessoal que tava lá no conflito os do INTERPA ai na questão do Estado era contra. Eles representa o Estado na posição de órgão do Governo. Ele era quem demarcava a terra e o pessoal usava essa linguagem: o Estado era contra".

Antonio de Chico:

"(...) o Estado samos todo nós são eles e samo nós. Mas a gente é Estado como se diz: sem forças (...)".

Antonio da Viúva:

"O que eu entendo por Estado samos nós, todos nós. Agora sendo assim, eu num considero que o Estado é contra nossa luta. Quem foi contra foi os poder: Executivo, Legislativo e Judiciário".

Nenem:

"E bom não esquecer que esse poderes faz parte do Estado".

O que me chama a atenção é que nesses momentos de discussão, os trabalhadores no diálogo vão trabalhando as noções que aparecem no seu discurso e vão reelaborando a sua compreensão sobre elas. Por exemplo: quando desabafam denunciando o descompromisso dos governantes para com o trabalhador, os políticos e latifundiários ou grileiros, assim como os seus assessores sintetizam aí o Estado. Porém, refletindo conjuntamente, eles ampliam essa noção e se incluem embora fazendo ressalvas. Poder-se-ia dizer que, embora essa minha leitura possa ser bastante simplificada, aqui aparece a noção de Estado ampliado de Gramsci: “Sociedade civil + Sociedade política”.

Porém, o que me interessa chamar a atenção é para o aprendizado desses sujeitos, nesses espaços que, para mim, inegavelmente representam momentos de construção da cidadania.

8. Relações com o Sindicato Rural

As Lideranças Sindicais também podem estar incluídas entre “os outros”. Em Três Irmãos essas relações não são muito diferentes daquelas que têm lugar com os representantes político-partidários. Embora compreendam a importância dessa entidade de classe, não deixam de manifestar sua preocupação com o comodismo das “lideranças”. Em Triunfo, o Sindicato Rural, surge em 1971 e é reconhecido em 1975⁵⁵ em pleno regime autoritário e, pelos depoimentos, parece que não tem havido muito progresso, apesar do desenvolvimento do chamado “novo Sindicalismo”. Os trabalhadores reclamam do “atrelamento” deste ao “Sistema” (Sindicalismo de resultado), como veremos.

“O Sindicato aqui é uma questão muito séria... tem, as vez, situação muito crítica porque o presidente do Sindicato é atrelado. Por isso existe, por parte da comunidade organizada, a não credibilidade no Sindicato. ... O presidente quase sempre é vereador e é subordinado ao prefeito que paga energia e dá carro

⁵⁵ Informação obtida através de entrevista a mim concedida pelo Senhor Cícero Francisco, um dos fundadores do Sindicato em Triunfo e que também foi chefe político no Município por 23 anos.

prá fazer comida ... É um tipo de assistencialismo ... Até se pensa outro tipo de organização que são as Associações que já tão surgindo por todo canto ... É prá também exigir do Sindicato porque as vez o trabalhador vai cheio de razão ... e o Sindicato vai é beneficiar o patrão, o patrão, entra sua boiada numa roça aí o patrão diz: eu dou a semente prá plantar. Mas num é isso que nós queremos. Já prá fazer uma manifestação o presidente num quer por que fica do lado do prefeito e num quer cair. Então o que a gente quer é ir de vagazim e eleger outra diretoria que seja dos trabalhador para trabalhador porque Sindicato pelego é atrasado e nós num temo gente lá nossa num vamo ter conhecimento de nada. Nós vamo continuar combativo". (Sr. Zé Lisboa).

A experiência desses trabalhadores na Associação e a sua convivência no movimento, em articulação com as demais comunidades organizadas, os momentos de reflexão crítica oferecidos nos encontros, reuniões e nos "cursos de formação" promovidos pela CPT, foram permitindo aos trabalhadores fazerem outra leitura da entidade sindical. É somente a partir daí, que percebem a inoperância do sindicato na defesa dos seus interesses. Note-se que seu Lisboa frisa que "por parte das comunidades organizadas existe a não credibilidade no Sindicato". Ou seja, o Sindicato perde a representatividade por não defender os interesses do trabalhador, mas não somente isso, mas por se portar ainda numa postura assistencialista. Estão agora, exigindo um sindicato combativo, que quebre os laços de dependência com a institucionalidade estatal. Como ele diz "Sindicato pelego é atrasado". Para mudar, a saída, segundo ele, é substituir os dirigentes. Ter "gente lá nossa". Significa dizer que é preciso que o Sindicato represente de fato a categoria.

Outro ponto interessante e que é indicador da defasagem da organização sindical do ponto de vista do trabalhador, é o surgimento de organizações paralelas – as associações – que com outra dinâmica e com outro discurso, volta-se totalmente para as questões da vida dos trabalhadores e os coloca frente as contradições, encorajando-os no enfrentamento destas, na perspectiva de se criar uma certa "autonomia" frente a essa "velha" instituição. Mas também frente a outras práticas que historicamente contribuíram para excluir o trabalhador do

processo participativo, fechando os espaços de comunicabilidade no campo político. Então, ir de “vagazim” como promete Lisboa, é ir construindo uma nova ética na prática do Sindicato. Uma pedagogia que na luta, os próprios trabalhadores vão inventando, aplicando os conhecimentos adquiridos na luta coletiva.

Aproveitando a avaliação que Lisboa fez do Sindicato e as suas preocupações e, ainda as referências “negativas” à prática do Sindicato que aparecia no discurso dos demais trabalhadores, convidei-os a conversar sobre essa questão. Até porque, em alguns momentos parecia que, para eles, essa nova organização surgia em substituição ao Sindicato. Acompanhemos um dos momentos dessa discussão:

Antônio da Viúva:

“As vez a Associação faz o papel do Sindicato, mas nem era pra fazer. Ela pode e cuida dos direitos do trabaiaador que era pro Sindicato fazer (...). É porque o trabaiaador ele pensa que o Sindicato tem o direito de dá remédio, dentista (...). Isso num é do Sindicato...”

Ivanilson (Nenem):

“É Antoin tá certo, eu mesmo levei já seis trabalhadores pra lutar pelos direitos trabalhistas e isso era o Sindicato que devia fazer (...). Num é criar outro Sindicato, é que precisa melhorar esse que tem. Olhe, já dois anos e esse presidente num fez nada”.

Antônio da Viúva:

“O que nós estranha é quando outra pessoa que num é trabaiaador rural é presidente do Sindicato Rural. Pruquê eu acho que é assim: Se ele é professor é pra ser presidente do Sindicato dos Professor, um exemplo. Agora ele é vereador, ele deve exercer é a função de vereador. Ele vereador e já a segunda seguida vez é presidente do Sindicato (...)”.

Nenem:

“Mas Antoin, tem que ver qual é o Sindicato, tem Sindicato por aí que é pau de dar em doído mesmo, e vai na frente! “

Nino:

“Mas Antonio fala do Sindicato de Triunfo que num é assim”.

Antônio da Viúva:

"Porque a Associação, la num cuida de direito trabalhista. Agora ela prega os direitos do trabaiador. Até contraria praquê tem trabaiador que pensa que o Sindicato tem é o direito de dar remédio (...). Num momento que houve uma seca, num ia vereador la falar com o prefeito, ia eu com os trabaiador la pressionar. O presidente é vereador (...). É minha categoria e eu tenho é que lutar por ela".

Roseno:

"Antoin já deu muitas marteladas...".

Esse é um pouco do olhar desses trabalhadores para o seu Sindicato, poderia trazer vários outros momentos. Porém, entendo que os depoimentos acima já nos traz uma idéia da leitura que estão fazendo dos seus representantes nos órgãos de classe. A minha expectativa sobre a possível compreensão deles, da Associação como substituto do Sindicato, ficou esclarecida. Na verdade, em relação ao Sindicato, a Associação funciona no papel de educadora dos trabalhadores no sentido de ajudá-los a reconhecer e exigir os seus direitos. Questionar o Sindicato e cobrar desse o seu verdadeiro desempenho é revelador de que esses trabalhadores, no terreno concreto de sua historicidade, colocam-se como atores ativos construindo-se como cidadãos, porque enfrentando conscientemente e decifrando as tramas engendradas no interior das velhas instituições criadas à Serviço do Estado. Ou como diria ALTHUSSER, nos "aparelhos ideológicos do Estado". Sendo assim, o espaço criado na Associação soma-se a outros já existentes contribuindo para melhorá-los como ensina Nênem no diálogo acima.

Arrisco-me a afirmar que essa nova forma de portar-se diante da realidade anunciada no discurso desses sujeitos, partindo da realidade próxima e ao mesmo tempo repensando valores no campo sócio-político e ético, aponta possibilidades de superação do imediatismo. Começa a sair da estrita luta na esfera de carências materiais para intervirem, conscientemente, no processo de construção da sociedade. Ainda excluído do acesso a bens e serviços a que todos os indivíduos e grupos têm direito, conforme estatuído nos dispositivos

legais, esse trabalhador reconhece direitos, questiona as formas de exclusão, e luta pela efetivação desses direitos.

Enfim, os fragmentos que trago do discurso desses trabalhadores para reflexão nesse texto, revelam a riqueza do aprendizado político que o “viver” na luta coletiva tem lhes proporcionado. Seja analisando os problemas imediatos na esfera da sobrevivência, seja analisando a sua relação com os sindicatos e os partidos políticos, esses sujeitos estão contribuindo para a democratização dessas instâncias representativas. Em síntese, modificando-as através da sua participação política da forma que lhes permitem as suas reais condições – limites e possibilidades reais. Como escreveu WERFORT (1989, p. 102) “(...) a democratização tem sentido político de participação do cidadão na vida pública”. Entendo que, em Três Irmãos, o exercício da cidadania na sua dimensão política já não se limita ao simples ato de votar, mas essa compreensão está sendo reelaborada com a expressão desses sujeitos na arena política. Seu Antonio da Viúva fazendo uma avaliação do seu aprendizado na luta dizia:

“Eu era um burro, num sabia nem onde era a Igreja. Depois eu comecei nessa luta, participando do movimento. Eu aqui iniciei uma coisa que eu nem sabia que era lutar pela terra (...). Se eu tivesse iniciado minha vida por um Colegio ou pela Igreja, eu tinha chegado na luta sabendo alguma coisa (...) sabia o que era, mas eu cheguei pelas gaias (galhos) pru cima eu num sabia nada”. (Sr. Antonio da Viúva, 1995).

Seu Antonio testemunha o caráter educativo do movimento para além do enfrentamento e resolução de carências na esfera da produção da existência material, mas na construção da sua emancipação, à medida que toma consciência da sua participação na “criação do mundo” como sujeito da sua própria história. Como escreveu GOHN (1992, p. 50) “Nos movimentos sociais a educação é auto-construída, no processo e o educativo surge de diferentes pontos...”. E mais adiante continua:

“Não se trata dum processo apenas de aprendizagem individual, que resulta num processo de politização dos participantes. Esta é uma das faces mais visíveis. Trata-se do desenvolvimento da

consciência individual. Entretanto os resultados mais importantes é no plano coletivo” (Gohn, 1992, p. 52).

O ambiente participativo que estou chamando de “espaço gerado pela luta coletiva” é o lugar no qual o trabalhador desvela o mundo, rasgando os véus que embaçam a sua visão e passando, como já frisei, a “olhar vendo, enxergando!”, “Construindo-se na praxis” como diz FREIRE (1993, p. 97).

Acredito que os “temores” que Goveia (Assessora da CPT) dizia ter numa de suas declarações, no que se refere à relação desses trabalhadores com o Estado, podem ser atenuados. *Não podemos evitar as tramas do jogo político.* O fato de conhecer tais tramas, acredito, não é suficiente para se construir a curto prazo um comportamento ético na política. Porém, para esses trabalhadores, as promessas dos políticos já não se constituem verdades acabadas. Conhecem os interesses velados nessas promessas e já não esperam que, por boa vontade, alguns “bons samaritanos” venham em seu favor. Sabem que para terem as suas demandas atendidas, precisam ir à luta.

As afirmações que faço acima estão presentes, também em alguns depoimentos dos próprios trabalhadores tomando como exemplo, a questão da Reforma Agrária:

“Olhe, nós sabemos que o presidente veio ao Ceará e falou sobre a reforma agrária e tal. Só que nós sabemos que por trás tem os grandes interesses de Deputados, de Senadores ...⁵⁶ Agora nós já temo nossa experiência. Nós entendemo que a reforma agrária nesse país só sai na marra, por nós memmos, os trabalhadores, entendeu? Se os grupos organizado num enfrentar, num sai reforma agrária (...). O governo fica só prometendo as vez tira assim um pedacim e fica 70 ou 80% de família sem terra (...). Aqui foi assim, eu mesmo fui um que fui lá com os trabalhador falar diretamente com o governador. Lá tava prefeito, tava a comiola toda (...). Se num for assim ...! É desse jeito”. (Zé Lisboa, 1995).

⁵⁶ Em 1996 por ocasião da campanha para as Eleições Municipais, presenciei uma das reuniões dos trabalhadores por ocasião das discussões do Fórum de Debates, um dos momentos em que a comunidade discutia com os candidatos dos vários partidos sobre os serviços dos quais a comunidade necessitava e como entendem a Administração Municipal.

Ainda nessa mesma linha de reflexão outro trabalhador analisava essa questão:

“A gente viu que o Presidente da República dizia que se eleito fosse, ele daria ... ia colocar mil familia por ano assentado no campo. Já reduziu, agora é duzentas famílias. Há diferenças num há? Também se for aquelas que tão lá esperano tudo de boca aberta acreditano nisso. (...). O trabalhador do campo tem consciença do que quer e ele tem gente pra apoiar ele na luta”. (...). O trabalhador já começa a discutir quem é quem no poder, quais são os vereadores em quem o trabalhador do campo deve votar: PT, PFL, PRN? Em quem? Mas isso é um processo muito lento. Precisa ir pouco a pouco (...) palestras, encontros, reuniões (...) aprender a debater (...). Aqui já se chamo o prefeito Municipal pra reivindicar energia que num tem, com todo mundo. Homes, muler, crianças (...). Buscar também deputado que foro eleito pra debater (...). Já vejo aí a diferença (...)”. (Sr. Arcanjo, 1995).

É nesses momentos que os trabalhadores vão identificando os interesses e comprando-os àqueles dos programas dos partidos. Não aprende logo num primeiro momento, como assinala Arcanjo, “é um processo lento”. O importante é que existem esses momentos de reflexão nos quais discutem-se e amadurecem aqueles pontos que lhes interessam diretamente serem esclarecidos. Ainda nesse depoimento, pode-se notar a articulação com representantes do poder constituído, para no diálogo, reivindicarem serviços à comunidade. Ele vê nessa postura uma diferença que entendo se opõe à posturas de passividade. Procuram, portanto, aproximar os políticos das práticas do seu cotidiano. Pois como assinala JELIN,

“Os partidos e os políticos são vistos como intrinsecamente mais distantes das práticas cotidianas dos setores populares, que dividem em lugar de unir, que não dizem a verdade e que se orientam pelos interesses (pessoais ainda que corruptos), dessa categoria nada prestigiada: os políticos”. (Jelím, 1994, p. 51).

É nesse sentido que afirmo que a luta coletiva se constitui um espaço de educação política. Não somente os sujeitos dessa luta estão sendo reeducados, mas contribuem para a reeducação de seus representantes. Ao convidá-los para a discussão sobre suas demandas, estão estendendo esse aprendizado a outras instâncias fora dos limites do grupo.

Nessa trajetória os trabalhadores descobrem a importância da participação e compreendem a importância do diálogo na decisão de suas escolhas, descobrem também, que no processo de exclusão dominante, é-lhes negado o direito de participar.

“Participar não é só ir num lugar e num falar... A gente, você vê (...) num tem direito de participar de nenhum programa de governo. Num tem como participar (...). É sempre a mesma coisa, um seminário programado pelos poder público (...) o trabalhador num tem direito de falar, é só eles”. (Sr. Antonio da Viúva, 1995).

Muitas vezes, em nome do “planejamento participativo” os trabalhadores são chamados a participar das discussões pelos gerenciadores de programas e projetos. Na verdade, marcam presença, não participam verdadeiramente. Fala-se e decide-se em nome do trabalhador quando muitas vezes ele nem sabe o que aconteceu nesses colóquios. Esse trabalhador ao apontar esse exemplo ensinamos qual é a sua concepção de participação – falar, opinar, expor o seu ponto de vista. Ações que o põem no centro do processo de decisão porque ninguém mais que o próprio trabalhador sabe quais são suas necessidades. Só participando efetivamente é possível sair do anonimato para se fazer presente nas várias esferas da vida social entendendo a realidade para enfim se colocar opinando conscientemente. Como disse seu José Cabral: “Quem não entende o que diz, não sabe contar o que sabe”. O conhecimento é fundamental para que se possa atuar ativamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A construção da cidadania é um caminhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao optar por apresentar algumas considerações finais e não conclusões, expresso a maneira como vejo e sinto este trabalho. Não me proponho a apresentar conclusão, por compreender que, no que diz respeito à produção acadêmica, oferecem-se elementos para a construção do conhecimento que se dá ao longo da história de forma inconclusa

Uma das singularidades da análise que apresento neste texto é a perspectiva de construção. Na leitura da dinâmica de um grupo social, na luta pela compreensão do homem, no seu fazer-se senhor de seus atos construindo-se nas relações com os outros homens e com a natureza, reconheço os limites que a complexidade dos fenômenos observados impõem a qualquer conclusão.

As páginas deste texto, portanto, apresentaram uma leitura possível da realidade que é a comunidade de Três Irmãos. Para essa minha leitura convergiram as contribuições de outras, em especial e de forma preponderante a leitura dos trabalhadores rurais.

Essa leitura foi feita numa região do espaço-tempo da sociedade brasileira contemporânea e não tenho motivos para assegurar que eu mesma a faria da mesma forma em outra região daquele espaço-tempo.

Quando faço essas reflexões, estou atenta também para o fator *subjetividade* que inegavelmente abre as portas para uma interpretação do real prenhe de pré-noções, concepções e visões de mundo. Também por essa razão digo que, de uma realidade, objeto de estudo, apenas pinçamos, aqui e ali, aspectos que nos parecem significativos. No caso de Três Irmãos, procurei buscar esses elementos na luta coletiva dos sujeitos num momento, sem pretender esgotar os múltiplos aspectos dessa luta coletiva.

Conforme relatado nas páginas anteriores, a luta pela Terra em Três Irmãos assume diferentes configurações, segundo a conjuntura e em cada um desses momentos as formas de manifestação dos trabalhadores foram também diferenciadas.

Assim, até 1989, quando explode o processo de luta coletiva pela conquista da terra, os trabalhadores guardavam sob o silêncio uma história de disputas pela terra que muitos ainda presenciaram. Eram disputas que envolviam os grileiros e os funcionários do Estado e que se deram nas décadas que se seguiram à construção do açude de Pilões em 1932.

Desse período os moradores mais antigos lembram a ambição dos grileiros ampliando seus domínios na bacia do açude público de Pilões, enquanto exploravam os trabalhadores apropriando-se do seu trabalho. Era uma época em que os protagonistas eram os grileiros e os trabalhadores submetidos as suas vontades mantinham-se como atentos observadores porém permaneciam num mundo no qual as relações se davam no terreno pessoal. O patrão, embora não fosse o proprietário daquelas terras, impunha obediência aos trabalhadores aparecendo como "senhores" destes. E ao trabalhador, restava-lhe apenas cumprir as ordens desses "senhores" como condição para o precário acesso à terra. Nesse cenário, os espaços de exercício da cidadania eram limitados pelas relações de dominação e pela ausência de organização dos trabalhadores. Faltava-lhes direção própria que lhes ajudasse a se libertarem da dominação e construir formas através das quais pudessem se assenhorar de suas "vidas" e se colocarem no espaço de disputas defendendo seus interesses.

Nos duros tempos da ditadura militar (1964-1984), quando o centro de decisões se desloca para o poder central, o poder local foi perdendo hegemonia e as relações pessoais foram sendo enfraquecidas, fragmentando-se. Ao mesmo tempo, a sociedade civil, apesar do crescimento da repressão, cresceu em organização combatendo-a, reivindicando e criando espaços de construção da democracia.

Nessa conjuntura, como assinalado no segundo capítulo, enquanto o capital se expandia no campo dismantelandando as formas de acesso do trabalhador à terra, seu principal meio de produção, o campesinato, como lembra MARTINS (1984), desenvolve formas de organização e resistência e se coloca no espaço público de disputas defendendo o seu espaço. Nos anos 70 e 80, lembrando Éder SADER (1988), "novos personagens entram em cena". As classes subalternas, no campo e na cidade, vão quebrando as correntes da opressão e

forçando o diálogo com aqueles que estão de plantão no poder. E ao fazerem isso, vão rasgando os véus que embaçavam a sua visão e compreendendo-se na caminhada rumo a uma sociedade democrática.

A Campanha Nacional pela Reforma Agrária levada a efeito pelos trabalhadores, na denominada Nova República, ajudou a disseminar em todos os recantos do país, o convite para a luta pela *terra de trabalho*. Na Paraíba, cresceram os conflitos de terra na década de 80, no litoral, e surge, no final da década, o movimento pela terra no Sertão.

No terceiro capítulo desse texto procurei mostrar como os trabalhadores, reconhecendo a exploração a que eram submetidos resolvem não mais pagar renda a grileiros e se organizam para conquistarem a terra da qual necessitam para viver. Para tomarem essa decisão, organizaram-se coletivamente e descobriram que, unidos na luta por interesses comuns, constituem-se uma força no enfrentamento com aqueles que eles mesmos chamaram os grileiros. Com aqueles que detêm o poder econômico, político e ideológico e vão fazendo-se ouvir, impondo-se como senhores de suas vidas na construção de sua história. No embate com grileiros, na negociação com o governador, nas discussões com os funcionários do governo e nas reuniões com seus mediadores, seus intelectuais orgânicos, vão aprendendo a construir-se como cidadãos.

Para isso, a luta organizada vai se constituindo um espaço pedagógico que se enriquece e se amplia à proporção que os trabalhadores, ao refletirem sobre sua realidade, vão se apropriando de outros saberes e reelaborando sua concepção de mundo. Aquilo que antes era contemplado, agora é examinado, enxergado e interpretado através do que Paulo FREIRE chama de leitura crítica do mundo, na esteira das concepções Gramscianas de construção da contra-hegemonia.

O que pude depreender do que observei é que a luta coletiva em Três Irmãos pela posse e permanência na terra está proporcionando aos seus sujeitos um voltar-se para si, ao refletirem sobre sua forma de sentir o mundo. E ao analisá-lo, colocando-se nele, compreendendo-se, criando um outro saber na troca que realizam com outros trabalhadores, com seus intelectuais orgânicos

mas também com seus opositores que, segundo eles, procuram impedir que *conheçam*, dificultando a participação.

As considerações sobre essas observações estão amparadas nas reflexões de GRAMSCI sobre a passagem do sentir ao compreender e ao saber. Segundo ele, "O elemento popular "sente", mas nem sempre compreende ou sabe;" (1991 a, p. 138). Porém, esse sentir não é desprovido de uma compreensão de mundo pois como assinala GRAMSCI,

"[...] todo homem [...] desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um filósofo [...] participa de *uma concepção de mundo* [...] para promover novas maneiras de pensar." (GRAMSCI, 1991 b, p. 6, sem grifos no original).

É nessa perspectiva que vejo os trabalhadores de Três Irmãos aproveitando os espaços gerados por eles na luta de conquista da terra e ampliados nas relações que foram construindo, enquanto se apropriavam da terra. Nesses espaços, nas relações que desenvolvem no grupo a nível da comunidade e com outros setores organizados também comprometidos com as transformações necessárias, vêm elaborando suas visões de mundo e construindo um saber que lhes aponta os caminhos da participação ativa construindo a cidadania.

Nesse exercício, questionam a atuação dos seus representantes político-partidários sugerindo uma conduta diferente quando avaliam a administração pública e apontam estratégias de democratização dessas relações e das oportunidades de acesso das classes subalternas à construção da sociedade.

Em síntese, da leitura que faço do desenvolvimento da luta pela terra e pela permanência nela dos trabalhadores rurais de Três Irmãos, compreendo que a cidadania que estão construindo manifesta-se quando, como apresentei, põem-se no mundo e participam amplamente nos espaços sociais que abrem e conquistam.

BIBLIOGRAFIA



“A gente tem o nosso saber da roça e vocês têm o saber da escola”

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia. Sociedade e reforma agrária no Brasil. **Revista Universidade e Sociedade**, v.V, n. 9, 1995. p.7-12.
- AGRA, Valdira Torres, RAMOS, Lielda M.A.B. **Paraíba – Meu Estado**. São Paulo: Editora do Brasil, 1991.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana** [tradução de Roberto Raposo]. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. Cidadania e democracia. **Lua Nova — Revista de cultura e política**, n.33, 1994. p.5-16.
- BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- BASTOS, Elide Rugai. A mobilização camponesa no nordeste — 1954-1964. In: SANTOS, José Vicente dos (org.). **Revoluções camponesas na América Latina**. São Paulo: UNICAMP, 1985. p.263-82.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- _____. **Estado, Governo, Sociedade** – para uma teoria geral da política. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BUFFA, Ester. Educação e cidadania burguesa. In: _____.(org.). **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** . São Paulo: Cortez, 1987. p.11-30. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo, 23).
- BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no nordeste**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CALAZANS, Maria Julieta. Depoimentos de camponeses, seus saberes e suas lutas. **Sociedade Civil e Educação**, Campinas, p.57-91, 1992. (Coletânea CBE).
- CALLADO, Antônio. **Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

Campanha Nacional Pela Reforma Agrária.
CONTAG/CPT/CIMI/CNBB/ABRA/IBASE. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: _____ (Org.). **A aventura antropológica.** 2. ed São Paulo: 1988. p.95-105.

CARTAXO, Rosilda. **Estradas das boiadas.**— roteiro para São João do Rio do Peixe. 2. ed. João Pessoa: Nopigral, 1975.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

CHEPTULIN, Alexandre. **A Dialética materialista** – categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

Constituição da República Federativa do BRASIL. Brasília: Imprensa Nacional, 1988.

COVRE, Maria Manzini. **O que é cidadania.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos).

CERRONI, Umberto. **Política** — métodos, processos, teorias, sujeitos, instituições, categorias. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil — 1995.** Goiânia.

COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: **Gramsci e a América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.103-126.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. Movimentos sociais no semi-árido: a questão dos saques. In: **As frentes de emergência e o movimento dos saques, o dilema do alimento e o trabalho no meio rural paraibano.** João Pessoa, Mestrado Ciências Sociais/UFPb, p.91-109, 1985.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular** : movimentos sociais e participação no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1995.

FAUSTO NETO, Ana Clara Ribeiro. As frentes de emergência e o movimento dos saques: atenuação e expressão do conflito no meio rural paraibano. In: **Movimentos Sociais: para além do rural-urbano,** Recife, Centro de Pesquisa Josué de Castro, p.101-17, 1985.

FIGUEIREDO, Vilma. Questões e reforma agrária nos anos 80. **Tempo Brasileiro,** Rio de Janeiro, n.77, abr./jun. 1984.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. Criando método de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-lo melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (coord.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREITAS, Elizabeth, SILVA, Isabelle B.P. da. Reforma Agrária e cidadania. In: FIGUEIREDO, Vilma (coord.). **Cidadão, Estado e políticas no Brasil contemporâneo**. Brasília: UnB, 1986. p.11-28.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio. **Terra de trabalho**. Mestrado Em Antropologia Social/UFRJ. Dissertação. 1975.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Questões da Nossa Época, 5).

_____. **História dos movimentos e lutas sociais – a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

GRAMSCI, Antônio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Concepção dialética da história**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAZIANO, José da Silva. Reforma Agrária já? In: LEAL, Laurindo (org.) **A reforma agrária da Nova República: contradições e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.

- GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- HAGUETE, **Metodologias qualitativas na sociologia**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HOBBSBAWN, Eric J. **Rebeldes primitivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- HOBBSBAWN, Eric J. Renascendo das cinzas. In: BLACKBURN, R. **Depois da queda** — o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.1, p.7-74, 1986.
- IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. In: FREITAS, MARCOS César (org.). **A reinvenção do futuro**. São Paulo: Cortez, 1996.
- IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- JACOBI, Pedro Roberto. Movimentos sociais, teoria e prática em questão. In: **Uma revolução no cotidiano** — os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.247-75.
- JELIN, Elizabeth. A construção da cidadania: uma visão desde baixo. **Lua Nova** — Revista de cultura e política, n.33, p.39-54, 1994.
- KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.
- LOPES, Wellington M. O Estatuto da Terra e a Reforma Agrária formal. **Revista do Direito Agrário**, v.10, n.12, p.114, 1994.
- LÖWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Tibertação**. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 39).
- MACHADO, Lucília. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez, 1989.
- MARCIAL, A. Ballarin. A função social da terra. Evolução do princípio jurídico do direito da propriedade rural. **Revista do Direito Agrário**, v.10, n.12, p.25-34, seg. sem./1994.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

- MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil – Terra e poder: o problema da terra na crise política.** Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. **O cativo da terra.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- _____. **Os camponeses e a política no Brasil.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- _____. Educação e cultura nas lutas do campo. **Sociedade Civil e Educação,** São Paulo, p. 29-34, 1992. (Coletânea CBE).
- _____. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta.** São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **A Reforma Agrária nos limites da “Nova República”.** São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, Karl. O dezoito brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas.** São Paulo: Alfa-Omega, s/d. v.1. p.199-285.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** 6. ed. São Paulo: Moraes, 1987.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. **Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo para a Paraíba — migração, família e reprodução da força de trabalho.** Mestrado Em Sociologia/UFPb, Dissertação de Mestrado, 1985, mimeo.
- MINC, Carlos. **A reconquista da terra.** Estatuto da Terra, luta no campo e Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- MOISÉS, José Álvaro. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro, ALBUQUERQUE (orgs.). **Dilemas da consolidação da democracia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 119-77.
- NOVAES, Regina R. Igreja Católica, Reforma Agrária e Nova República. **Rural-Urbano — movimentos sociais: para além da dicotomia rural-urbano,** Recife, Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, p. 80-100, 1985.
- PRESTES, Emília Maria da Trindade. **A Igreja e os movimentos sociais no Brasil : atos e fragmentos de submissão e rebeldia.** Universidade Nacional Autônoma do México, 1992. Tese de Doutorado. mimeo.
- REIS, Elisa. A cidadania do trabalhador rural. In: TEIXEIRA, João Gabriel Lima (coord.). **A construção da cidadania.** Brasília: UnB, 1986. p.51-89.

- ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ROUSSEAU, Jean Jaques. Do contrato social ou princípios do direito político. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANDOVAL, Salvador A.M. Algumas reflexões sobre cidadania e formação da consciência política no Brasil. In: SPINK, Mery Jane (org.). **A cidadania em construção** — uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994. p. 59-74.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Os conflitos agrários na sociedade brasileira. **Adverso**, v.2, n.3, p.8, jun.-ago./1991.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça** — a política social na ordem brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- SAVIANNI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias. In: FERRETI, Celso João et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Um debate multidisciplinar. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SAWAIA, Bader B. Cidadania, diversidade e comunidade: uma reflexão psicossocial. In: SPINK, Mery Jane Paris (org.). **A cidadania em construção** — uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994. p.147-55.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. A escola e a construção da cidadania. **Sociedade Civil e Educação**, São Paulo, p.9-14, 1992. (Coletânea CBE).
- SHERER-WARREM, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.
-
- _____. **Movimentos sociais** — um ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1987.
-
- _____. O caráter dos movimentos sociais. In: SHERER-WARREM, Ilse, KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). **Uma revolução no cotidiano?** — os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.p.35-53.
- SIGAUD, Lígia. **Os clandestinos e os direitos**. Estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Estradas, 1979.
- SILVEIRA, José Procópio da. Permanência da intolerância na sociedade brasileira e os limites das políticas do Estado. In: **Movimentos Sociais Estado**

e Educação: estudos de experiências no meio rural. João Pessoa: Idéia, 1996. p.41-60.

SORONDO, Fernando. Os direitos humanos através da história. Porto Alegre: Fundação Friedrich Naumann, 1991. mimeo.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

TOURAINE, Alain. **O que é a democracia?** Petropólis: Vozes, 1996.

WERFORT, Francisco C. Incertezas da transição. In: MOISÉS, José Álvaro, ALBUQUERQUE (orgs.). **Dilemas da consolidação da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 69-116.

ANEXOS

SIGLAS

ABRA	- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA
CARITAS	- CARITA INTERNATIONALIS
CIMI	- CONSELHO IDIGENISTA MISSIONÁRIO
CONTAG	- CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA
CRS	- CATHOLIC RELIES SERVICE
CNBB	- CONSELHO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
CNPq	- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
CPT	- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
CUT	- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
DNOCS	- DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA
FINOR	- FUNFO DE INVESTIMENTO DO NORDESTE
FAO	- ORGANIZAÇÃO PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA
IBASE	- INSTITUTO BRAILEIRO DE ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA
IDEMA	- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E ESTADUAL DA PARAÍBA

INTERPA	- INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DA PARAÍBA
INCRA	- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
IPES	- INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS
PNRA	- PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA
MIRAD	- MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO
MST	- MOVIMENTO DOS SEM-TERRA
OMS	- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
PMA	- PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS
PAT	- PROGRAMA ALIMENTO POR TRABALHO
PROTERRA	- PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E ESTÍMULO À AGRO-INDÚSTRIA DO NORTE E NORDESTE
POLONORDESTE	- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE ÁREAS INTEGRADAS DO NORDESTE
UDR	- UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA
UNICEF	- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

TABELA 1

POPULAÇÃO POR IDADE E SEXO

População Total: 10.606 hab. Homens: 5.114 - Mulheres: 5499

- a 3 anos		4 a 9 anos		10 a 19 anos		20 a 29 anos		30 a 39 anos		40 a 49 anos		50 a 59 anos		60 a 69 anos		70 a 79 anos		80 e mais	
H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
663	614	902	948	1228	1281	595	784	547	614	464	498	332	337	246	242	144	123	57	47
1.177		1.850		2.509		1.379		1.161		962		709		488		267		104	

Fonte: Censo Demográfico da Paraíba - FIBGE, 1991

TABELA 2

POPULAÇÃO POR RESIDÊNCIA: URBANA E RURAL

Total: 10.606 - Urbana: 2.866 - Rural: 7.740

-1 a 3 anos		4 a 9 anos		10 a 19 anos		20 a 29 anos		30 a 39 anos		40 a 49 anos		50 a 59 anos		60 a 69 anos		70 a 79 anos		80 e mais	
U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R
292	885	492	1.354	634	1.875	376	1.003	333	828	285	677	213	486	129	359	81	186	31	73
1.177		1.846		2.509		11.379		1.161		962		709		488		267		104	

Fonte: Censo Demográfico da Paraíba - FIBGE, 1991

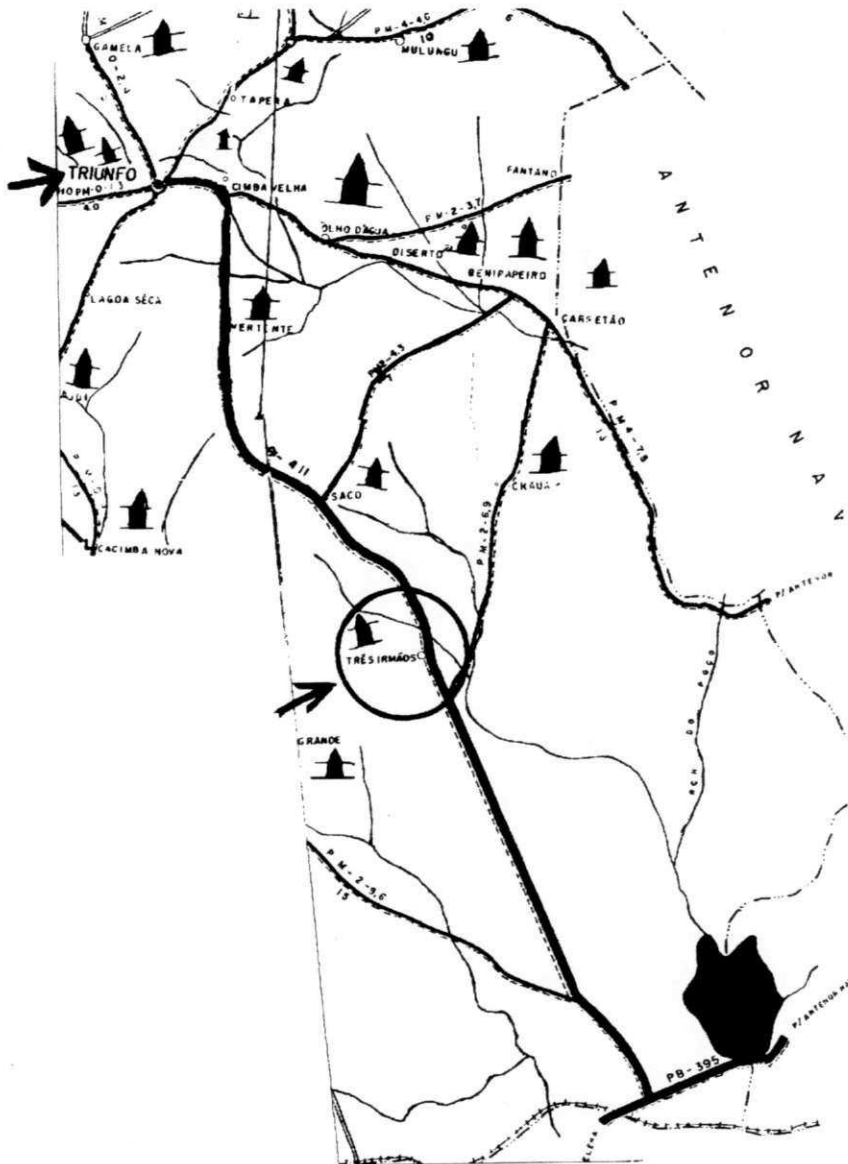
TABELA 3

GRUPOS DE ESTABELECIMENTOS POR ÁREA

GRUPOS DE ESTABELECIMENTOS POR ÁREA																									
TOTAL		- 1 ha		1 a 2 há		2 a 5 há		5 a 10 há		10 a 20 há		20 a 50 há		50 a 100 há		100 a 200 ha		200 a 500 ha		500 a 1000 há		1000 a 2000 há		+ de 2000 há	
Est.	há	Est	ha	Est.	ha	Est.	há	Est.	há	Est.	ha	Est.	ha	Est.	ha	Est.	ha	Est.	ha	Est	há	Est	há	Est.	ha
1.026	26.166	51	40	75	111	184	606	189	1.897	255	3.115	203	6.167	53	3.636	30	4.074	13	3.764	2	1.436	1	1.085	-	-

Fonte: Centro Agropecuário - Paraíba - FIBGE, 1985.

MAPA 2



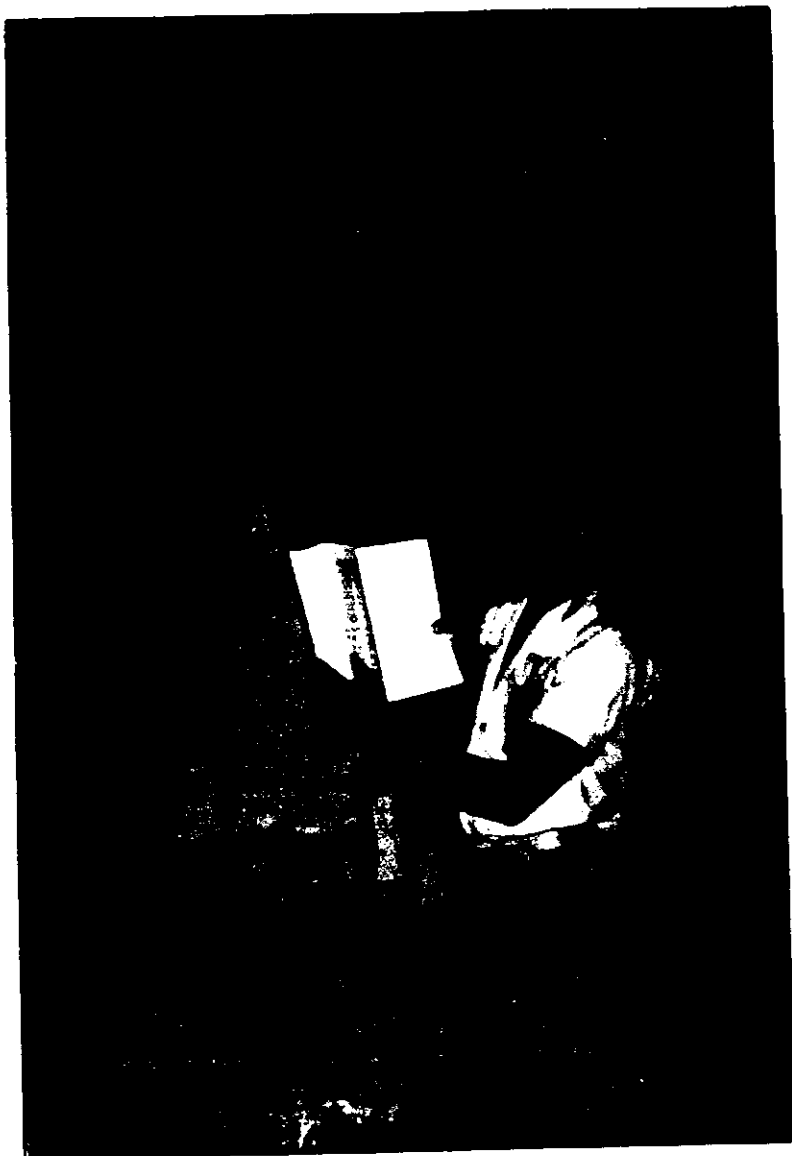
MEMÓRIA VISUAL



À sombra do Juazeiro — Discutindo as formas de negociação.
Três Irmãos, 1991.



**Barragem do Açude Público de Pilões.
Verão de 1995.**



A Bíblia : referencial no discurso.



Dia de mutirão: construção da sede da Associação Comunitária "Santo Antônio"
Ano de 1995.



O Banco de Sementes.
Três Irmãos, 1995.



Reunião com técnicos da Cooperativa de Cachoeira dos Índios (PB).
Três Irmãos, 1995.



Reunião com outras Comunidades discutindo sobre a produção.
Cajazeiras (PB), 1995.



Em apoio aos trabalhadores sem-terra na luta pela Fazenda Acauã
Aparecida (PB), 1996.



A região do Semi-árido: o contraste entre a seca e o verde.
Três Irmãos, out/96 e abr/95.



Através da luta, conseguiram energia elétrica.
Três Irmãos, nov/96.